CLÁUDIA VALÉRIA EMANUELLI MAGALHÃES

O ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO: experiências e vivências de trabalhadores desempregados em Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates

Porto Alegre
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

CLÁUDIA VALÉRIA EMANUELLI MAGALHÃES

O ENFRENTAMENTO DO DESEMPREGO: experiências e vivências de trabalhadores desempregados em Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jane Cruz Prates
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/FSS

Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/FSS

Profa. Dra. Maria da Graça Corrêa Jacques
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/FPS

Dedico esta dissertação ao meu pai,
Walter Magalhães (in memoriam), que
deixou muita saudade.

AGRADECIMENTOS

A Deus: "Hoje eu acordei com medo, mas não chorei, nem reclamei abrigo
Do escuro eu via um infinito sem presente, passado ou futuro
Senti um abraço forte, já não era medo
Era uma coisa sua que ficou em mim, que não tem fim"

Aos participantes desta pesquisa, sujeitos cujos depoimentos são impossíveis de serem esquecidos.

Aos funcionários das agências do SINE-Mauá e SINE-Montaury, em especial à Margaret Tadiello, por toda a ajuda disponibilizada.

À minha orientadora Jane Cruz Prates, pelas valiosas orientações. Obrigada por respeitar o meu tempo, os meus questionamentos e por ter acreditado em mim.

Às professoras Maria da Graça C. Jacques e Leonia Capaverde Bulla que, por tudo o que representam para as suas profissões, foram escolhidas para a composição da banca examinadora, avaliando o trabalho e contribuindo com o mesmo.

À minha mãe Maria Augusta, pelo amor e ternura e pelo exemplo de sabedoria, luta e perseverança.

Às minhas irmãs Ângela, Nara e Marta, pelo apoio incondicional, durante esse processo tão difícil de mestrado, pelo acolhimento e generosidade que tiveram comigo. Nara, obrigada pela revisão final desta dissertação!

À minha amada prima Mara, pelas palavras confortantes em todos os momentos.

Aos meus irmãos Zizo e Miguel e demais familiares que torceram por mim.

Ao José, meu amor, pelo companheirismo... "sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade".

À querida e admirada amiga Keli Dal Prá, pelo apoio constante, pelos livros e textos presenteados e por toda a demonstração de carinho e amizade. Ao amigo Edson Mayer, pelo seu bom-humor e irradiante alegria.

À Karen Eidelwein, minha professora e orientadora na graduação, que continua sendo amiga e uma grande incentivadora, referência para mim como profissional em Psicologia.

Ao Max, à Luz Maria, à Karla, à Karin e à Neca, amigos desde a adolescência, que me encorajam e estão sempre presentes em minha vida.

Às amigas Clarice Rodrigues (companheira de estágio) e Aline Kowalski, pelo carinho e por terem apoiado a minha decisão de fazer mestrado em Serviço Social.

Aos colegas do mestrado, por compartilharem os questionamentos, as angústias e as alegrias.

Aos integrantes do NEST e NEDEPS, especialmente à Ludmilla e à Gabriele Valêncio.

Às bibliotecárias (PUC) Patrícia e Gina, e aos funcionários do PPGSS.

Aos amigos: Eliane e Cláudio, Edson P. de Oliveira, Valéria, Graziela, Lena, Débora, Zilca, Íria, Clarice, Sheila, Daiane, Luiz Eduardo, Eveline, Umar e demais pessoas que vibram com minhas conquistas.

A CAPES e ao CNPq (agências de fomento) que viabilizaram a realização do mestrado.

MUITO OBRIGADA!

Quando se tem o trabalho como objeto, é preciso aprender que o universo em análise não é psicológico, sociológico, econômico, antropológico. É tudo isto ao mesmo tempo e não saberemos nunca em que território estaremos em cada momento. O pesquisador do trabalho deve aprender a conviver entre distintas ciências com distintas abordagens e distintos cacoetes metodológicos, sem saber a que terreno pertencem suas conclusões. O objeto é mesmo inter, multi, transdisciplinar.

Wanderley Codo

RESUMO

O presente estudo discorre sobre o enfrentamento do desemprego e tem por objetivo contribuir para o desvendamento do modo como os trabalhadores desempregados que procuram o SINE (Sistema Nacional de Emprego), em Porto Alegre, enfrentam o desemprego, ou seja, como os sujeitos vivenciam e dão sentido à experiência de estarem desempregados. Isso inclui seus sentimentos, reações e posturas assumidas diante da situação de desemprego. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que foram realizadas vinte entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores desempregados que procuraram emprego no SINE, no período de julho a agosto de 2006, sendo que a análise das informações coletadas foi realizada a partir da técnica de Análise de Conteúdo com base em Bardin (1977). A categoria trabalho foi fundamentada na teoria marxiana que define o trabalho como atividade central no processo de hominização. Coerente com essa escolha, o método utilizado foi o dialético-crítico, que possui como categorias centrais a totalidade, a historicidade e a contradição. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente a partir das últimas décadas, provocaram a precarização do trabalho e o crescimento do desemprego. Esse fenômeno traz conseqüências significativas para os trabalhadores em diversos aspectos de sua vida, afetando a sua subjetividade. A partir do resultado desta pesquisa, constata-se que, entre os sujeitos entrevistados, predomina uma visão idealizada acerca do trabalho assalariado. O desemprego é uma experiência vivenciada com sofrimento pelos sujeitos, pois se sentem humilhados e frustrados por serem tratados como inúteis e improdutivos pela sociedade. A pesquisa confirma que o desemprego atinge pessoas de todos os níveis de escolaridade, e que mesmo as mais escolarizadas estão sofrendo as refrações desse problema, que se encontra na base das expressões da questão social. O tema desafia as mais diferentes áreas do conhecimento e instiga-as a dialogarem sobre o desemprego, dando visibilidade aos seus efeitos psicossociais e problematizando sobre possíveis estratégias para o seu enfrentamento.

Palavras-chave: Trabalho – Desemprego – Subjetividade

ABSTRACT

This study discusses the issue of unemployment. Its goal is to contribute to the understanding of the way how unemployed workers who go the office of the National Employment System (Sistema Nacional de Emprego – SINE) in Porto Alegre cope with the situation of unemployment. i.e., how these persons experience unemployment and try to give a meaning to this experience, which includes their feelings, responses and attitudes. This is a qualitative research project that included 20 semi-structured interviews made with unemployed workers who looked for a job at the SINE office in July and August 2006. The analysis of the information gathered was done on the basis of the technique of Content Analysis developed by Bardin (1977). The category of work/labor was grounded on Marx's theory, which defines labor as the central activity in the process of humanization. In keeping with this choice, the study uses the dialectical-critical method, whose central categories are totality, historicity and contradiction. The changes that took place in the world of labor, particularly in the past decades, have caused a growing precariousness of working conditions and an increase of unemployment. This phenomenon entails significant consequences for workers in several aspects of their lives, including their subjectivity. The findings of this investigation show that an idealized view of salaried jobs is predominant among the interviewed persons. Unemployment is a painful experience for them, since they feel humiliated and frustrated for being treated as useless and unproductive beings by society. The study confirms the fact that unemployment is affecting persons with all levels of school education and that even persons with a higher level of education are exposed to the consequences of this problem, which underlies the various forms of expression of the so-called "social issue." The topic challenges various areas of knowledge and urges them to engage in a dialogue on unemployment, making its effects visible and discussing possible strategies to cope with it.

Keywords: Work/Labor – Unemployment – Subjectivity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Características dos sujeitos entrevistados 66

GRÁFICO 1 - Entrevistados segundo faixa etária 67

GRÁFICO 2 - Entrevistados segundo nível de escolaridade 67

GRÁFICO 3 - Entrevistados segundo o tempo de desemprego 68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DA HUMANIZAÇÃO 15
2.1 OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO NA HISTÓRIA 15
2.2 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES 22
2.3 METAMORFOSES E IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO NA ATUALIDADE 26
2.4 SUBJETIVIDADE 30

3 EMPREGO E DESEMPREGO: concepções e dados de realidade 35
3.1 DO EMPREGO AO DESEMPREGO ESTRUTURAL 35
3.2 A REALIDADE BRASILEIRA 40
3.3 A MENSURAÇÃO DO DESEMPREGO 42
3.4 EXCLUSÃO SOCIAL E INSERÇÃO PRODUTIVA 45

4 O CICLO DA INVESTIGAÇÃO 51
4.1 MÉTODO 51
4.2 O MOVIMENTO INVESTIGATIVO 54
4.3 A METODOLOGIA DE PESQUISA 59

5 OS RESULTADOS DO ESTUDO: desvendando a expressão dos sujeitos 65
5.1 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS 68

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 126

REFERÊNCIAS 135

APÊNDICES 146
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido 147
APÊNDICE B - Instrumento da Pesquisa 149
APÊNDICE C - Mapa de Organização dos Dados - Dimensão: significado do trabalho 151
APÊNDICE D - Mapa de Organização dos Dados - Dimensão: significado do desemprego 155

ANEXOS 160
ANEXO A – Operário em Destruição 161
ANEXO B - Aprovação do Comitê de Ética 164

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o enfrentamento do desemprego em Porto Alegre. O objetivo da pesquisa foi desvendar como os trabalhadores desempregados que procuram o SINE[1] lidam com esse fenômeno. Ou seja, buscou-se compreender como os sujeitos vivenciam e dão sentido à experiência[2] de estarem desempregados, o que inclui sentimentos, significados, reações e posturas assumidas diante da situação de desemprego.

A escolha do tema não se deve a um motivo unívoco, mas possui a interferência de alguns fatores que, a seguir, serão elencados. Dentre eles, a experiência oriunda da trajetória acadêmica da pesquisadora, que se graduou em Psicologia no Centro Universitário Franciscano — UNIFRA, em Santa Maria / RS, no ano de 2004. Durante o período de formação, as experiências de estágio e o trabalho final de graduação foram voltados para a temática *trabalho/desemprego,* o que acentuou a curiosidade e o desejo de continuar desenvolvendo estudos nessa direção. Tais experiências possibilitaram uma aproximação e um convívio com profissionais de outras áreas do conhecimento, dentre os quais se destacam os assistentes sociais e estudantes estagiários de Serviço Social. Além disso, o *trabalho* sempre teve (e tem) suma importância na vida da pesquisadora, sendo que as experiências de emprego e desemprego fazem parte de sua biografia.

Referir-se ao trabalho e ao universo que ele representa é algo inesgotável, pois pensar em trabalho é pensar nas relações sociais que se estabelecem e se organizam a partir dele, é pensar nas possibilidades e identificações que ele permite, nos sentimentos por ele despertados. Através do trabalho, as pessoas produzem, expressam o seu modo de ser e transformam-se, pois realizam uma atividade que

---

[1] O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi criado em 1975 com o objetivo de organizar e estimular o mercado de trabalho, produzindo indicadores e adequando oferta e demanda de trabalho, por meio da intermediação da mão-de-obra, e elevar o nível de qualificação profissional da força de trabalho. As atividades do SINE deveriam ser desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho em parceria com os governos estaduais (DIEESE, 2001).

[2] Tittoni (1994) utiliza os conceitos experiência e vivência, com base em Thompson e Dejours, respectivamente. A experiência refere-se à presença, ao envolvimento do sujeito no processo histórico e social, considerando as determinações socioeconômicas. A vivência diz respeito "à dimensão subjetiva dessa experiência, através das formas como o sujeito apreende e expressa as experiências vivenciadas no espaço social, onde também está presente o trabalho" (TITTONI, 1994, p. 32). As vivências, no contexto do trabalho, expressam as formas como os trabalhadores vivenciam e atribuem sentido às experiências concretas no mundo do trabalho, considerando a especificidade que o constitui (TITTONI, 1994).

contém um significado social. Lane (2002_a) salienta que alguns instrumentos tais como a cooperação e a comunicação, presentes no processo de trabalho, são responsáveis pela conexão entre o mundo e as pessoas, gerando linguagem, pensamento e ações que se efetivam nas relações sociais.

O trabalho é uma atividade vital em que o homem assegura a sua existência, adaptando a natureza às suas necessidades. Isso pressupõe que o homem, além de transformar o meio físico, transforma a si mesmo, já que ele é integrante da natureza e precisa nela intervir para sobreviver. O trabalho é uma atividade social que oportuniza aos seres humanos o relacionamento entre si e a constituição da sociedade.

No presente estudo, as considerações teóricas sobre a categoria trabalho são fundamentadas pela teoria marxiana. Nessa perspectiva, o trabalho é a objetivação da atividade humana realizada com consciência e liberdade. No entanto, no sistema capitalista, contraditoriamente, é através do trabalho que se efetivam os processos de alienação e a mercantilização das relações sociais.

Além de garantir a subsistência, o trabalho pode propiciar bem-estar, reconhecimento, desenvolvimento de relacionamentos interpessoais e estabelecimento de vínculos de solidariedade. Enfim, ele dá sentido à vida do sujeito. Dessa forma, o que significa perder o lugar de trabalhador numa sociedade que reconhece os sujeitos em função do seu papel profissional e da sua capacidade produtiva?

A partir da abordagem marxiana, o trabalho é considerado uma condição essencial à existência humana e ao processo de humanização, sendo fundamental para a socialização e para a constituição do sujeito em todas as formas sociais. No entanto, é pela importância que o trabalho (assalariado) assume na sociedade capitalista que se torna fundamental estudar o desemprego.

Embora o sentido do trabalho seja mais amplo do que as formas assalariadas, a sua centralidade faz com que o desemprego assuma proporções impactantes na vida dos sujeitos. A perda do emprego não significa apenas a perda salarial, pois afeta a subjetividade do trabalhador, provocando repercussões na sua auto-estima e nas relações com seus pares.

A categoria trabalho é, por excelência, o meio de integração e inserção social; a situação de estar ou não vinculado ao social depende do trabalho ou da sua falta, pois este “continua sendo uma referência não só economicamente, mas também

psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o tem" (CASTEL, 1998, p. 578).

Reconhecidamente, devido ao lugar privilegiado que o trabalho ocupa na vida das pessoas, como garantia de subsistência e de posição social, a falta de trabalho ou a iminência de vir a perdê-lo pode gerar sofrimento psíquico, ameaçando a vida material do trabalhador e de sua família. Isso abala o valor subjetivo que a pessoa atribui a si, gerando sentimentos de menos-valia, angústia, insegurança, desânimo e desespero, podendo provocar quadros ansiosos e depressivos (BRASIL, 2001).

Nas últimas décadas, o crescimento do desemprego tornou-se expressivo, o que é preocupante, pois sinaliza que muitos trabalhadores estão sem proteção social e não possuem direitos garantidos. Um indicativo de que a situação do desemprego está se agravando refere-se à duração média de procura por trabalho, que tem aumentado consideravelmente nas áreas metropolitanas.

Segundo o IBGE[3] (2006), a população desempregada em seis capitais brasileiras (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) foi estimada em 2,2 milhões de pessoas em maio de 2006. Conforme o DIEESE[4] (2006), na região metropolitana de Porto Alegre, o contingente de desempregados foi avaliado em 266 mil indivíduos em 2005. Neste mesmo ano, o tempo médio despendido na procura por trabalho foi de 40 semanas. Tais dados confirmam que o desemprego atual não é transitório, pois há o predomínio de um desemprego estrutural.

Tem-se a clareza de que o desemprego é um assunto inexaurível, pois se trata de um fenômeno complexo que possui diversas contradições e determinações históricas. É imprescindível ressaltar que o tema desta dissertação não se resume ao *desemprego*, mas ao modo como os sujeitos desempregados o vivenciam. Sendo assim, a preocupação deste estudo não foi buscar as causas e explicações econômicas ou enfatizar os dados estatísticos sobre a ocorrência de tal fenômeno, mas sim compreender suas repercussões no âmbito psicossocial, o que, sem dúvida, está relacionado com as condições e contextos econômicos.

Com isso, explica-se a realização do mestrado em Serviço Social, área profissional cujo objeto de pesquisa e intervenção é a questão social em suas expressões, como o desemprego. Já a Psicologia privilegia o ser humano e a

---

[3] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
[4] Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

constituição de sua subjetividade, o que inclui o seu modo de ser, sentir, pensar e agir. Através de uma leitura interdisciplinar que contempla contribuições dessas duas áreas do conhecimento, busca-se tecer reflexões sobre como romper com os discursos que individualizam e particularizam tal problemática, a fim de que os trabalhadores se sintam fortalecidos para o enfrentamento do desemprego e de suas conseqüências.

Logo, o problema de pesquisa foi assim formulado:

Como os trabalhadores desempregados enfrentam o desemprego em Porto Alegre?

As questões que nortearam o estudo foram:

- Qual o significado do trabalho para os sujeitos pesquisados?
- Como os sujeitos percebem as transformações no mundo do trabalho e os impactos que tais modificações causam no seu cotidiano?
- Quais os efeitos psicossociais do desemprego?
- Como os sujeitos percebem e se sentem diante do desemprego?
- Que estratégias utilizam para lidar com o desemprego?
- Quais as perspectivas concretas de superação do desemprego?

Muitas pesquisas e estudos acadêmicos[5] que envolvem o tema desemprego têm sido desenvolvidos nos últimos anos. A exploração desse assunto, por meio de diversos enfoques, tem contribuído para dar visibilidade a esse grave fenômeno que atinge as sociedades contemporâneas e provoca repercussões significativas na vida dos sujeitos desempregados e de suas famílias.

No primeiro capítulo desta dissertação, as questões introdutórias sobre o estudo são apresentadas. O segundo versa sobre a centralidade do trabalho para o desenvolvimento da humanização, subdividido em: os significados do trabalho, o mundo do trabalho e suas transformações, as metamorfoses e impactos no mercado de trabalho na atualidade e subjetividade. O terceiro trata das concepções de

[5] Várias áreas do conhecimento têm pesquisado acerca do desemprego. Na Psicologia, por exemplo, as estratégias contra o desemprego do Movimento dos Trabalhadores Desempregados ganharam destaque na pesquisa de mestrado de Goulart (2001). Em sua dissertação, Wickert (2002) pesquisa o desafio dos jovens que sofrem o desemprego precoce. Tumolo (2002) e Cardoso (2004) investigaram, em suas dissertações, a vivência dos trabalhadores desempregados em Florianópolis. O artigo de Coutinho e Jacques (2004) tematiza sobre possíveis contribuições da psicologia diante das implicações psíquicas do desemprego. Na área do Serviço Social, o artigo de Serra (2006) discute as alternativas de trabalho e renda para o enfrentamento do desemprego e subemprego, e o artigo de Almeida (2006) analisa o desemprego a partir da trajetória de trabalhadores desempregados do Rio de Janeiro.

emprego e desemprego com dados referentes às realidades mundial e brasileira, mensurações do desemprego e a exclusão social originária do processo da falta de inserção produtiva. O quarto apresenta o ciclo de investigação, que mostra desde a escolha do método e suas categorias centrais até o movimento investigativo e suas etapas constitutivas. Nesse capítulo, foi exposta a experiência realizada durante o percurso da investigação, no intuito de contribuir para a trajetória de outras pesquisas. O quinto mostra o resultado do estudo realizado, dando visibilidade à expressão dos sujeitos pesquisados. Esse é o capítulo ao qual se deu mais ênfase, por revelar as vivências dos entrevistados e construir o elo entre a teoria e a prática, o que é fundamental no processo de pesquisa.

Nas considerações finais, busca-se não só destacar os aspectos mais relevantes acerca dos achados possibilitados pelo estudo, mas também articular algumas reflexões sobre novas problematizações ou possibilidades de enfrentamento, mesmo que apenas pontuadas.

2 A CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DA HUMANIZAÇÃO

2.1 OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO NA HISTÓRIA

A categoria trabalho possui centralidade na obra marxiana por ser considerada a atividade responsável pelo processo de hominização e fundante da vida societal. O trabalho é a mais pura expressão humana, é o elemento que consagra o homem como ser social capaz de produzir e reproduzir a existência da sociedade. O homem é o que é em função do trabalho, visto que a evolução humana e a história são produtos que dele advêm, ou seja, o homem é ‘criador’ e ‘criatura’ do trabalho (OHLWEILER, 1984).

As demais espécies animais convivem passivamente com o meio ambiental, porém o homem subsiste, submetendo a natureza exterior às suas necessidades. Na condição de sujeito e não de objeto, ele não se adapta à esfera biológica, mas atua alterando o que está presente na natureza em objetos de utilidade por meio do trabalho (OHLWEILER, 1984).

A marca distintiva entre o homem e o animal é que este faz uso da natureza e a modifica por estar presente nela; o homem, contrariamente, provoca modificações na natureza, dominando-a, obrigando-a a servi-lo, enfim, transformando-a teleologicamente. A prévia ideação ou teleologia é “a construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação” (LESSA, 2000, p. 22). Em suma, é a capacidade do homem de planejar suas ações e de projetar finalidades a elas. A fim de elucidar tal afirmação, destaca-se o texto a seguir:

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade (MARX; ENGELS, 1989, p. 202).

O trabalho é um processo, no qual o homem e a natureza interagem, composto pela capacidade teleológica e pela objetivação[6]. O resultado final é previamente imaginado e construído na mente humana como uma finalidade que norteará as demais ações que se sucederão, ou seja, a capacidade teleológica do ser social permite que este configure previamente o processo de trabalho (MARX; ENGELS, 1989).

Durante o processo de trabalho, a ação do homem opera uma transformação subordinada a uma determinada finalidade no objeto sobre o qual atua por meio do instrumental de trabalho. Os elementos que compõem o processo de trabalho são a atividade orientada a um fim: o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho: o objeto de trabalho, isto é, o trabalho a partir da ação humana; os meios de trabalho: o instrumental de trabalho (MARX; ENGELS, 1989).

A criação do objeto não é unicamente o processo de objetivação e de transformação da realidade, pois envolve a exteriorização de quem atua ativamente nesse processo. Quando o sujeito se exterioriza por meio da objetivação da sua prévia ideação, novos conhecimentos e faculdades são revelados e desenvolvidos, acontecendo uma dupla transformação, a da realidade e a do sujeito (LESSA, 2000).

A peculiaridade da categoria trabalho é mediar o intercâmbio do homem com a natureza. É justamente essa especificidade que dá ao trabalho o estatuto de centralidade, visto que inaugura a transição do ser biológico para o ser social, o que confirma o caráter exclusivamente humano do trabalho. O instante diferenciador, fundamentalmente separatório, é concretizado pela manifestação do ato consciente, que no ser social não é 'epifenômeno'[7] da reprodução biológica (HOLANDA, 2002).

> [...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX; ENGELS, 1989, p. 202).

Além de ser uma atividade através da qual o homem obtém o suprimento de suas necessidades, interagindo com o meio físico e com outros homens, o trabalho é, por primazia, o instrumento constitutivo do processo de hominização. Como ser

---

[6] A objetivação é a transformação da realidade a partir da ideação antecipada.

[7] "Fenômeno que é um subproduto ocasional de outro, sobre o qual não exerce qualquer influência, e do qual é dependente" (FERREIRA, 1999, p. 778).

biológico, o homem "é produto do desenvolvimento natural. Com sua auto-realização, que também implica, obviamente nele mesmo, um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser autofundado: o ser social" (LUKÁCS apud HOLANDA, 2002, p. 12).

O ser social apresenta-se como um complexo constituído por três categorias principais: a sociedade, a linguagem e o trabalho. Dessas três categorias, o trabalho é responsável pelo desenvolvimento do mundo dos homens, pois é através dele que se cria o novo e a humanidade atinge níveis elevados de sociabilidade. No entanto, os atos de trabalho só se concretizam se forem mediados pelos demais complexos sociais[8] (LESSA, 2000).

A atividade produtiva é desenvolvida através da comunicação e da cooperação entre os indivíduos, portanto, é uma produção social. A produção dos bens materiais é um constante processo de reprodução, ou seja, uma produção permanentemente renovada através da qual a sociedade mantém a sua continuidade no tempo (OHLWEILER, 1984).

O trabalho é ontológico[9], é um elemento fundante do homem, exclusivo e distintivo deste, que o torna um ser prático-social e histórico, pois é através dele que o homem consegue criar a sociedade e a história. Ele é o elemento constitutivo do ser social, que o caracteriza como tal, adquirindo, portanto, uma centralidade na vida dos homens (IAMAMOTO, 2001).

Por ser um ato histórico, o trabalho envolve a criação de novas necessidades sociais, sendo que, com a finalidade de satisfazê-las, ocorre um desdobramento de todas as ações e instrumentos produzidos para a sua realização. O trabalho é um processo de transformação e autotransformação, pois, ao modificar o real, o homem modifica a si próprio. O processo de criação, na concepção do sujeito (ou seja, a partir da sua ótica), é o processo da autocriação humana (IAMAMOTO, 2001).

---

[8] "Complexo social é um conjunto de relações sociais que se distingue das outras relações pela função social que exercem no processo reprodutivo" (LESSA, 2000, p. 25).

[9] "A palavra *ontologia* é composta de duas outras: *onto* e *logia*. *Onto* deriva-se de dois substantivos gregos, *ta onta* (os bens e as coisas realmente possuídas por alguém) e *ta eonta* (as coisas realmente existentes). Essas duas palavras, por sua vez, derivam-se do verbo **ser**, que, em grego, se diz *einai*. O particípio presente desse verbo se diz *on* (sendo, ente) e *ontos* (sendo, entes). Dessa maneira, as palavras *onta* e *eonta* (as coisas) e *on* (ente) levaram a um substantivo: *to on*, que significa o **Ser**. O Ser é o que é realmente e se opõe ao que parece ser, à aparência. Assim, ontologia significa: estudo ou conhecimento do Ser, dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente" (CHAUÍ, 2000, p. 209 - 210).

O homem utiliza objetos e instrumentos da natureza para poder produzir os seus meios de vida. O trabalho abarca, além do aspecto objetivo, o aspecto subjetivo, pois, para a sua realização, estão implicados o conhecimento acumulado e o processo de criação. O homem deixa suas impressões naquilo que realiza e, através da sua ação transformadora, repõe à natureza novos produtos e inventa novas necessidades (IAMAMOTO, 2001).

O trabalho adjetiva o homem como ser criador que, além de pensante, age consciente e racionalmente. É uma atividade prático-concreta que opera mudanças na matéria ou no objeto a ser transformado e na subjetividade de quem a realiza, pois possibilita aprendizagem e a aquisição de novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 2001).

No entanto, ao longo da história, nem sempre o trabalho teve uma conotação positiva vinculada à realização humana, como revela a origem do vocábulo *trabalho.* Este possui várias significações, principalmente na linguagem cotidiana, podendo lembrar tortura, fadiga, dor, sofrimento, dificuldade, esforço, atividade produtiva, transformação, sobrevivência, um objetivo realizado, criação, etc. Na língua portuguesa, a palavra trabalho origina-se do latim *tripalium*, que era um instrumento utilizado por agricultores para bater, rasgar e esfiapar o trigo, espigas de milho e o linho. Porém, *tripalium* é registrado na maioria dos dicionários apenas como instrumento de tortura (ALBORNOZ, 2002).

Assim, o trabalho surge como algo penoso diante da necessidade do homem de dominar a natureza, a fim de suprir as suas carências. Na Antiguidade, a sociedade grega escravista desvalorizava o trabalho, pois o considerava uma atividade inferior, se comparada à ação livre dos proprietários da terra, do artesanato e do comércio. O gozo da liberdade, para os gregos e romanos, consistia em usufruir o ócio e cuidar das questões econômicas, políticas e sociais. Os homens livres dispunham do lazer; os não-livres estavam fadados ao trabalho, à negação do ócio (CHAUÍ, 2000).

Desse modo, ocorre a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Segundo Chauí (2000), este era praticado por cidadãos (proprietários, filósofos e políticos) e considerado dignificante e criador; já aquele era praticado por não cidadãos (escravos) e visto como humilhante. Conforme a autora, o desprezo pelo trabalho pode ser identificado na língua grega, já que não há uma palavra para

significar trabalho, sendo utilizadas as palavras *ergon* (obra) *e ponos* (esforço penoso e doloroso).

No período medieval, assim como na Antiguidade, o ócio não possuía uma conotação pejorativa, já que não era visto como preguiça, e sim como recusa às atividades desqualificantes e indignas. Ele possibilitava a dedicação às funções mais nobres, dentre elas o sacerdócio, a política e demais atividades ligadas à prática do poder. O trabalho estava voltado para a economia de subsistência, permitindo aos trabalhadores a posse de ferramentas e o domínio do saber técnico da produção, e, aos servos, a dedicação às atividades agrícolas ou artesanais (CATANI, 2004).

Na sociedade capitalista, o trabalho ganha legitimidade e é exaltado como dever moral e sinônimo de dignidade, o ócio passa a ser pejorativo. Os interesses da ordem capitalista incluem a defesa dos meios de produção e da economia de mercado, com base na livre iniciativa e na competição, visando à obtenção de lucros. Portanto, para aumentar a produção e garantir a expansão capitalista, a indolência e a preguiça precisavam ser refutadas (CATANI, 2004).

A propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca caracterizam a sociedade capitalista. Produzir mercadorias é o objetivo dessa sociedade, na qual a força de trabalho (capacidade física e intelectual do trabalhador) também se torna uma delas. A produção capitalista impõe intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas é a compra e venda da força de trabalho o seu diferencial (CATANI, 2004).

A conversão da força de trabalho em mercadoria só é viabilizada se houver algumas condições básicas: o trabalhador deve estar separado dos meios de produção para que não possa produzir os meios de subsistência para si; precisa ser livre de constrições legais e de qualquer empecilho para dispor de sua força de trabalho e tornar-se proprietário desta; e, por último, o emprego do trabalhador passa a ser a expansão de uma unidade de capital para quem atua como capitalista, ou dito de outro modo, o empregador. O trabalhador, para sobreviver, é obrigado a vender a sua força de trabalho ao empregador, o que é materializado através de um contrato (BRAVERMAN, 1987).

Incontestavelmente, a força de trabalho é a mercadoria que permite a geração da mais-valia no sistema capitalista. O processo de produção pressupõe, segundo Salama e Valier (1975), a transformação de uma certa quantidade de dinheiro em capital produtivo, ou seja, pressupõe a compra de máquinas, de matéria-prima e da

força de trabalho. Esta gera mais valor do que custa ao capitalista, o que a coloca como peça fundamental para que ele possa vender suas mercadorias por um valor mais elevado, superior, portanto, ao valor do capital investido.

O trabalhador vende ao capitalista a sua força de trabalho e recebe em retribuição o salário, "expressão monetária do valor da força de trabalho: preço" (SALAMA; VALIER, 1975, p. 39), que corresponde ao seu valor de troca. O capitalista, após realizar o empréstimo dos meios de produção ao trabalhador, é que vai pagar o salário. Porém, ao comprar a força de trabalho, ele passa a pagar menos do que ela irá produzir. O excedente pelo qual o trabalhador não recebe remuneração é a mais-valia, que materializa o tempo de trabalho não pago, como esclarecem os autores anteriormente citados.

Marx e Engels (1989) apontaram a existência de uma contradição fundamental no sistema capitalista: a produção é coletiva, mas o resultado da produção é privado, ou seja, o que possibilita a extração da mais-valia é basicamente a divisão de classes. De um lado, está o capitalista que se apropria da força de trabalho para enriquecer; de outro, o assalariado que é ilusoriamente 'livre' para ser 'explorado', já que precisa garantir a própria sobrevivência.

As análises de Marx e Engels (1989) estão centradas na relação dos homens com o trabalho, que também se converte em mercadoria, ocorrendo o processo de alienação[10], pois o trabalho perde o seu sentido de objetivação e fica estranho ao trabalhador. 'Fetichismo da mercadoria' é a denominação dada pelos autores à conversão da ação humana (trabalho) em mercadoria, já que esta adquire um aspecto de independência da força de trabalho, ocorrendo a naturalização das relações de troca na sociedade capitalista.

O trabalho possui dúplice dimensão: o trabalho concreto e o abstrato, correspondendo, respectivamente, ao valor de uso e de troca. Como valor de uso, ele é realizador de produtos que atendem às diversas e distintas necessidades

---

[10] "Alienação, na perspectiva da economia política, significa a perda sofrida pelo trabalhador de uma parte de seu ser, quando o capitalista se apropria do fruto de seu trabalho" (SANDRONI, 2003, p. 21). "Trabalho alienado é aquele cujo produtor não é seu proprietário, nem dos produtos por ele criados, pois estes são apropriados pelo capitalista, senhor dos meios de produção e, momentaneamente, proprietário da força de trabalho do operário. Nessas condições, o produto do trabalho aparece ao sujeito da criação, o trabalhador, como algo que lhe é estranho, uma força independente dele, na qual não se reconhece. Por isso, o trabalho assume o caráter de algo forçado, que constitui apenas um meio de o assalariado ganhar sua sobrevivência" (SANDRONI, 2003, p. 609 - 610).

humanas; como valor de troca, é pago por salário, é uma mercadoria capaz de criar outras mercadorias.

> Todo trabalho é, de um lado dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (MARX; ENGELS, 1989, p. 54).

Portanto, o trabalho possui um caráter dialético e contraditório, podendo ser fonte de sofrimento (trabalho alienado) e responsável pela realização humana. Assim como é uma atividade emancipadora e o meio pelo qual o homem se humaniza, o trabalho pode ser um meio de alienação e aprisionamento promovido pelo sistema capitalista, que, sob uma perspectiva histórica, pode ser compreendido como:

> [...] um determinado modo de produção[11] de mercadorias, gerado historicamente desde o início da Idade Moderna e que encontrou sua plenitude no intenso processo de desenvolvimento industrial inglês, ao qual se chamou Revolução Industrial [...] significa não apenas um sistema de produção de mercadorias, como também um determinado sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca. Para que exista capitalismo faz-se necessária a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe social e a presença de uma outra classe para qual a venda da força de trabalho seja a única fonte de subsistência (CATANI, 2004, p. 8).

No sistema capitalista, o trabalho passa a ser considerado um elemento gerador de fortuna. Segundo Nardi (2006), a Revolução Industrial expressa a expansão do capitalismo, pois, a partir dela, o trabalho afirma-se ainda mais como um dever moral para os trabalhadores, e o esforço individual passa a ser uma condição básica de sobrevivência. Com a industrialização, houve a combinação entre as inovações técnicas e o avanço das ciências, o que contribuiu para que a acumulação de capital e a expansão econômica ocorressem de modo acelerado.

Ao longo da história, o capital utiliza estratégias para aumentar seu domínio, e a exploração dos trabalhadores é indispensável para a acumulação. Em

---

[11] "Por modo de produção, entende-se tanto o modo pelo qual os meios necessários à produção são apropriados, quanto as relações que se estabelecem entre os homens a partir de suas vinculações ao processo de produção" (CATANI, 2004, p. 8).

contrapartida, há processos de resistência e lutas de trabalhadores, pois estes se organizam em sindicatos e formam movimentos, realizando pressão social. Para fins de exemplo, cita-se a obra literária *Germinal* (ZOLA, 1972) que expõe o contexto do trabalho assalariado, no início do capitalismo, marcado por extensas jornadas, pelo trabalho infantil, pela ausência de proteção em relação a acidentes e mortes causadas em decorrência da atividade produtiva. Além das condições de trabalho insalubres e desumanas, a obra dá visibilidade à indignação e à manifestação de revolta dos trabalhadores contra a exploração que sofriam e as imposições às quais estavam submetidos, evidenciando o repúdio dos trabalhadores à ambição desmedida dos patrões.

2.2 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

O mundo do trabalho encontra-se em processo de transformação, principalmente nas últimas décadas. Houve uma mudança no padrão de acumulação capitalista com o esgotamento do modelo taylorista-fordista e a ascensão da acumulação flexível. Esse novo padrão, baseado na eficiência e qualidade, aprimorou o modo de exploração da força de trabalho através de inovações tecnológicas e organizacionais, visando à elevação da produtividade.

No final do século XIX, Taylor[12] implantou a 'Administração Científica do Trabalho' através de princípios de gerenciamento e organização. O taylorismo caracteriza-se pela separação entre concepção/planejamento e execução de tarefas; pela intensificação da divisão do trabalho através da sua decomposição em parcelas elementares e simplificadas; pelo controle de tempos e movimentos cujo objetivo é a eliminação da 'porosidade', que é o tempo não utilizado para as tarefas produtivas (CATTANI, 2002).

A implantação do taylorismo representa uma transferência de poder no que se refere ao conhecimento da produção. Tal modelo de administração estabelece que a concepção deve ser monopolizada por uma 'gerência científica', e que as tarefas desempenhadas pelos trabalhadores devem ser minuciosamente pré-

[12] Taylor (1856-1945) — engenheiro norte-americano que sistematizou e desenvolveu os princípios de racionalização produtivista do trabalho.

determinadas, o que pode resultar em agressão mental, pois o trabalhador é obrigado, em nome da produtividade que lhe é exigida, a ignorar a sua potencialidade inventiva e intelectual (MERLO, 2000).

O trabalho proposto pelo taylorismo aliena o trabalhador, que se vê obrigado a executar atividades fragmentadas, monótonas, repetitivas, sem significado para si. Desse modo, o trabalhador perde a sua capacidade autônoma e criativa e não compreende integralmente o processo de trabalho que desenvolve. Este fica dissociado do trabalhador e, portanto, sem sentido para ele, gerando sofrimento psíquico[13] (MERLO, 2000).

A rigidez do taylorismo não admite espaço entre o trabalho prescrito e o real[14], podendo causar doenças físicas e mentais. O excesso de prescrição engessa o trabalho e ignora a capacidade imaginativa do trabalhador, uma vez que ele fica subordinado a fazer somente o que está prescrito, sem qualquer possibilidade de imprevisão.

Já o modelo fordista implantado por Ford[15], no começo do século XX, é uma estratégia de organização produtiva que envolve larga mecanização (utilização de máquinas-ferramentas especializadas, linha de montagem, esteira rolante) e aumento da divisão do trabalho. Difunde-se em grandes empresas produtoras de bens de consumo duráveis, padronizando a produção, a fim de atingir a economia de escala através do consumo de massa (LARANGEIRA, 2002).

O binômio taylorista/fordista tem como características a fabricação em massa de bens padronizados, a utilização de máquinas especializadas não flexíveis, a exigência do cumprimento rigoroso das normas operatórias, a prescrição prévia das tarefas, a exigência da disciplina no cumprimento das mesmas. O taylorismo e o fordismo marcam a Segunda Revolução Industrial, que teve seu início caracterizado pelo uso da eletricidade, do motor combustão, da química orgânica, dos materiais sintéticos e da manufatura de precisão (CATTANI, 2002).

---

[13] Conforme Dejours (1994), há o sofrimento criador e o patogênico. Este ocorre quando todas as margens de liberdade, na transformação, gestão e aperfeiçoamento da organização do trabalho, já foram utilizadas. Quando não há nada além das pressões fixas, rígidas, incontornáveis, inaugurando a repetição e a frustração, o aborrecimento, o medo, ou o sentimento de impotência.

[14] Conforme Oliveira (2002), trabalho prescrito é aquele que é determinado para ser executado; trabalho real é o realmente executado pelo trabalhador. O autor salienta que o trabalho é composto por duas partes: uma que integra a prescrição, o comando, e o que a organização oferece para a execução do trabalho; a outra é a maneira como o trabalhador faz a execução.

[15] Henry Ford (1886-1947) — implantou o fordismo, sistema de gestão e produção que se fundiu ao taylorismo.

Esse processo é visível no filme *Tempos Modernos*[16], protagonizado por Charles Chaplin. Além das conseqüências da Revolução Industrial nos espaços fabris, o filme mostra os impactos que a adoção da díade taylorismo/fordismo causou na vida dos trabalhadores, retratando a divisão do trabalho, a fragmentação das tarefas, a desqualificação operária e a supervalorização das máquinas. A película traz à tona a alienação do trabalho, demonstrando que ocorre, crescente e progressivamente, a separação entre o trabalhador e o resultado do trabalho por ele produzido.

Com a expansão internacional do fordismo, os padrões de vida material da população, nos países capitalistas avançados, cresceram significativamente, houve um ambiente relativamente estável para a lucratividade nas grandes empresas. O Estado de Bem-Estar Social[17] oferecia a garantia das condições materiais aos indivíduos através da regulação dos salários, programas de assistência, etc (ANTUNES, 2002).

No Brasil, o Estado de Bem-Estar Social nunca foi implantado plenamente, porém os gastos do governo brasileiro, no período de 1930 a 1954, foram fundamentais para a proteção do trabalhador. Dentre algumas medidas assumidas, destacam-se a instituição do salário mínimo, a jornada de oito horas de trabalho, as férias remuneradas, a estabilidade no emprego, a indenização por dispensa sem justa causa, a convenção coletiva de trabalho, a proteção ao trabalho da mulher, a assistência à saúde, etc (BULLA, 2003).

Ainda que não tenha ocorrido de forma homogênea e plena, o modelo fordista e o Estado de Bem-Estar Social deram suporte para um período de vasto crescimento dos países capitalistas, conhecido como os “trinta gloriosos anos” ou “anos dourados” (1945 a 1975). Esse período foi caracterizado pelo crescimento contínuo e pela melhoria da qualidade de vida populacional dos países industrializados.

---

[16] **Tempos modernos**. Direção: Charles Chaplin. Interpretes: Charles Chaplin; Paulette Goddard; Henry Bergman; e outros. EUA: Continental, 1936.

[17] “Seu objetivo é proporcionar ao conjunto dos cidadãos padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais. Não se trata de uma economia estatizada; enquanto as empresas particulares ficam responsáveis pelo incremento e realização da produção, cabe ao Estado a aplicação de uma progressiva política fiscal, de modo a possibilitar a execução de programas de moradia, saúde, educação, previdência social, seguro-desemprego e, acima de tudo, garantir uma política de pleno emprego. O estado do bem-estar corresponde fundamentalmente às diretrizes estatais aplicadas nos países desenvolvidos por governos social-democratas” (SANDRONI, 2003, p. 220 - 221).

Após a acumulação obtida nos anos dourados, principalmente a partir de 1970, o capitalismo atravessa uma importante crise. Dentre os motivos elencados para a sua ocorrência, destacam-se: o aumento do custo da força de trabalho e conquistas sociais resultantes de lutas dos trabalhadores, principalmente na década de 1960; desgaste do regime de acumulação taylorista e fordista devido à recessão e conseqüente diminuição do consumo; autonomia da esfera financeira sobre a esfera produtiva; a crise do modelo de Estado de Bem-Estar Social, que resultou na necessidade de diminuição dos gastos públicos; intensificação das privatizações e tendência às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, da força de trabalho e dos mercados (ANTUNES, 2003).

Políticas baseadas no neoliberalismo[18] são adotadas na tentativa de reorganização do capital. Os princípios do ideário neoliberal passam a ditar as orientações e os programas implementados nos países capitalistas, incentivando a reestruturação produtiva, as privatizações, a desregulamentação do Estado, as políticas fiscais e monetárias (ANTUNES, 2003).

Com isso, ocorre uma supervalorização do mercado e da iniciativa privada, crescendo o processo de privatização dos órgãos públicos. O Estado fica cada vez mais subjugado aos objetivos econômicos e políticos dominantes no cenário nacional e internacional, deixando de exercer o seu papel de garantidor de direitos (IAMAMOTO, 2000).

Com a reestruturação produtiva, as inovações tecnológicas intensificam as transformações no próprio processo produtivo. Além disso, ocorrem alterações nos padrões de gestão da força de trabalho, que tiveram como base o toyotismo[19]. A produção flexível impõe a adesão e o consentimento dos trabalhadores, ocasionando, inclusive, a criação de grupos organizados pelos próprios trabalhadores que discutem o trabalho e o desempenho (ANTUNES, 2003).

---

[18] "O projeto neoliberal surge como uma reação ao Estado de Bem-Estar Social, contra a social democracia. Com a crise dos anos 70, as idéias neoliberais são assumidas como a grande saída, preconizando a desarticulação do poder dos sindicatos, como condição de possibilitar rebaixamento salarial, aumentar a competitividade dos trabalhadores e impor a política de ajuste monetário" (IAMAMOTO, 2000, p. 117).

[19] "Designação genérica, oriunda do modelo japonês, para o conjunto de técnicas de organização da produção e do trabalho industrial, de práticas administrativas, relações de trabalho e princípios de gestão de empresa que estariam associados aos importantes ganhos de produtividade atingidos pelo sistema produtivo do Japão após a Segunda Guerra Mundial" (XAVIER-SOBRINHO, 2002, p. 190).

Esse estágio de acumulação caracteriza um novo perfil do trabalhador, do qual se exige que deva ser qualificado, multifuncional e polivalente[20]. Um grupo mais restrito de trabalhadores passa a realizar funções que anteriormente ficavam sob a responsabilidade de um grupo maior. As novas técnicas de gestão da força de trabalho propõem que o trabalho seja em equipe e não mais parcelizado. Há controle rigoroso de estoques a fim de evitar os desperdícios; a produção torna-se mais diversificada e heterogênea; as indústrias horizontalizam suas produções, terceirizando o que não é foco principal (ANTUNES, 2003).

Em suma, ocorre o desenvolvimento de uma nova matriz produtiva calcada na informação e no conhecimento. O processo de gestão da mão-de-obra apóia-se na flexibilização do mercado de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. A acumulação flexível tem como características o surgimento de novos setores de produção, o fornecimento de novos serviços financeiros e de mercados, as inovações tecnológicas, organizacionais e comerciais. Com isso, tem ocorrido decréscimo de trabalho vivo e crescimento da força de trabalho excedente (HARVEY, 1994).

2.3 METAMORFOSES E IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO NA ATUALIDADE

A partir da chamada Terceira Revolução Industrial, ocorreram mudanças significativas no mundo do trabalho. De acordo com Antunes (2003), a classe trabalhadora ficou mais heterogênea e fragmentada, ocorrendo a divisão entre trabalhadores qualificados e desqualificados. Os primeiros representam a minoria e utilizam mais a sua capacidade intelectual; os segundos constituem o grupo de trabalhadores precarizados que estão vivenciando o emprego temporário e o desemprego estrutural[21].

---

[20] Trabalhador polivalente é aquele que é requisitado para exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho, com o mesmo salário (IAMAMOTO, 2000).

[21] "Origina-se em mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas): em ambos os casos, grande número de trabalhadores fica desempregado a curto prazo, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização de sua mão-de-obra" (SANDRONI, 2003, p. 168).

A reestruturação produtiva ocasiona uma diminuição no conjunto de trabalhadores que se estruturavam por meio de empregos formais e estáveis, como na época do taylorismo/fordismo. A subproletarização ou precarização do trabalho[22] ganha expressão através dos trabalhos terceirizados e do subemprego[23], entre outras formas assemelhadas (ANTUNES, 2003).

Antunes (2003) destaca que a 'classe-que-vive-do-trabalho'[24] ficou mais qualificada nos segmentos em que o trabalho foi mais intelectualizado, mas desqualificou-se e precarizou-se em vários outros. Isso ocasionou a extinção de algumas funções consideradas desnecessárias. O autor aponta que os trabalhadores da era informacional fazem mais uso da sua potencialidade cognitiva e passam a coexistir com um contingente de trabalhadores sem qualificação, em situação de desemprego ou submetidos ao trabalho precário.

A Terceira Revolução Industrial provocou uma reorganização no sistema laboral, trazendo alteração no processo produtivo, no mercado de trabalho, no papel político dos sindicatos, no processo de negociação e contratação do trabalho. Nesse contexto, o trabalhador perde os seus direitos e não consegue inserção profissional, o que gera uma população de desempregados e a deterioração das relações de trabalho (MATTOSO, 1995).

Mattoso (1995) afirma que a insegurança no mercado de trabalho aumentou significativamente, houve a redução dos empregos e a transformação dos contratos formais para contratos flexíveis, com trabalhadores de turno parcial. O autor destaca a ocorrência de duas formas de flexibilidade do trabalho: a funcional, quando o

---

[22] "O termo precarização tem sido empregado, atualmente, em referência a uma diversidade de situações laborais atípicas que se tornaram expressivas nos anos 90 como reflexo da crise do sistema econômico. Essas formas de inserção ocupacional apresentam a característica de não serem regidas por contrato de trabalho assalariado típico, e as condições de trabalho, nelas encontradas, tendem a um padrão inferior vis a vis à condição assalariada. [...] A definição de trabalho precário contempla pelo menos duas dimensões: a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade" (GALEAZZI, 2002_a p. 242).

[23] "Situação socioeconômica dos trabalhadores que se dedicam à prestação de serviços avulsos de baixa remuneração ou que só encontram trabalho em certos períodos do ano. O subemprego crônico de parte da mão-de-obra é uma característica do subdesenvolvimento. Nos centros urbanos brasileiros, o subemprego se manifesta por meio de existência de grande número de pessoas que vivem de biscates (venda de mercadoria nas ruas e calçadas, lavagem de carros, etc.) e, na zona rural, o caso mais típico é representado pelo trabalho temporário dos bóias frias por ocasião das colheitas de frutas, café, cana-de-açúcar, algodão, etc" (SANDRONI, 2003, p. 580 - 581).

[24] Expressão utilizada por Antunes (2002) para dar validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Para o autor, esta visão ampliada de classe trabalhadora compreenderia a totalidade dos assalariados, dos homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, não tendo outra alternativa de sobrevivência senão o seu assalariamento. Fariam parte dela os trabalhadores da indústria, agricultura, comércio e serviços, os que trabalham no setor privado e público, os precarizados e os desempregados.

trabalhador assume novas funções, e a flexibilidade externa, quando empregados podem ser demitidos e incorporados conforme a demanda.

Segundo Mattoso (1995), há insegurança em relação à renda, quando a variação salarial é inferior ao nível da produtividade, e na contratação do trabalho, já que os sindicatos perderam sua força de negociação. O autor aponta que estes foram reduzidos e acabaram assumindo um caráter assistencial no que se refere à sua representatividade, o que contribuiu para a fragilização da classe trabalhadora.

De acordo com Antunes (2002), devido à redução de segurança na manutenção dos empregos, cresce a preocupação com a empregabilidade. O trabalhador passa a buscar capacitação pessoal e profissional, sendo controlado pelo tempo, até mesmo fora do trabalho. O autor salienta que, mesmo com a jornada de trabalho menor, as pessoas trabalham mais tempo real do que em outras épocas, quando o trabalho não era tão complexo.

> A empregalidade refere-se às condições individuais de competência e aptidão para: chegar ao mercado de trabalho, manter-se no emprego e reingressar no mercado de trabalho. Associa-se à qualificação profissional tendo como meio seguro (e visto como único) de manter-se apto, a formação profissional em bases contínuas. A educação permanente seria a estratégia possível de salvaguardar a capacidade de transitar em um mercado de trabalho hipercompetitivo e em constante mutação. O conceito tem pressupostos de que obter ou não um emprego depende da vontade e aptidão individual; a educação, por sua vez, adquire um caráter pragmático e reducionista de simples adequação ao mercado (KOIKE, 2000, p. 105).

Portanto, na perspectiva da lógica teórica neoliberal, o desemprego e o trabalho precarizado são tratados como questões individuais. Por isso, as pessoas desempregadas ou subempregadas reproduzem essa lógica e crêem que sua situação é resultado de escolhas e/ou de características pessoais. A noção de empregabilidade desvia a atenção da supremacia do capital sobre o trabalho e, conseqüentemente, das causas reais da exploração do trabalhador.

As transformações econômicas, políticas e tecnológicas, em curso, causam repercussões significativas no mercado de trabalho e para a classe trabalhadora. Tais conseqüências não se resumem apenas ao aumento do desemprego, mas referem-se à qualidade do vínculo empregatício, ao aumento do trabalho sem carteira assinada, à ausência de direitos previstos na legislação trabalhista.

A classe trabalhadora está sofrendo precarização e intensificada exploração, pois, atualmente, há uma forma combinada de extração da taxa de exploração

através da mais-valia relativa (inovações tecnológicas) e absoluta (ampliação do ritmo de trabalho). Concomitantemente, trabalho morto (máquinas) e trabalho vivo (trabalhadores) integram-se para melhor produzir. Portanto, o trabalho não está em extinção, a sua centralidade não deixou de existir, o que existe é a reconfiguração de um trabalhador precarizado, mais explorado e excluído (ANTUNES, 2002; PRIEB, 2005).

As transformações ocorridas no processo produtivo da economia mundial e a adoção de políticas econômicas de recorte neoliberal são impactantes para os trabalhadores e para o mercado de trabalho, provocando o aumento do desemprego, a diminuição do trabalho formal e o crescimento da economia informal. Sendo assim, ocorre um processo de fragmentação da classe trabalhadora e a vulnerabilização do movimento sindical (PRIEB, 2005).

Nesse contexto, sustenta-se que a precarização do trabalho e o desemprego estão relacionados à baixa qualificação profissional e à inadequação das pessoas em relação ao mercado de trabalho. Os programas de qualificação e requalificação são requisitados para a inserção e reinserção do trabalhador no contexto do processo de gestão flexível, instigando a competitividade e o individualismo.

Os procedimentos voltados à reciclagem da força de trabalho não têm dado conta da diminuição do desemprego. Mesmo assim, este passa a ser tratado de forma particularizada e não como um fenômeno inerente ao capitalismo. O trabalhador responsabiliza-se pela manutenção do seu emprego ou culpa-se pelo seu desemprego, pois o sucesso e o fracasso são considerados méritos pessoais na sociedade capitalista.

Atualmente, aqueles que vendem a força de trabalho continuam sendo explorados, porém mais qualitativamente do que quantitativamente. Durante o taylorismo/fordismo, a capacidade executória do trabalhador era mais importante do que a sua potencialidade criativa, porém o trabalho intelectual é mais valorizado na gestão flexível. O trabalhador passa a ser cooptado objetiva e subjetivamente, pois se exige que ele tenha um comprometimento mais profundo com a empresa e assuma maiores responsabilidades (ANTUNES, 2002). Não basta ter capacitação técnica, pois o mercado de trabalho solicita uma série de predicados pessoais, o que revela o alargamento das formas de exploração.

2.4 SUBJETIVIDADE

Na sociedade contemporânea, os sujeitos consideram como seus os problemas que são, na verdade, macrossociais. Por isso, não conseguem fazer o elo entre o individual e o social e, de um modo geral, tomam para si a responsabilidade por suas perdas ou ganhos. Daí a importância de contemplar, nesta pesquisa, a subjetividade desse sujeito e compreendê-lo na relação com a sociedade, no intuito de contribuir para que essa integração se efetive.

> Subjetividade: É a qualidade do que é subjetivo, indicando uma relação essencial ao sujeito. Daí a sua contraposição à objetividade. Trata-se da propriedade constitutiva do fenômeno psíquico do sujeito autoconsciente e pensante, que só pode ser experimentado por ele. Caracteriza pois a interioridade da pessoa, o seu caráter de individualidade irredutível a qualquer conceito geral. Por isso se usa também numa acepção concreta para indicar o campo das realidades subjetivas (MORAIS, 1992, p.1321).

Pode-se dizer que tal conceituação é bastante reducionista, pois é notório que a conotação de subjetividade pressupõe a existência de um mundo externo dissociado de um mundo interno do sujeito. Assim, ela seria estanque e imune às interferências dos aspectos sócio-históricos, políticos, culturais e econômicos que permeiam as relações sociais; dito de outro modo, ela não contempla a totalidade concreta, pois esta não dicotomiza o sujeito. A supervalorização do indivíduo também fica evidente, assim como a idéia de que a subjetividade ocorre de maneira homogênea, universal e individualizada para todas as pessoas, sendo atrelada ao âmbito da interioridade.

Na perspectiva dialética, a contradição é tida como a unidade dos contrários, constituindo-se em tese e antítese a ser superada pela síntese, que é qualitativamente distinta de ambas. Desse modo, a subjetividade é construída dialeticamente através das relações que se estabelecem entre o indivíduo e a sociedade em que ambos são indissociáveis, visto que o particular contém em si o universal (LANE, 2002).

A concepção de subjetividade que reduz o indivíduo a algo independente do plano social é insustentável, pois o movimento dialético é que caracteriza essa relação como contraditória. Ou seja, a sociedade determina o indivíduo, porém este,

através de suas ações práticas e de sua participação ativa nas relações sociais, constrói essa sociedade e constitui a sua subjetividade (LANE, 2002).

De acordo com Nardi (2006), a palavra subjetividade conduz para aquilo que é próprio ao sujeito. A subjetividade é compreendida como um conceito operativo, uma categoria analítica que viabiliza o entendimento da dinâmica e da estrutura social em que o individual e o coletivo são inseparáveis. Losicer, citado por Nardi (2006), afirma que não há cisão entre o 'sujeito psíquico' (sujeito da história individual e do desejo inconsciente) e o 'sujeito social' (sujeito da história e de suas transformações).

No que se refere ao rompimento de dicotomias, há importantes contribuições de psicólogos que desenvolveram a psicologia soviética[25], dentre os quais se destacam Vigotsky[26] e Rubinstein[27]. Estes foram os pioneiros na superação de determinados dualismos, como o do social com o individual, visto que refutavam o determinismo causal entre as influências externas e a psique, defendendo a sua representação dialética (GONZÁLEZ REY, 2006).

A dialética possibilita ultrapassar a cisão entre indivíduo e sociedade, entre externo e interno. Portanto, a psique não seria o produto de interferências externas, mas sim um processo de produção de significado e sentido que ocorre com o sujeito a partir de sua experiência relacional com os fenômenos do mundo. O sujeito passa a ter uma participação ativa, e a psique deixa de ser concebida como um produto passivo para ser considerada um processo complexo, como resume González Rey (2006, p. 357):

> A dialética permitiu a desnaturalização da compreensão da psique e facilitou sua representação como sistema complexo capaz de integrar, em seus próprios termos e mediados pelas suas próprias formas de organização, experiências vividas pelo homem em diferentes espaços socioculturais e em diferentes momentos históricos, como momentos de sentido de sua organização atual. É precisamente essa integração do histórico e do social, na sua especificidade psicológica, o que explica o uso da categoria subjetividade para dar conta desse complexo sistema de sentido com características ontológicas diferentes de muitos dos sistemas que participaram de sua gênese [...].

---

[25] A psicologia soviética utiliza o marxismo e suas variantes como fundamento filosófico (GONZÁLEZ REY, 2006).

[26] Lev S. Vigotsky (1896-1934) — psicólogo soviético fundador do enfoque histórico-cultural (GONZÁLEZ REY, 2006).

[27] Serge Rubinstein (1889-1960) — juntamente com Vigotsky, foi um dos protagonistas no desenvolvimento da psicologia soviética (GONZÁLEZ REY, 2006).

A perspectiva dialética não compreende a subjetividade como sinônimo de interiorização, mas reconhece as interferências da cultura e dos contextos históricos na constituição do sujeito e entende que este não é passivo, e sim constituinte de tais contextos. De acordo com o referido autor, o cultural, o social e o histórico são elementos produtores de subjetividade e, por essa razão, não estão separados do sujeito, todos se relacionam e se integram. A subjetividade não está associada à apreensão racional da realidade externa pelo sujeito, mas está relacionada à história deste e dos contextos históricos geradores de sentido.

Fonseca (2002) afirma que não é possível tecer alguma noção de subjetividade/sujeito que seja desvinculada dos processos sociais e históricos, pois, antes de ser individual, a subjetividade é coletiva, social e histórica. A autora salienta que mundo e sujeito, público e privado, racionalidade e sensibilidade, trabalho e não trabalho são inconcebíveis como realidades isoladas e autônomas, pois coexistem de forma recíproca e relacional, uma está contida na outra, necessitando uma da outra. Sendo assim, quando se faz referência à subjetividade, as oposições dualistas devem ser refutadas.

> [...] o reconhecimento da complexidade do mundo social e dos sujeitos leva a considerá-los (mundo e sujeitos) como efeitos complexos da interpenetração de múltiplos eixos estruturados e estruturantes, cujas alianças são capazes de identificar as faces dos diferentes poderes – social, econômico, simbólico, cultural –, que buscam sua concretização e (re)produção tanto na ordem societária como na ordem psíquica de seus agentes (FONSECA, 2002, p.21).

No entanto, negar as dicotomias não significa negar a singularidade e a própria subjetividade. Elas não são suprimidas, pois cada indivíduo, em sua experiência peculiar, vivencia, de forma heterogênea, as ocorrências do mundo social com o qual se relaciona e interage. Nessa interação, a subjetividade é, ao mesmo tempo, produto e produção.

De acordo com Guattari e Rolnick (1996, p. 33), “a subjetividade é essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares”. É oscilante o modo pelo qual o indivíduo vive a subjetividade, podendo ser através de uma relação de alienação e opressão, quando tal relação é apreendida e reproduzida pelo indivíduo, constituindo, assim, uma subjetividade

assujeitada; ou através de uma relação de expressão e criação, ocorrendo um processo de produção de singularização.

Desse modo, a subjetividade é concebida como uma produção, algo que não se cristaliza, que está em metamorfose e em constante devir. Os referidos autores salientam que o sistema capitalista tende a obstruir os processos de singularização e a instituir os processos de individualização. Pode-se dizer que os processos emancipatórios de resistência à submissão e às mais diversas formas de dominação equivalem aos processos de singularização; enquanto os processos de individualização apontam para a culpabilização, para o assujeitamento e o conformismo.

O conceito de subjetividade "se reporta a tudo aquilo que está alocado no sujeito humano, por contraste às condições de existência, que precedem a entrada do sujeito no mundo. É pela via da posição do sujeito no mundo que a sua subjetividade se constitui" (FONSECA, 2002, p. 22), ou seja, pela via da contradição, a subjetividade é conformada historicamente. Os sujeitos assumem a posição de protagonismo ou de passividade diante dos acontecimentos. Logo, podem ser responsáveis pela produção de uma subjetividade mais livre ou pela reprodução de uma subjetividade conformada aos padrões determinantes da sociedade. Isso não é algo estanque, mas um processo marcado por rupturas e continuidade.

A dinâmica histórica põe os planos objetivos e subjetivos num processo de reciprocidade interacional, sem que se possa definir especificamente a fonte originária e determinante da realidade, pois esta possui múltiplos condicionantes (GONZÁLEZ REY, 2006). Essa multiplicidade de fatores constitui a totalidade, diferente do subjetivismo que supervaloriza os aspectos internos como se fossem deslocados de uma contextualização histórico-social.

Como Nardi (2006) destaca, a subjetividade é constantemente determinada pela vida social, a qual é determinante do próprio desenvolvimento do indivíduo. O autor salienta que a subjetividade é oriunda dos processos de interação entre os indivíduos e a sociedade, do modo como o sujeito constrói-se e é construído na 'trama social'.

O campo de estudos e análise da *subjetividade e trabalho* é caracterizado pela ruptura das oposições binárias, como indivíduo-coletivo, objetivo-subjetivo e interior-exterior, e busca o alargamento da análise para a compreensão dos processos de subjetividade. Esse campo tematiza e analisa a relação entre

subjetividade e trabalho, isto é, a conexão entre o trabalhador e seu trabalho, abrangendo modos de pensar, agir, sentir, resistir, trabalhar, em cada contexto socioeconômico, incluindo valores, necessidades e projetos. Em suma, esse campo busca verificar e compreender a maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho (NARDI; TITTONI; BERNARDES, 2002), considerando fundamentais as condições concretas que condicionam o lugar e o tempo histórico em que esses sentidos são construídos ou reproduzidos.

Através do diálogo com essa perspectiva, considera-se que é preciso pensar nos modos como os sujeitos estão vivenciando a ausência de trabalho, já que este é um importante veículo de sociabilidade, responsável pela vida em sociedade e pela criação de vínculos entre os homens. É imprescindível refletir a respeito da subjetividade de quem não tem acesso ao emprego assalariado e por isso está privado de construir laços sociais e referenciais de coletividade que se constituem a partir do trabalho.

3 EMPREGO E DESEMPREGO: concepções e dados de realidade

3.1 DO EMPREGO AO DESEMPREGO ESTRUTURAL

Na sociedade capitalista, a venda da capacidade física e intelectual do trabalhador passa a ser condição para a sua subsistência, ocorrendo a transformação do trabalho livre e assalariado para a sua forma institucionalizada: o emprego. Nessa função, o trabalho "tornou-se importante referencial para o desenvolvimento emocional, ético e cognitivo do indivíduo ao longo do seu processo de socialização e, igualmente para o seu reconhecimento social, para a atribuição de prestígio social intra e extragrupal" (LIEDKE, 2002, p. 345).

Cattani (2000, p. 39) assinala que, mesmo existindo diversas outras modalidades de trabalho, o "epicentro dos mecanismos econômicos, das experiências e das construções sociais é a relação assalariada". Nos últimos séculos, o trabalho proporcionou a produção e acumulação de riqueza, simultaneamente ao desenvolvimento das forças produtivas em níveis extraordinários. Com isso, transformou-se num 'cimento social', fundamental no processo de socialização e responsável pelo sentido da vida dos indivíduos.

Conforme Cattani (2000), devido à importância que o trabalho possui para a humanidade, principalmente para a sociedade capitalista que o exalta como dever moral, é que o desemprego também ganha relevância. O autor afirma que o desemprego é compreendido como um '*status* social' e não só como a ausência de atividades e de relações assalariadas.

A noção de desemprego é delineada no final do século XIX e é tão atual como a instituição do mercado de trabalho. A constituição deste só ocorre plenamente no decorrer do século XX, quando a relação social de assalariamento passa a ser predominante (GALEAZZI,2002_b).

Portanto, o desemprego é uma característica das sociedades modernas, que se baseiam no emprego remunerado. Ele indica a existência, dentro de uma sociedade, área geográfica ou grupo social, de quantidades populacionais buscando trabalho remunerado. A partir do surgimento de sociedades de emprego baseadas

no trabalho remunerado, o desemprego passa a assumir um significado social, econômico e político (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996).

Ancorados na visão de que o desemprego era inevitável e de curto prazo, os pensadores clássicos e neoclássicos, no século XIX, sustentavam que as economias capitalistas possuíam uma tendência natural ao pleno emprego[28] porque toda oferta criada através da produção geraria demanda. Acreditavam que com o crescimento do desemprego haveria oferta de mão-de-obra ociosa e queda de salários e, nessa lógica, mais trabalhadores poderiam ser empregados (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996).

As explicações teóricas sobre a causalidade do desemprego são diversas, algumas o vinculam ao crescimento populacional natural e excessivo, outras consideram que esse fenômeno é o resultado óbvio do progresso técnico. Na perspectiva marxista, o desemprego é inerente ao sistema capitalista e está ligado ao processo de acumulação, portanto não é um fenômeno natural, como esclarecem Marx e Engels (1989) em *O Capital*:

> Mas, a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo excedente. [...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista [...]. Com a acumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, cresce a força de expansão súbita do capital (MARX; ENGELS, 1989, p. 731 - 733 - 734).

Essa visão mostra que, na sociedade capitalista, existe a necessidade de haver uma reserva de força de trabalho desempregada e outra empregada, pois assim se dá a regulação dos salários e a garantia de que a elevação destes não irá interferir nos lucros e no processo de acumulação. Bottomore e Outhwaite (1996) explicam que, à medida que a demanda econômica se expande, aumenta a demanda por trabalho, o que provoca a redução do exército industrial de reserva e o inflacionamento do preço da mão-de-obra (salário). À medida que os salários

[28] "Situação em que a demanda de trabalho é igual ou inferior à oferta. Significa o grau máximo de utilização dos recursos produtivos (materiais e humanos) de uma economia [...]. Considera-se haver uma situação de pleno emprego quando não mais que 3% a 4% da força de trabalho está desempregada" (SANDRONI, 2003, p. 474).

sobem, ocorre uma queda na taxa de lucro e, conseqüentemente, no nível da acumulação de capital.

Existem várias definições acerca do desemprego assim como são apontadas diversas causas para a ocorrência desse fenômeno, o que faz com que ele receba classificações diferenciadas. Conforme Sandroni (2003, p.168), o conceito de desemprego corresponde à "situação de ociosidade involuntária em que se encontram pessoas que compõem a força de trabalho de uma nação". O autor aponta algumas categorias de classificação do desemprego, conforme a causalidade atribuída:

- Desemprego Cíclico: relacionado a uma fase de queda do ciclo econômico.
- Desemprego Disfarçado ou Subemprego: corresponde à remuneração muito abaixo de padrões aceitáveis, que atinge trabalhadores não registrados, mas que mesmo assim compõem a força de trabalho de uma nação.
- Desemprego Friccional ou Normal: sua ocorrência se dá devido ao desajuste ou ausência de mobilidade entre a oferta e a procura, quando empregadores que possuem vagas desconhecem a existência de mão-de-obra disponível, e trabalhadores desempregados desconhecem as ofertas reais de trabalho.
- Desemprego Sazonal: limitado a épocas específicas do ano; não há, homogeneamente, oferta de emprego durante o ano inteiro.
- Desemprego Tecnológico ou Estrutural: origina-se em mudanças na tecnologia de produção — aumento da mecanização e automação — ou nos padrões de demanda dos consumidores, fazendo com que algumas indústrias e profissões se tornem obsoletas, provocando o surgimento de novas. Nas duas situações, um número expressivo de trabalhadores fica desempregado a curto prazo, enquanto uma minoria é valorizada pela sua mão-de-obra.

No mundo contemporâneo, ocorre o exacerbamento do desemprego estrutural. Isso é preocupante, pois o trabalho é referência central, não apenas pelo aspecto econômico, mas pela dimensão psicológica, cultural e simbólica, o que se evidencia quando são analisadas as conseqüências do desemprego para as pessoas que vivenciam essa situação (CASTEL 1998).

Se esse fenômeno era provisório no passado, o desemprego atual não é temporário e possui indicativos de crescimento (CASTEL, 2000). O desemprego estrutural não é decorrente de situações contingenciais, como dificuldades

econômicas das empresas, mas é decorrente de uma alteração na estrutura, por exemplo, substituição da mão-de-obra por máquinas.

O progresso técnico, por si só, não gera desemprego, e sim o uso que se faz dele. Indiscutivelmente, a tecnologia trouxe vários benefícios à humanidade, mas também foi utilizada para inovar os meios de exploração do homem, reduzir o trabalho vivo e, principalmente, ampliar as formas de acumulação.

Portanto, a proliferação do desemprego não pode ser considerada apenas o produto oriundo da adoção de tecnologias que poupam a força de trabalho. De acordo com Meneleu Neto (1998), a lógica do mercado norteada pelo ideário neoliberal ampara-se numa espécie de reducionismo tecnológico, sustentando que não há alternativas contra as tendências que são inevitáveis, como o fim do trabalho organizado, dos sindicatos, da luta de classes, do operariado.

O referido autor reforça o quanto é fundamental reavaliar o conceito de exército industrial de reserva, visto que existem condicionantes históricos diferentes da época de sua definição original. No capitalismo contemporâneo, tais determinantes estão ligados à reorganização do capital para aumentar a acumulação a partir da crise do fordismo. A recuperação da rentabilidade do capital somente seria possível sem a presença de condições desfavoráveis ao aumento da exploração da força de trabalho, como a resistência dos trabalhadores diante da intensificação do ritmo de trabalho.

O enfraquecimento dos sindicatos e o aumento do exército industrial de reserva são imprescindíveis para a reestruturação capitalista. Uma classe trabalhadora combativa seria um entrave ao capital, pois este precisa contar com trabalhadores cooperativos, projeto que se viabiliza com o padrão de acumulação flexível, como esclarece Meneleu Neto (1998). Ele enfatiza que o interesse neoliberal é ter um mercado de trabalho desregulamentado, livre de sindicatos e do controle do Estado-nação.

O autor citado destaca que, na contemporaneidade, há uma inversão da lógica exposta originalmente a respeito do exército industrial de reserva, que, no capitalismo clássico, era produto das oscilações autônomas da acumulação do capital, na fase ascendente da acumulação, ficava reduzido e, na fase de retração, aumentava. No capitalismo contemporâneo, a categoria exército industrial de reserva é reposta como um pressuposto e não mais como uma conseqüência do acúmulo de capital.

O desemprego traduz a fragilização da resistência coletiva dos trabalhadores, expressa a vulnerabilização das relações de trabalho e serve como elemento de adesão ao novo modo de trabalhar, que é imposto pelo padrão flexível de acumulação. Para manterem os seus empregos, os trabalhadores competem entre si, pois são estimulados a intensificarem a sua dedicação à empresa através de recompensas personalizadas (MENELEU NETO, 1998).

Observa-se a redução de empregos a partir da reestruturação capitalista, pois os empresários preferem fazer uso da subcontratação de empregados, tendo em vista o aumento da produtividade. Os investimentos tecnológicos, apesar de não serem determinantes, também contribuem para o decréscimo do número de vagas nas empresas, já que o trabalhador é substituído pelas máquinas (REIS, 2002).

Segundo Antunes (2005), a repercussão mais negativa da reestruturação produtiva é expressa através da destruição, precarização e eliminação dos postos de trabalho, resultando em um desemprego estrutural. O autor cita Mészáros para mostrar que tal fenômeno não é exclusivo dos chamados ‘países de terceiro mundo’:

> mais de 40 milhões de desempregados nos países industrialmente mais desenvolvidos. Deste número, a Europa conta com mais de 20 milhões e a Alemanha - outrora elogiada por produzir o “milagre alemão” - ultrapassou a marca dos 5 milhões. Em um país como a Índia - reverenciado pelos organismos econômicos tradicionais por suas realizações na direção do desenvolvimento - há não menos do que 336 milhões de pessoas desempregadas e outras milhões sob condições inadequadas de trabalho, cujos dados não foram registrados. Além disso, a intervenção do FMI, organização dos EUA que dita ordens, pretendendo melhorar as condições econômicas dos países “em desenvolvimento” mais afetados pela crise, tem, na verdade, piorado as condições dos desempregados [...] Ao mesmo tempo, os antigos países pós-capitalistas pertencentes ao sistema de tipo soviético, da Rússia à Hungria - que no passado não sofriam com altos índices de desemprego, embora administrassem suas economias com altos níveis de subemprego -, diante da pressão direta do FMI vêm sofrendo com as condições desumanizadas do desemprego maciço (MÉSZÁROS apud ANTUNES; 2005, p.15).

Diversos países têm sofrido com as conseqüências da expansão do desemprego. Segundo Antunes (2005), o Japão é outro exemplo de país onde o desemprego está crescendo, o que é um dado considerável, já que representa uma das economias mais poderosas do mundo. Conforme o autor, o prognóstico é que as condições de trabalho, nesse país, se tornem piores do que no período de desenvolvimento do pós-guerra e de expansão do capital, pois, em função da flexibilidade, há grande intensificação da exploração dos cronogramas de trabalho.

3.2 A REALIDADE BRASILEIRA

Segundo Mattoso (1999), o Brasil, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, transformou-se em uma economia potencialmente geradora de empregos formais. Mesmo diante do crescimento demográfico e com um grande número de pessoas expulsas do campo, o País teve capacidade de incorporar ao mercado de trabalho um expressivo contingente populacional. Porém, o autor destaca que, no decorrer da década de 1980, ocorreram alterações significativas na dinâmica do mercado de trabalho, quando o desemprego urbano se tornou intenso.

No período de 1995 a 1998, o Brasil conheceu níveis de desemprego elevadíssimos, até então inéditos na história do país. Além disso, houve crescente deterioração das condições de trabalho, aumento do trabalho temporário por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, e a proliferação da informalidade. [...] “ao longo dos anos 90 foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que [...] em 1995 foi contabilizada uma queima de nada menos de 1,8 milhão de empregos formais” (MATTOSO,1999, p. 18).

Pochmann (2001) refere que o Brasil teve a experiência de passar consecutivamente por duas décadas ‘perdidas’ (1980/1990), sob o aspecto econômico. O autor enfatiza que 1990 foi a década do século XX com o pior desempenho econômico, se comparada às demais, e o volume de desempregados foi três vezes maior nessa década do que na anterior.

Dentre as principais razões para o crescimento do desemprego no País, na década de 1990, Pochmann (2001) destaca o processo de reestruturação das empresas, responsável por mudanças significativas relativas à conduta empresarial. Esta se concentrou na implantação de novos programas de gestão da produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica. Com isso, aconteceram alterações nas relações de trabalho e muitos empregos formais foram perdidos. Em parte, a perda desses empregos formais se deve à introdução de novos fundamentos competitivos, marcados pelo acréscimo de produtividade do trabalho, pelo aumento da inserção externa e por elevados investimentos das empresas.

Com o processo de reestruturação nas empresas, houve a adoção de programas de reengenharia[29], terceirização[30] e subcontratação[31] de mão-de-obra, como medidas de redução de empregos. Conseqüentemente, ocorreu a geração tanto de um desemprego estrutural como de significativas alterações na composição ocupacional. Devido à recessão dos anos 1990/92, houve encolhimento de empregos no setor privado, e o setor público passou a comportar uma maior quantidade de empregos do que a indústria (MATTOSO, 1999; POCHMANN, 2001).

No entanto, a fim de minimizar gastos com pessoal no setor público e compensar a extensão das despesas com encargos financeiros, o governo optou pela demissão de funcionários públicos não estáveis vinculados ao poder executivo federal. Além disso, programas de demissão voluntária foram implantados, houve o fechamento de organismos estatais e privatizações. Devido aos ajustes fiscais e aos cortes nos gastos sociais, o setor público ficou mais enfraquecido quanto à capacidade de geração de empregos (POCHMANN, 2001).

Os governos da década de 1990 adotaram medidas convergentes com as diretrizes do *Consenso de Washington*[32], as quais incluíam a redução do Estado pelas privatizações e a abertura da economia para o mercado internacional, com a retomada dos investimentos externos. Tais medidas buscavam atender às exigências da globalização[33] capitalista, por isso o seu custo social se mostrou elevado, visto que houve redução de investimentos na área social, o que provocou

---

[29] Por reengenharia, entende-se um sistema de gestão - organização das atividades sociais desenvolvidas através de diferentes técnicas administrativas (Círculos de Qualidade, projeto de empresa, Qualidade Total, *downsizing, rightsizing).* Ela tem, por pressuposto, uma perspectiva racionalizadora por intervir no processo produtivo e nas decisões gerenciais a partir de critérios econômicos (maximização e otimização dos recursos). Possui uma perspectiva democrática, por compartilhar com toda a empresa as metas que devem ser operacionalizadas, considerando atribuições e funções na estrutura organizacional (ALBUQUERQUE, 2002, p. 263).

[30] "O termo terceirização expressa o recurso gerencial pelo qual uma empresa transfere parte do seu processo produtivo (atividade-fim) para outra unidade empresarial, que opere interna ou externamente aos limites espaciais da contratante (prédios e terrenos) e que mantenha independência administrativa e de capital, visando à flexibilização do trabalho" (RUDUIT, 2002, p. 335).

[31] "O termo subcontratação refere-se ao recurso gerencial pelo qual uma empresa contrata uma outra unidade empresarial para a execução de atividades auxiliares à produção (higiene, limpeza, vigilância, zeladoria, transporte, saúde, alimentação, xerox, entre outras) ou para a realização de tarefas relativas à atividade-fim, interna ou externamente aos limites espaciais da empresa contratante [...] a subcontratação de uma empresa apenas é considerada terceirização quando o produto/serviço fornecido referir-se à atividade fim da empresa contratante" (RUDUIT, 2002, p. 335 - 336).

[32] "Conjunto de propostas elaboradas em um seminário do Banco Mundial em Washington e destinadas aos países periféricos, visando à redução do Estado, à liberalização de mercados e à desregulamentação financeira" (MATTOSO, 1999, p. 23).

[33] Termo que designa o fim das economias nacionais e a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação e transportes (SANDRONI, 2003, p. 265).

um crescente desemprego e o exacerbamento do trabalho informal (MATTOSO, 1999).

No capitalismo contemporâneo, os setores primário e secundário passaram a empregar cada vez menos trabalhadores. A ascensão do setor de serviços foi um dos resultados desse novo padrão de acumulação capitalista e, juntamente com o desenvolvimento de novas tecnologias, ampliou a heterogeneidade e fragmentação da força de trabalho. As empresas fazem proliferar os empregos temporários, entre outros, provocando decréscimo de salários e redução dos direitos dos trabalhadores (PRIEB, 2005).

Todos esses processos estão presentes na economia e na sociedade brasileira, compondo um contexto de desemprego estrutural, de subemprego e de precarização do trabalho. Como esse cenário não é provisório, o medo em relação ao desemprego passa a atingir também os trabalhadores empregados, pois cada trabalhador é potencialmente desempregado.

3.3 A MENSURAÇÃO DO DESEMPREGO

O desemprego é um fenômeno complexo não só quanto às suas definições e causalidade, mas também no que diz respeito à sua medição. Conforme Mattoso (1999), até mesmo nos países onde o mercado de trabalho é mais homogêneo, há dificuldade de limitar a apreensão do fenômeno.

Conforme a OIT[34], são considerados desempregados os indivíduos que durante o período de referência atendem, concomitantemente, aos seguintes critérios: “1) estão sem trabalho; 2) têm disponibilidade para trabalhar; 3) procuram trabalho assalariado ou autônomo em um período recente, identificando providências efetivas nesse sentido” (GALEAZZI, 2002_b, p. 70).

No entanto, existem outras formas de desemprego além da expressa por essa definição, que se mostra bastante reducionista. Mattoso (1999) salienta que, na atualidade, o grande desafio é identificar as categorias intermediárias não

[34] Organização Internacional do Trabalho.

contempladas na definição da OIT e as relações que elas mantêm, o que favorece a compreensão da amplitude e complexidade acerca do fenômeno.

Em países como o Brasil, o mercado de trabalho não atingiu os patamares de integração e homogeneização dos países avançados. Além disso, possui um grau de desestruturação muito mais significativo, o que justifica a preocupação em compreender mais a diversidade e heterogeneidade desse mercado e da população desempregada, visto que as estatísticas construídas, baseadas na definição anteriormente citada, não acompanham as particularidades de como acontece a inserção da força de trabalho (MATTOSO, 1999; GALEAZZI, 2002_b).

No Brasil, existem duas pesquisas mensais sobre o desemprego, porém nenhuma inclui a totalidade do país. Uma delas, a mais antiga, começou quando o desemprego ainda não se apresentava como um problema com proporções tão significativas para o Brasil: trata-se da PME[35], investigada pelo IBGE. Essa pesquisa é voltada mais para o emprego, acompanha o desempenho do mercado de trabalho em algumas regiões metropolitanas e abarca informações sobre a evolução do emprego assalariado, do trabalho por conta própria e dos empregadores (MATTOSO, 1999). Em 2002, esse instituto reformulou sua metodologia quanto à data de referência para considerar uma pessoa como 'desocupada', passando de 7 para 30 dias (IBGE, 2006).

Para o IBGE (2006), são considerados desocupados os indivíduos sem qualquer trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para trabalhar nessa semana e que tomaram providências para consegui-lo no período de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho nesse período. Reitera-se que, em maio de 2006, a população desempregada em seis capitais brasileiras (Recife, Salvador, Belo horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) foi estimada em 2,2 milhões de pessoas (IBGE, 2006).

A outra pesquisa é a PED[36], de responsabilidade do DIEESE. Sua realização ocorre em áreas metropolitanas de São Paulo (desde 1985), Brasília (desde 1991), Belo Horizonte (desde 1995), Porto Alegre (desde 1992), Salvador (desde 1997) e Recife (desde 1997). Essa pesquisa se diferencia quanto à mensuração e definição do desemprego, pois amplia o conceito deste fenômeno, tornando-o mais adequado à realidade brasileira (DIEESE, 2001).

---

[35] Pesquisa Mensal de Emprego.
[36] Pesquisa de Emprego e Desemprego.

A definição do DIEESE leva em consideração a diversidade de situações de ocupação que ocorre no mercado de trabalho, revelando as situações em que o exercício do trabalho está ligado à falta de proteção social e de direitos previdenciários, não se constituindo numa condição de ocupação efetiva (GALEAZZI, 2002_b).

Com base no DIEESE (2006, p. 28), são considerados desempregados: "Os indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem um trabalho irregular com desejo de mudança". Assim, consideram-se desempregadas as pessoas que se incluem em uma das seguintes situações:

> **desemprego aberto -** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exercem nenhum trabalho nos últimos 7 dias.
> **desemprego oculto pelo trabalho precário -** compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício.
> **desemprego oculto pelo desalento e outros** - pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (DIEESE, 2006, p. 28).

O aspecto positivo da PED é que ela apresenta os números do desemprego oculto por trabalho precário e o desemprego oculto pelo desalento. Sendo assim, os desalentados integram o cálculo da População Economicamente Ativa[37] — PEA, e os que estão exercendo trabalho precário não são considerados empregados, alargando os números do desemprego.

Na região metropolitana de Porto Alegre, a População Economicamente Ativa registrou o número de 1.835 mil pessoas em 2005. A taxa média de desemprego total foi de 14,5%; a taxa de desemprego aberto foi registrada em 10,3%, já a taxa de desemprego oculto passou para 4,2%. Reitera-se que, em 2005, o contingente de desempregados foi estimado em 266 mil indivíduos, e o tempo médio despendido na procura de trabalho foi de 40 semanas (DIEESE, 2006).

---

[37] Parcela da população em idade ativa (população com 10 anos e mais) que está ocupada ou desempregada.

3.4 EXCLUSÃO SOCIAL E INSERÇÃO PRODUTIVA

A literatura tem mostrado que as noções a respeito da exclusão social contêm significados polissêmicos. Por isso, é difícil eleger uma definição que dê conta de tamanha complexidade. O fenômeno da exclusão social, assim como o desemprego, não é novo e nem ocasional, pois o modo de produção capitalista é essencialmente excludente.

> O trapaceiro, o ladrão, o mendigo, o desempregado, o esfomeado, o miserável e o delinqüente são figuras que não existem para a economia política, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, do coveiro, do burocrata, etc (MARX, 2004, p.124).

A criminalização da exclusão social e da pobreza já era denunciada por Marx (2004). Porém, na contemporaneidade, tais mazelas continuam ignoradas como expressões da questão social. Em função disso, o desemprego e a exclusão são banalizados e tratados de forma personalizada, ou seja, as pessoas são responsabilizadas por vivenciarem tais situações.

A naturalização do desemprego e de todas as formas de exclusão oculta a raiz da questão social, definida como o conjunto de desigualdades geradas no sistema capitalista, em decorrência da relação conflituosa entre capital e trabalho. O cerne da questão social é justamente a exploração do trabalho humano pelo capital (BULLA, 2003), e uma de suas expressões é o desemprego, fenômeno com várias implicações psicossociais:

> Não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera e que para muitos provém de sua inadequação àquilo que o define, àquilo que o termo “desemprego” projeta, apesar de fora de uso, mas ainda determinando seu estatuto. O fenômeno atual do desemprego já não é mais aquele designado por essa palavra, porém em razão do reflexo de um passado destruído, não se leva isso em conta quando se pretende encontrar soluções e, sobretudo, julgar os desempregados. De fato, a forma contemporânea daquilo que se chama desemprego, jamais é circunscrita, jamais definida e, portanto jamais levada em consideração. Na verdade, nunca se discute aquilo que se designa pelos termos “desemprego” e “desempregado”; mesmo quando esse problema parece ocupar o centro da preocupação geral, o fenômeno real é, ao contrário, ocultado (FORRESTER, 1997, p.10).

Os desempregados, apesar de vítimas de imposições econômicas e governamentais, permanecem sendo tratados e julgados por si próprios e pela sociedade como se estivessem vivendo em épocas de crescente geração de empregos e de aumento de postos de trabalho. Por isso, conforme Forrester (1997), sentem-se obrigados a resolverem individualmente uma questão que independe de suas próprias ações para possíveis soluções.

Alguns autores chamam a atenção para a diversidade e para as múltiplas situações contempladas pelo conceito de exclusão social. Baráibar (1999) salienta que os processos de exclusão atingem grupos diferenciados, e, devido a essa heterogeneidade, requerem tratamentos distintos.

De acordo com Baráibar (1999), a definição de exclusão engloba várias dimensões, entre as quais três merecem destaque: a econômica, a sociocultural e a política. A primeira tem como cerne as mutações ocorridas no universo do trabalho, expressas pelo desemprego estrutural e pelas formas precárias de trabalho, o que ocasiona a ruptura gradual de inserção social dos sujeitos, já que vivenciam a privação ao trabalho e a exclusão da esfera produtiva. A dimensão sociocultural diz respeito à impossibilidade de vinculação dos sujeitos em redes sociais primárias como a família, grupos e organizações em geral, se não for pelo enquadramento a padrões e valores validados pela sociedade. A possibilidade de relacionamento e integração social dos sujeitos fica prejudicada, ocorrendo uma desvinculação da sociedade como um espaço sociorrelacional. Nessa dimensão incluem-se o não-reconhecimento a concepções e modos de vida contrários aos prescritos socialmente, a discriminação por etnia, religião, gênero, orientação sexual, entre outras. Já a dimensão política está ligada à cidadania[38], isto é, diz respeito à garantia de acessibilidade aos direitos sociais, políticos e civis (BARÁIBAR, 1999).

Segundo Sposati (2000), a exclusão social é um fenômeno, um processo, uma lógica que suscita inúmeras interpretações. Ela é ‘relativa’, ‘cultural’, ‘histórica’ e ‘gradual’, apresentando variações entre os países. A polaridade é outra determinação nesse conceito, ou seja, a exclusão é antagônica à inclusão. A autora

[38] Cidadãos são sujeitos que desfrutam os direitos civis, políticos e sociais no regime de Estado Democrático. Os direitos civis incluem o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade; os direitos políticos referem-se ao direito à participação política, ou seja, incluem organização, tomada de decisões e demonstração política, formação de partidos políticos, poder votar e ser votado; os direitos sociais abarcam o direito à saúde, à habitação, à educação, ao trabalho, etc (CARVALHO, 2004).

salienta que não existe um estado puro de exclusão, mas sempre há exclusão em relação a uma dada situação de inclusão.

Durante muito tempo, a noção de pobreza[39] tem sido confundida com a de exclusão social. No entanto, Sposati (2000) adverte sobre a importância de fazer tal distinção, pois muitos autores entendem como excluídas as pessoas que se encontram em extremo estado de pobreza. Eles restringem a exclusão a uma acentuada marginalização econômica, simplificando e limitando a sua noção conceitual. A autora salienta que, enquanto a pobreza é uma situação passível de mensuração, a exclusão não pode ser definida pela linha de pobreza e tampouco pode ser concebida com base em salário e renda:

> A exclusão é a impossibilidade de partilhar, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população. Por isso, é uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas, como na sociedade brasileira. Ela é sempre um fenômeno composto por múltiplos elementos [...], uma situação de privação coletiva que inclui a pobreza, discriminação, subalternidade, a não eqüidade, a não acessibilidade, a não-representação pública como situações multiformes (SPOSATI, 2000, p. 67).

Portanto, a noção de exclusão transcende a questão da pobreza, pois enquanto o pobre é o que está privado de condições materiais para a satisfação de suas necessidades básicas, o excluído nem sempre é necessariamente pobre, como esclarece a referida autora.

A partir dos anos 80 do século XX, a questão da exclusão social provocou grande mobilização no cenário mundial. Reis (2002) aponta que as reformas de proteção social e a reestruturação produtiva ocasionaram o alargamento das desigualdades e o surgimento da 'nova pobreza'. Os componentes dessa categoria são, predominantemente, os indivíduos advindos do processo de desemprego estrutural.

O conceito de 'nova pobreza' surgiu no contexto dos países desenvolvidos. Com ele buscava-se a redefinição de precariedade e de pobreza, para contemplar

---

[39]"Estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. O problema está ligado à capacidade produtiva da sociedade, embora atinja até mesmo camadas sociais marginalizadas de países altamente desenvolvidos. A pobreza manifesta-se mais intensamente nos países subdesenvolvidos" (SANDRONI, 2003, p. 476).

os desempregados de longa duração, excluídos do mercado de trabalho, e os jovens que não conseguem nem o primeiro emprego (WANDERLEY, 2004).

> [...] são camadas da população consideradas aptas ao trabalho e adaptadas à sociedade moderna, porém, vítimas da conjuntura econômica e da crise do emprego. Assim, os excluídos, na terminologia dos anos 90, não são residuais nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes que não encontram lugar no mercado (WANDERLEY, 2004, p.19).

A nova pobreza é integrada por pessoas que não são originariamente pobres, mas que estão impossibilitadas de garantir a própria subsistência devido à falta de inserção produtiva. De acordo com Cattani (2000), o uso do termo 'nova pobreza' serve para designar a situação dos indivíduos que, mesmo não tendo sido socializados em condições de pobreza, foram atingidos pelo desemprego e, por isso, participam aleatória, irregular e precariamente da vida econômica e social.

É importante alertar que podem existir novas expressões da questão social, como é o caso da nova pobreza, mas não uma nova questão social. Pastorini (2004) adverte que, ao concebê-la como uma novidade, estariam sendo ignoradas a sua constituição e processualidade na sociedade capitalista. Nesse sentido, é preciso reconhecer que, embora suas expressões ou refrações na vida dos sujeitos possam assumir novas formas, a sua origem se consubstancia nas contradições existentes nas relações entre capital e trabalho.

Atualmente, o excluído não é apenas o indivíduo que vive em situação de pobreza, mas é também aquele trabalhador que ficou desprotegido socialmente a partir da perda do emprego (REIS, 2002). A exclusão é um processo que reúne situações entre a inclusão e a exclusão, processo esse marcado não apenas pela ruptura com o mercado de trabalho através das mais diversas formas (desemprego, subemprego, contratos flexíveis), mas também pelo rompimento dos vínculos afetivos e das relações de convívio (SPOSATI, 2000).

A qualidade das relações afetivas e os processos de sociabilidade são extremamente afetados quando a preocupação do ser humano é direcionada apenas à sobrevivência. Marx (2004, p.144) já dizia que "o homem sufocado pelas preocupações, com muitas necessidades, não tem qualquer sentido para o mais belo espetáculo". Ou seja, quando as necessidades humanas ficam reduzidas à sobrevivência, a vida fica desprovida de sentido e passa a não haver lugar para a interação, para a emoção e a sensibilidade, pois estas são socialmente constituídas.

> [...] A gente não quer só comida
> A gente quer comida, diversão e arte
> A gente não quer só comida
> A gente quer saída para qualquer parte [...]
> A gente não quer só comer
> A gente quer comer e quer fazer amor
> A gente não quer só comer
> A gente quer prazer pra aliviar a dor
> A gente não quer só dinheiro
> A gente quer dinheiro e felicidade
> A gente não quer só dinheiro
> A gente quer inteiro e não pela metade
>
> Trecho da música Comida (TITÃS, 1987).

A letra dessa música expressa bem que as necessidades humanas não se restringem à 'grosseira necessidade', para usar a expressão de Marx (2004). O homem, para desenvolver-se como ser humano, precisa satisfazer necessidades que não se limitem apenas a comer, vestir, morar. É preciso que ele tenha relações afetivas para que possa entender mais a respeito de si e dos outros, é preciso que ele tenha reconhecimento e direito de desejar, de ter prazer, de fazer escolhas, de protagonizar a própria vida. Como diz Sawaia (2004, p. 98), é preciso:

> [...] colocar, no centro das reflexões sobre exclusão, a idéia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade) de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais.

A questão dialética da exclusão/inclusão social, a partir do sofrimento ético-político, é abordada por Sawaia (2004). Segundo a autora, ao indagar-se por sofrimento e felicidade no estudo da exclusão social, transcende-se a concepção de que o pobre está predestinado a se preocupar apenas com a sobrevivência:

> A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim, em intersubjetividades delineadas socialmente (SAWAIA, 2004, p. 98 - 99).

Desse modo, é necessário entender a exclusão a partir das emoções, dos sentimentos, das reações de quem vivencia tal processo. E é preciso, concretamente, ter um compromisso com o sofrimento alheio. A autora aponta que entender o sofrimento, a partir dessa perspectiva, é refletir sobre o papel do Estado como 'cuidador', ou seja, responsável por seus cidadãos.

Dejours (2003) salienta que o sofrimento vivenciado pelos desempregados provoca um processo de dessocialização, tornando-os suscetíveis à doença física e mental. Segundo o autor, a exclusão passa a ser uma ameaça que amedronta também as pessoas próximas do desempregado, diante da possibilidade de vivenciarem a mesma experiência.

Para muitos, o sofrimento, apesar de causar um desconforto, não causa uma indignação a ponto de reagirem, de partirem para uma ação coletiva. Perceber o sofrimento alheio como decorrência de uma injustiça social implicaria uma mobilização para uma ação política, o que é muito diferente da postura de resignação que concebe o desemprego como fatalidade, em geral acompanhada por sentimentos de compaixão e caridade, que contribuem para a 'banalização da injustiça social' (DEJOURS, 2003).

Apesar de ser um fenômeno geral e não particular, o desemprego causa sofrimento, vitimizando e paralisando o indivíduo, que fica submetido a um constante julgamento feito por si próprio e pela sociedade. Dentre as perdas vivenciadas por quem está na situação de desemprego, além das materiais, destacam-se os sentimentos de insegurança e desvalia, perdas da consideração social e da autoconsideração expressas através da vergonha. Esta é vivenciada pela pessoa devido ao fato de tomar para si a responsabilidade pela sua própria exclusão, carregando consigo o sentimento de fracasso, a incompetência e a culpabilidade (FORRESTER, 1997).

Além de causar enfraquecimento, a vergonha é o sentimento que paralisa e torna as pessoas vítimas e prisioneiras do seu próprio sofrimento, impossibilitando o enfrentamento de uma determinada situação. Através da vergonha, a resignação é explorada, e as pessoas deixam de exigir a tomada de posições e providências políticas (FORRESTER, 1997). O processo de isolamento, decorrente da vergonha e da não identificação com outros sujeitos em situação similar, rouba força de mobilização coletiva, fazendo, também, com que as situações não tenham a visibilidade de problemas coletivos.

4 O CICLO DA INVESTIGAÇÃO

4.1 MÉTODO

A fundamentação epistemológica utilizada para o presente estudo foi o materialismo dialético e histórico, que se orienta pela teoria marxiana, cujo objetivo é interpretar e desvendar as contradições da sociedade capitalista, mais especificamente, a exploração do trabalho humano. Essa teoria busca compreender como os homens, coletivamente, vivenciam as desigualdades oriundas do capitalismo e como podem buscar alternativas de resistência. O ponto de partida para sua análise crítica é a realidade concreta, historicamente determinada, em que os indivíduos se constituem a partir das condições materiais de sua produção, do seu trabalho.

> Os pressupostos dos quais partimos não são arbitrários nem dogmas. São bases reais das quais não é possível abstração a não ser na imaginação. Esses pressupostos são os indivíduos reais, na sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas que eles já encontraram elaboradas quanto aquelas que são o resultado de sua própria ação. Esses pressupostos são, pois, verificáveis empiricamente (MARX; ENGELS, 2005, p. 44).

A realidade só é possível de ser revelada quando vivenciada pelos homens através do trato prático-utilitário com as coisas, não pode ser tratada como algo à parte do mundo dos homens, passível apenas de análise, intuição e compreensão teórica. O desvendamento da realidade é viabilizado pela práxis humana que se refere à ação, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, ou seja, é a prática consciente com direção social em que o homem transforma o mundo e a si mesmo (MARX; ENGELS, 2005).

A dialética pode ser concebida como o modo de pensar as contradições presentes na realidade e de apreendê-la como contraditória e em constante transformação. A dialética é uma postura, um método investigativo e uma práxis, um movimento de superação e transformação em que ocorre um tríplice movimento: de crítica, da nova síntese acerca do conhecimento e da ação (FRIGOTTO, 1994).

O materialismo histórico estuda as leis sociológicas que marcam a vida social, a evolução histórica da sociedade e o exercício social dos homens no desenvolvimento da humanidade. Nessa perspectiva, a análise da origem das sociedades é feita a partir das formações socioeconômicas e das relações de produção (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa realizada partiu da realidade concreta e buscou superar o dualismo entre objetividade e subjetividade, sujeito e objeto, individual e social, o que justifica a escolha pelo paradigma dialético crítico. Este concebe o sujeito como unidade em processo, em devir; refuta a neutralidade da ciência e do pesquisador; busca a interconexão entre múltiplos fatores e o desvendamento do real a partir de suas contradições inclusivas; almeja não apenas conhecer, mas apreender as condições e o modo de vida dos sujeitos, considerando a racionalidade e a sensibilidade como indissociáveis (PRATES, 2003_b).

As principais categorias do método dialético crítico são a contradição, a historicidade e a totalidade, que não significa a soma das partes, mas representa a articulação de um todo conectado, em que a relação entre as partes modifica o sentido de cada uma delas e do todo. A totalidade concreta é um todo em permanente processo de autocriação, o que envolve a historicização dos fenômenos que a constituem (PRATES, 2003_b).

A análise de uma situação não se dá pelo esgotamento dos fatos, mas através da tematização destes, de forma inter-relacionada, com o objetivo de desvendá-los para compreender e interpretar a realidade (PRATES, 2003_b). Na perspectiva de totalidade, a realidade ultrapassa o conhecimento que se possa ter dela, pois a visão de conjunto é permanentemente provisória. Por isso, existe algo que sempre foge às sínteses formuladas numa determinada situação (KONDER 1999).

A contradição dialética ultrapassa a relação de exclusão, é uma inclusão plena e, ao mesmo tempo, uma negação inclusiva. Ou seja, um elemento é definido pelo que ele não é, pois é a partir da determinação e negação do outro que se constitui a existência de cada fenômeno. A contradição tem a capacidade de destruir e a capacidade de criar; ao ser desvendada, mostra os contrários em luta pela superação (PRATES, 2003_b).

A historicidade está relacionada com a processualidade dos fenômenos sociais, isso quer dizer que os fenômenos não são estanques, ao contrário, estão

em constante movimento, em curso de transformação, só podendo ser compreendidos e desvendados a partir de cortes históricos. É preciso fazer um movimento histórico regressivo, partindo do presente até o passado, para poder entender o processo que tornou o presente o que ele é. O inverso também é necessário, através de um movimento complementar progressivo cujo ponto de partida é o passado, retornar ao presente apresentando o seu desenvolvimento (PRATES 2003_b).

Nesta pesquisa, foi contemplada a historicidade, resgatando a processualidade dos aspectos históricos que contribuíram para o exacerbamento do desemprego nas últimas décadas. Através dos depoimentos dos entrevistados, foi possível compreender a importância do trabalho em suas vidas, conhecer as experiências e vivências oriundas de suas trajetórias de emprego e desemprego, desvendando como os trabalhadores foram se constituindo e se modificando nesse processo. Sem perder de vista os objetivos da pesquisa, deu-se visibilidade ao desemprego e aos seus efeitos psicossociais.

Dentre as muitas aproximações do Serviço Social com a obra marxiana, destaca-se que ambos possuem o mesmo objeto de estudo: a questão social, definida como:

> [...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2005, p. 27).

A questão social expressa a contradição central do modo capitalista de produção que é o conflito entre capital e trabalho. A produção da riqueza gerada socialmente é produzida pelos trabalhadores que vendem sua força de trabalho (capacidade física e intelectual) para sobreviverem, porém quem a usufrui e dela se apropria são os capitalistas, detentores dos meios de produção (máquinas, instrumentos de trabalho, matérias-primas). As múltiplas expressões da questão social são o desemprego, a violência, a pobreza, o analfabetismo, etc. Esses problemas revelam que a prioridade da sociedade capitalista, na qual o capital predomina sobre o trabalho, é a acumulação e não a garantia de condições de vida para a população.

No entanto, Iamamoto (2005) salienta que a questão social também significa o contraponto, ou seja, é resistência, rebeldia, transgressão, pois os sujeitos, coletivamente, vivenciam as desigualdades e a elas se opõem na busca da reinvenção da vida social e da transformação da realidade. A questão social nem sempre é algo que está dado, é preciso desvendá-la.

No que tange à temática dessa pesquisa, a adoção do método marxiano é pertinente já que as categorias emergem da realidade e auxiliam a explicá-la. O desemprego é resultante de uma relação conflituosa entre capital e trabalho. É, portanto, uma expressão da questão social, porém esta não se resume a um conjunto de desigualdades, ela também significa resistência.

O desemprego deve ser visto como o produto de um processo histórico do sistema capitalista. Esse regime está sempre se inovando a fim de manter a hegemonia dos proprietários dos meios de produção sobre a classe trabalhadora, aprimorando as formas de exploração da força de trabalho e buscando ocultar a diferença de classes.

Em contrapartida, as formas de resistências também são reinventadas, exemplo disso é o propósito que esse estudo teve ao investigar e desvendar a temática e seus múltiplos aspectos, pois, além de dar visibilidade ao desemprego e às suas conseqüências, poderá subsidiar alternativas de enfrentamento. Por fim, é possível identificar a presença da contradição, da historicidade e da totalidade, de modo articulado no movimento que constitui o fenômeno estudado.

4.2 O MOVIMENTO INVESTIGATIVO

Segundo Minayo (1999), entende-se por pesquisa a atividade primordial das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É um processo inacabado e constante que combina teoria e dados. O termo pesquisa social possui uma carga histórica e expressa a dinâmica social diante da realidade:

> [...] a Pesquisa Social não pode ser definida de forma estática ou estanque. Ela só pode ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as contradições e conflitos que permeiam seu caminho. Além disso, ela é mais abrangente do que o âmbito específico de uma disciplina. Pois a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de

> conhecimento e também ultrapassa os limites da ciência (MINAYO, 1999, p. 27).

Para a realização deste estudo, reitera-se que se buscou averiguar o modo como os sujeitos enfrentam o desemprego, ou seja, como vivenciam e dão sentido à experiência de estarem desempregados. Isso inclui sentimentos, significados, reações e posturas assumidas diante da situação de desemprego.

A formulação do problema de pesquisa é fundamental para que se possa ter clareza do foco da investigação. De acordo com Prates (2003_a), essa etapa do planejamento do estudo consiste em sintetizar o núcleo duro da investigação através de uma grande pergunta que logo é desdobrada em questões norteadoras. Estas, conforme a autora, são problematizações que articuladas auxiliam a responder ao problema. Sintetizam o conjunto de variáveis ou elementos que são identificados como essenciais para explicar a questão central.

Assim, o problema desta pesquisa foi formulado conforme segue:

Como os trabalhadores desempregados enfrentam o desemprego em Porto Alegre?

Para auxiliar na busca da resposta ao problema de pesquisa, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras:

- Qual o significado do trabalho para os sujeitos pesquisados?
- Como os sujeitos percebem as transformações no mundo do trabalho e os impactos que tais modificações causam no seu cotidiano?
- Quais os efeitos psicossociais do desemprego?
- Como os sujeitos percebem e se sentem diante do desemprego?
- Que estratégias utilizam para lidar com o desemprego?
- Quais as perspectivas concretas de superação do desemprego?

No presente estudo, procurou-se desvendar como os trabalhadores desempregados enfrentam o desemprego em Porto Alegre, a fim de contribuir com subsídios na busca de alternativas para o fortalecimento dos sujeitos que vivenciam essa situação. Para tanto, foi necessário atingir os seguintes objetivos:

- Compreender as transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas, a fim de contribuir para o processo reflexivo dos entrevistados sobre as repercussões de tais mudanças no seu cotidiano.

- Dar visibilidade aos efeitos psicossociais provocados pelo desemprego, no intuito de contribuir para o fortalecimento dos sujeitos que se encontram nessa situação.
- Identificar o significado atribuído pelos sujeitos ao desemprego, com vistas a construir conhecimentos que contemplem a compreensão que fazem desse fenômeno.
- Dar visibilidade às estratégias de enfrentamento utilizadas pelos sujeitos, a fim de auxiliar na superação de estigmas e na potencialização de resistências.

Posteriormente, a metodologia utilizada e o delineamento da pesquisa foram definidos. Nessa etapa, houve a delimitação da amostra e foi feita a opção pelo instrumento e técnica empregados na pesquisa.

A idéia inicial era entrevistar desempregados nas agências de emprego (públicas e privadas), nos cursos preparatórios para concursos, nas filas que se formam na frente das empresas quando candidatos concorrem por vagas de emprego, etc.

Primeiramente, visitou-se a agência SINE-Mauá cujos responsáveis foram receptivos à proposta do estudo e ressaltaram que a coleta de dados da pesquisa poderia ser realizada na instituição. O SINE, além de desenvolver um sistema de captação de vagas para emprego nas empresas, realiza o cadastramento e encaminhamento dos trabalhadores que buscam, através do emprego formal, a inserção no mercado de trabalho.

Após o projeto de pesquisa ter sido encaminhado para o Comitê de Ética da PUC/RS, procurou-se a SMIC[40], no intuito de obter informações sobre o cadastro de agências de emprego (públicas e privadas) do município. No entanto, a SMIC informou que possui o registro apenas das agências do SINE (públicas) de Porto Alegre com os respectivos endereços.

Simultaneamente, deu-se início ao processo de testagem do instrumento. Conforme Marconi e Lakatos (1999), esse procedimento visa a verificar falhas existentes nos instrumentos, como complexidade ou falta de consistência das questões, ambigüidade ou linguagem inacessível, perguntas supérfluas, permitindo averiguar se a ordem das questões é a mais adequada e se há necessidade de

[40] Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre.

reformular, excluir ou incluir itens no instrumento de coleta. As autoras salientam que a testagem ou pré-teste serve também para examinar se o instrumento apresenta fidedignidade, validade e operatividade. No presente estudo, quatro entrevistas foram realizadas para fins de pré-teste.

Inicialmente, a idéia era realizar entrevistas estruturadas. Após a testagem da primeira, verificou-se que a inclusão de novas questões e a flexibilidade para incluir novos itens, quando necessário, no decorrer das entrevistas, facilitariam a obtenção das informações fundamentais ao estudo. Logo, optou-se pela entrevista semi-estruturada.

Durante a testagem, avaliou-se a possibilidade de gravar as entrevistas, procedimento que facilitaria o registro das informações obtidas, assegurando a fidedignidade dos relatos. As duas primeiras entrevistas foram realizadas com pessoas desempregadas, conhecidas da pesquisadora, e não foram gravadas. Em seguida, observou-se que a melhor alternativa seria entrevistar desempregados desconhecidos, gravando as entrevistas, pois isso garantiria a objetivação da pesquisa.

Posteriormente, acompanhou-se uma colega de mestrado[41] que coordenou um grupo focal cujo tema era habitação, na Vila Leito Voluntários da Pátria, em Porto Alegre. Percebeu-se que muitos componentes do grupo estavam em situação de desemprego, e, após findar a discussão do grupo, foram convidadas duas pessoas desempregadas para participarem da entrevista. Ambas aceitaram o convite e foram entrevistadas individualmente. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e, a partir daí, optou-se por gravar as demais que seriam realizadas.

Esse processo foi fundamental. Ele possibilitou a realização de ajustes no instrumento, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos interligados ao problema de pesquisa e às questões norteadoras.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética[42], foram visitados dois cursos preparatórios para concursos. Seus administradores relataram que o público que freqüenta os cursos nem sempre se caracteriza como desempregado. Em geral,

---

[41] Agradecimento especial à colega de mestrado Nilene Nalin pelo convite e por ter propiciado que a pesquisadora do presente estudo pudesse participar da atividade.
[42] Ver anexo B.

são estudantes ou pessoas que já possuem trabalho assalariado e almejam empregos melhores ou buscam a estabilidade através de um cargo público.

Concomitantemente, telefonou-se para três agências de emprego (privadas) a fim de verificar a possibilidade de entrevistar as pessoas desempregadas que realizavam cadastro nesses locais. Predominantemente, os representantes das agências esclareceram que mantêm o sigilo dos nomes das pessoas que procuram esse serviço, motivo pelo qual não seria possível disponibilizarem informações sobre os seus cadastrados. Relataram que seus clientes não são apenas desempregados, mas muitos trabalhadores empregados que buscam a mudança de emprego.

Em todas essas situações, o tema e a relevância da pesquisa foram explicados. No entanto, houve desinteresse e resistência dos coordenadores dos cursos e das agências de emprego (privadas) em prestarem informações sobre o funcionamento de tais estabelecimentos.

Outra possibilidade seria entrevistar os trabalhadores desempregados fora dos espaços institucionais. Essa idéia foi descartada devido ao tempo que se despenderia para ter acesso a essas pessoas e descobrir quem realmente estaria em situação de desemprego.

Procurou-se, novamente, pela agência SINE-Mauá, onde os funcionários concederam espaço na instituição para a realização da coleta de dados. Nessa agência, dois trabalhadores desempregados foram entrevistados, na sala de espera, enquanto aguardavam o atendimento do SINE. Ao conversar com os funcionários da instituição, descobriu-se que a agência SINE-Montaury é a maior de Porto Alegre e, portanto, a que possui um fluxo mais intenso de pessoas que buscam emprego.

Logo, procurou-se pelo coordenador da agência SINE-Montaury que, ao conhecer a proposta do estudo, imediatamente autorizou a realização da coleta de informações no estabelecimento, concedendo uma sala para a realização das entrevistas. Isso facilitou o trabalho, pois propiciou aos entrevistados que ficassem à vontade, evitando qualquer tipo de exposição, garantindo o resguardo dos sujeitos e o sigilo de todas as suas informações. Nessa agência, foram realizadas dezessete entrevistas.

Dentre os vinte sujeitos entrevistados, dezesseis foram escolhidos ao acaso dentre os sujeitos que estavam desempregados e recorreram às duas agências SINE com a finalidade de buscar emprego. As primeiras abordagens com os entrevistados em potencial ocorreram individualmente, com o intuito de verificar a

disponibilidade de participação na pesquisa. Alguns sujeitos foram abordados antes do atendimento nos guichês do SINE, onde realizam cadastro para vagas de emprego. Porém, a maioria foi abordada após o término do preenchimento do cadastro, sendo realizada a entrevista a partir desse instante. Tal opção foi a mais adequada, pois os pesquisados ficavam menos preocupados em relação ao tempo, sem haver interrupções e perigo dos sujeitos perderem a sua vez de atendimento nos guichês.

O restante (quatro) dos entrevistados foi encontrado a partir de um setor existente na agência SINE-Montaury que se chama setor de convocação, onde os funcionários recebem currículos e realizam cadastro de trabalhadores em situação de desemprego que possuem um nível de qualificação mais elevado. Geralmente, as pessoas que procuram esse setor possuem curso superior, pós-graduação ou determinados cursos técnicos e nem sempre buscam o atendimento geral de cadastro do SINE.

A procura pelo setor de convocação é menos intensa e mais eventual, se comparada ao setor de atendimento geral. No intuito de facilitar o processo de coleta de informações, uma funcionária do setor de convocação forneceu alguns nomes cadastrados e os respectivos números de telefones para que se verificasse com as pessoas a possibilidade de participarem da pesquisa.

As quatro primeiras pessoas para as quais se telefonou concordaram em participar do estudo. Sendo assim, as entrevistas foram agendadas, conforme a disponibilidade de cada uma. Três entrevistas foram realizadas no SINE; uma, por vontade do(a) pesquisado(a), ocorreu em outro local por ele(a) sugerido.

Tomou-se a decisão de entrevistar pessoas com escolarização mais elevada, no intuito de ampliar o público entrevistado e conhecer a sua vivência em relação ao desemprego.

4.3 A METODOLOGIA DE PESQUISA

O estudo realizado foi constituído por uma pesquisa social em que participaram vinte pessoas, em situação de desemprego, que buscaram emprego no SINE, em Porto Alegre, no período de julho a agosto de 2006. A amostra foi não

probalística do tipo dirigida ou intencional, aplicada a pesquisas qualitativas que não permitem fazer generalizações, mas privilegiam o aprofundamento do fenômeno em estudo, a partir do que o pesquisador tem acesso (MARCONI; LAKATOS, 1999).

De acordo com Bauer e Gaskell (2002), o número de entrevistas deve ter um limite entre quinze e vinte e cinco. Conforme os autores, é necessário ir além da seleção superficial de um determinado número de citações ilustrativas, pois é preciso comparar e contrastar os relatos dos entrevistados. Para isso, o entrevistador deve envolver-se com as entrevistas, o que não seria possível com um número maior de entrevistados, considerando o tamanho das mesmas e de suas transcrições.

A pesquisa qualitativa apresenta algumas características particulares. Nesse tipo de pesquisa, o envolvimento do entrevistado com o entrevistador é um requisito de uma relação intersubjetiva. O êxito da pesquisa depende da inter-relação no ato da entrevista que privilegia o contexto da vida cotidiana, o afetivo, as experiências, a linguagem como forma de expressão do senso comum (MINAYO, 1999).

A investigação social deve satisfazer uma característica básica de seu objeto que é o aspecto qualitativo, considerando como sujeito de estudo: “gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados”. Além disso, é preciso levar em conta que o objeto das ciências sociais é impregnado de complexidade, contradições, inacabamento e está em constante processo de transformação (MINAYO, 1999, p.22).

Na pesquisa qualitativa, o método dialético privilegia os aspectos contraditórios dinâmicos do fenômeno observado e as contradições presentes entre o todo e a parte. Ou seja, entre o contexto geral e a realidade específica do sujeito, desvendando os significados das ações e das relações ocultadas nas estruturas sociais (MINAYO, 1999).

A pesquisa qualitativa contempla a originalidade e a imprevisibilidade que são inerentes às relações sociais, valorizando os aspectos qualitativos que expõem a amplitude da vida humana. Parte do princípio de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, entre o universo objetivo e a sua subjetividade (MINAYO, 1999).

O mundo social não é dado naturalmente, mas é construído ativa e dinamicamente por pessoas através de suas vidas cotidianas e por condições que

não foram estabelecidas por elas próprias. A abordagem qualitativa preocupa-se com o mapeamento da realidade das pessoas entrevistadas e com a compreensão do seu mundo vivencial, proporcionando dados essenciais para o entendimento de suas crenças, valores e motivações em determinados contextos sociais (BAUER; GASKELL, 2002).

Enquanto a pesquisa quantitativa privilegia os números e utiliza modelos estatísticos para a explicação dos dados, a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais. No entanto, é preciso superar a idéia de competitividade entre ambas. O debate sobre elas, em especial sobre a pesquisa qualitativa, tem contribuído para desmistificar a sofisticação estatística como o percurso unívoco para o alcance de resultados considerados relevantes (BAUER; GASKELL, 2002).

No presente estudo, a técnica utilizada para a coleta de informações foi a entrevista, sobre a qual se pode dizer que é um procedimento utilizado, na investigação social, para coletar dados ou para auxiliar a diagnosticar ou a resolver um problema social. Ocorre através da reunião entre duas pessoas com a finalidade de que uma delas adquira informações acerca de um assunto específico ou de um determinado problema, mediante uma conversação metódica e profissional (MARCONI; LAKATOS, 1999).

A entrevista é uma técnica de investigação que permite a obtenção de dados e possibilita levar o cotidiano do ser humano ao nível do conhecimento e da elaboração científica. Por isso, ela é considerada um meio de interação entre a ciência e as necessidades práticas (MINAYO, 1999).

Quanto ao conteúdo, a entrevista pode apresentar alguns objetivos: a averiguação de fatos; a determinação das opiniões sobre os fatos, dos sentimentos e anseios por eles despertados; a descoberta de planos de ação; o conhecimento da conduta atual ou do passado de uma determinada pessoa e a descoberta de fatores que podem influenciar opiniões, sentimentos e atitudes (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Além da observação assistemática (livre, sem roteiros), optou-se pela entrevista semi-estruturada, que dá flexibilidade ao entrevistador para repetir e esclarecer as perguntas e até mesmo formular, de maneira diferente, no intuito de garantir que está sendo compreendido. Esse tipo de entrevista “valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante

alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação" (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

As perguntas foram orientadas por um roteiro[43]e realizadas a partir da aplicação de um formulário. O formulário é um instrumento caracterizado pelo contato face a face entre entrevistado e entrevistador, e inclui um conjunto de questões preparadas sistematicamente pelo pesquisador; o preenchimento e/ou gravação também são feitos pelo entrevistador no momento da entrevista. As perguntas foram abertas (também chamadas livres ou não limitadas) por possibilitarem que os pesquisados pudessem respondê-las livremente, expressando suas opiniões e utilizando linguagem própria (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Após o processo de coleta, os dados foram organizados a partir da transcrição das entrevistas e montagens de mapas descritivos (quadros com as respostas em seqüência)[44] para facilitar a interpretação. As fitas foram transcritas pela própria pesquisadora que, ao invés de transferir essa tarefa a terceiros, optou por realizá-la, por julgar que esse envolvimento do pesquisador é necessário para qualificar o processo de análise dos dados. A transcrição de fitas exigiu empenho da pesquisadora e demandou um dispêndio considerável de tempo, mas, apesar de ter sido um processo exaustivo, foi fundamental para que as informações fornecidas pelos entrevistados fossem aproveitadas ao máximo.

A análise dos dados foi feita com base na técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) que reúne procedimentos sistemáticos do conteúdo manifesto das comunicações, visando à interpretação destas. Consiste nas seguintes fases: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.

A pré-análise é basicamente a fase da leitura flutuante em que se deve deixar invadir pelas impressões e orientações do texto. Implica o preparo e organização do material que será submetido à análise; a seleção dos documentos e das hipóteses ou questões norteadoras e, por fim, a elaboração dos objetivos e indicadores que dêem consistência e fundamentação à interpretação final (BARDIN, 1977).

O preparo do material consiste nos procedimentos que possibilitam a realização da análise, como transcrição de fitas, fichamentos, etc. A exploração do material é o momento da codificação dos dados. A descrição analítica inicia já na

---

[43] Ver apêndice B.
[44] Para fins ilustrativos, ver apêndices C e D.

pré-análise, mas, nessa etapa, há um aprofundamento conduzido por hipóteses ou questões norteadoras e referenciais teóricos. A interpretação inferencial é constituída na análise, a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que orienta o pesquisador para a realização das inferências (BARDIN, 1977).

Para o desenvolvimento deste estudo, foram elaboradas três categorias cuja definição ocorreu anteriormente à pesquisa de campo. As categorias teórico-temáticas são as seguintes: Trabalho, Subjetividade e Desemprego. A seguir, elas serão definidas sob a forma de síntese.

Trabalho

Essa categoria permitiu contemplar alguns dos muitos significados que o trabalho possui, privilegiando o enfoque marxista. Possibilitou analisar como o trabalho vem se constituindo ao longo da história, da atividade vital às formas assalariadas impostas pelo capitalismo. Através dela, estudaram-se as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas, as quais envolvem mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como os efeitos de tais transformações para o mercado de trabalho e, principalmente, para os trabalhadores.

Subjetividade

A subjetividade é tratada a partir de uma perspectiva dialética que não compreende o indivíduo como algo isolado, mas reconhece o movimento relacional entre sujeito e objeto, pois a sociedade constrói e é construída pelo indivíduo. Nesse sentido, a subjetividade é produção e é processo, visto que os indivíduos, através das relações sociais, produzem a sua subjetividade e ao mesmo tempo a sociedade. A análise dessa categoria auxiliou a compreender como os desempregados vivenciam as experiências de desemprego.

Desemprego

Adotou-se a conceituação de desempregados utilizada pelo DIEESE (2006, p. 28), conforme segue: “indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem um trabalho irregular com desejo de mudança”. De acordo com essa definição, são considerados desempregados aqueles trabalhadores que estão na situação de desemprego aberto e desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento. Ou seja, os trabalhadores que não procuraram trabalho ou exerceram qualquer atividade na semana de referência da pesquisa (PED), mas que o fizeram no decorrer do mês; que exercem algum tipo de atividade irregular e descontínua simultaneamente à procura de trabalho; que não procuraram trabalho no mês anterior, por se sentirem desestimulados pelo mercado de trabalho, mas que procuraram trabalho nos últimos 12 meses.

5 OS RESULTADOS DO ESTUDO: desvendando a expressão dos sujeitos

O propósito deste capítulo é apresentar a análise dos dados pesquisados, trazendo à tona a voz dos sujeitos entrevistados, dando visibilidade às suas expressões. Os resultados apresentados são inferências e conclusões da pesquisadora acerca das vivências subjetivas dos entrevistados e da sua realidade concreta. Destaca-se que, tendo em vista a perspectiva dialética adotada, tais resultados são provisórios.

O conhecimento não é impossível de ser construído, mas é preciso reconhecê-lo como processual, histórico e, por isso, provisório e superável. A historicidade, importante categoria do método dialético, que emana da própria realidade e como categoria possibilita sua análise, privilegia esse movimento e reconhece o processo de autoconstituição.

Portanto, o pesquisador é condicionado pelo seu contexto, sua consciência histórica, assim como os sujeitos entrevistados, ambos considerados unidades dialéticas em curso de desenvolvimento e de vida. Como unidades, recebem influência de fatores diversos que ora se ocultam e ora se manifestam, mas que, de modo interconectado, constituem as múltiplas determinações que conformam os fenômenos humanos e sociais.

A perspectiva da totalidade articula esses fatores, não de modo linear, pois eles se manifestam e se alteram no curso da história social, permeados de contradições. Privilegiando essa categoria, não foi subdividido por itens ou tópicos o processo de análise, embora se reconheça que a subdivisão tornaria o texto mais didático. Contudo, entende-se que a articulação de aspectos diversos, que emanam de momentos distintos da expressão dos sujeitos, amplia a possibilidade de leitura dos sentidos por eles atribuídos, facilitando o processo de análise.

Inicia-se pela apresentação de algumas características dos sujeitos. Os dados quantitativos não tiveram centralidade no processo de coleta, mas sabe-se que a dicotomização entre quantitativo e qualitativo reduz as possibilidades de explicação dos fenômenos que se constituem por qualidade e quantidade. O quadro que segue sintetiza as características dos sujeitos entrevistados.

Quadro 1 - Características dos Sujeitos Entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo de Desemprego
01	Feminino	40 anos	Fundamental Completo	5 meses
02	Feminino	51 anos	Fundamental Incompleto	2 meses
03	Masculino	28 anos	Fundamental Incompleto	1 ano e 6 meses
04	Masculino	46 anos	Médio Incompleto (Técnico em soldagem e serralheria)	6 meses
05	Masculino	43 anos	Fundamental Incompleto	8 meses
06	Feminino	48 anos	Médio Completo (Técnica em Desenho e Arquitetura)	10 anos
07	Masculino	48 anos	Médio Completo (Técnico de Administração)	2 anos
08	Masculino	53 anos	Médio Completo (Técnico em Contabilidade)	6 meses
09	Masculino	29 anos	Médio Completo (Técnico em Segurança doTrabalho)	6 meses
10	Masculino	25 anos	Médio Incompleto	2 meses
11	Feminino	24 anos	Médio Incompleto	1 ano
12	Feminino	29 anos	Médio Incompleto	8 meses
13	Masculino	26 anos	Fundamental Completo	6 meses
14	Feminino	25 anos	Médio Completo (Técnica em Enfermagem)	1 ano
15	Feminino	33 anos	Fundamental Incompleto	3 meses
16	Masculino	64 anos	Fundamental Completo	2 anos
17	Masculino	33 anos	Superior Completo (Engenharia Química)	6 meses
18	Feminino	49 anos	Superior Completo (Direito)	6 anos
19	Feminino	47 anos	Superior Completo (Arquitetura e Urbanismo)	2 anos
20	Masculino	43 anos	Superior Completo (Economia)	2 anos

Observa-se que a maioria dos participantes deste estudo é do sexo masculino, porém a diferença do número de entrevistados, conforme o sexo, não é significativa, pois, dentre as vinte pessoas entrevistadas, nove são do sexo feminino, onze são do sexo masculino.

A idade dos entrevistados varia entre 24 e 64 anos, havendo uma concentração maior na faixa de 40 a 49 anos (8 de 20). A faixa com menor concentração é de 60 a 69 anos (1 de 20), como se pode observar no gráfico a seguir:

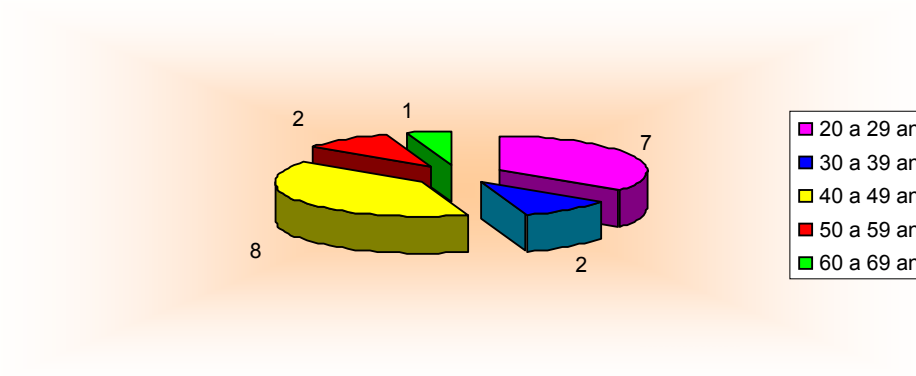

Gráfico 1 - Entrevistados segundo faixa etária
Fonte: A autora (2007).

Quanto ao nível de escolaridade, há uma equilibrada distribuição dos participantes, ocorrendo uma concentração no nível médio completo (5 de 20), como mostra o gráfico:

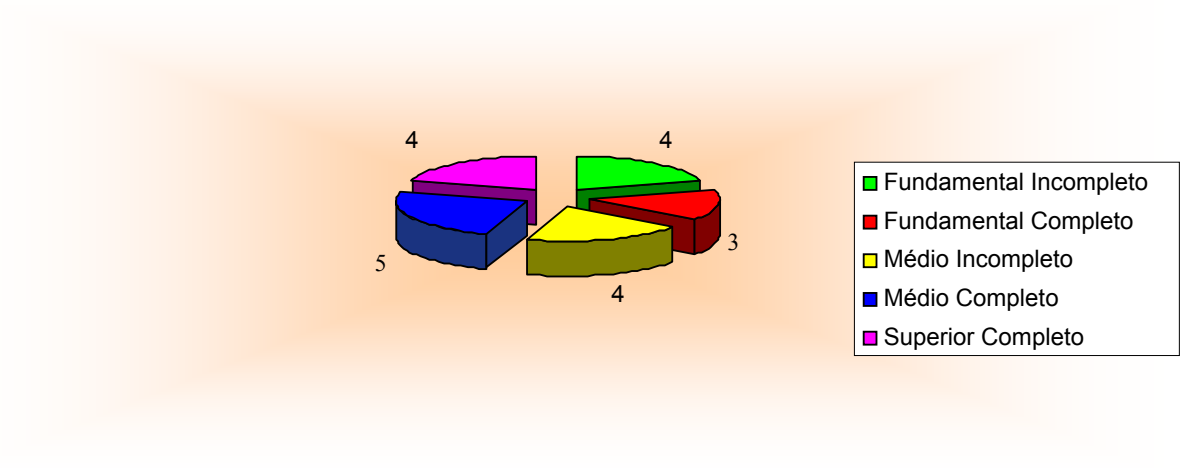

Gráfico 2 - Entrevistados segundo nível de escolaridade
Fonte: A autora (2007).

O tempo de desemprego varia de 2 meses a 10 anos, sendo expressivo o número de desempregados que sofrem do desemprego prolongado cujo tempo é superior há um ano (10 de 20).

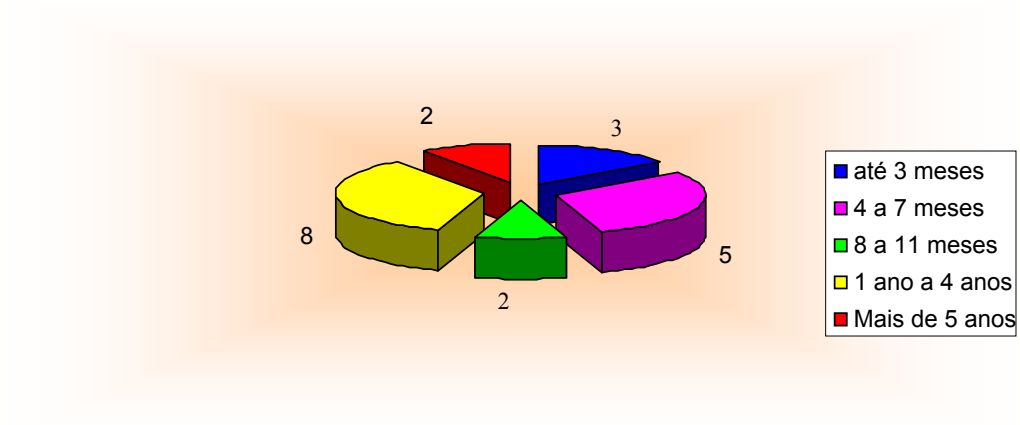

Gráfico 3 - Entrevistados segundo o tempo de desemprego
Fonte: A autora (2007).

5.1 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

A partir dos relatos dos entrevistados, no que se refere à dimensão **significado do trabalho**, na grande maioria das respostas (19 de 20), nota-se a valorização do trabalho como meio de sobrevivência, sustentação financeira, como garantidor da satisfação das necessidades materiais. No entanto, a valorização da atividade laborativa transcende essas questões, visto que o trabalho também é considerado um passaporte para a cidadania, um meio de inclusão e integração social, como mostram os depoimentos dos entrevistados:

> Eu acho que o trabalho dignifica a pessoa. O trabalho é fundamental para o ser humano. Sem o trabalho, a pessoa não tem como comprar as coisas. O mínimo que o ser humano precisa é uma quantia qualquer para que ele possa sobreviver no dia-a-dia. Sem trabalho, a pessoa não é nada. Atualmente, sem trabalho, a pessoa é marginalizada, ela é descartada [...]. Então, o trabalho é uma coisa importante porque a pessoa muda, produz alguma coisa (E6; F; 48 anos; Médio Completo; 10 anos).[45]

[45] Após as expressões dos sujeitos, serão identificados alguns dados, na seguinte ordem: número da entrevista, sexo, idade, nível de escolaridade, tempo de desemprego.

> Ele é muito importante porque traz os benefícios para a gente, que é o dinheiro, o valor pessoal. A pessoa digna tem que trabalhar, independente da idade. Eu comecei com 17 anos. Para mim, ele é o fundamento de tudo, o trabalho seja qual for (E12; F; 29 anos; Médio Incompleto; 8 meses).

> Na minha vida e na vida das pessoas, eu acho que o trabalho é tudo. O trabalho dignifica, ele oportuniza, ele coloca as pessoas num patamar de igualdade [...] na busca de oportunidades, pois não adianta você ter oportunidades, se você não tem acesso a elas. Então, trabalhar é ter dinheiro, é ter acesso às coisas e até a outros trabalhos. Se você está trabalhando, você tem oportunidade de conseguir um outro, mas se você está totalmente fora, para entrar no mercado de trabalho, é complicado. Então, sem o trabalho, sem o emprego, o sujeito está excluído, fora do contexto (E18, F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Através dos relatos, observa-se que o trabalho é associado à idéia de emprego. Nesse sentido, ele é simbolizado por um contrato formal e é sinônimo de ter carteira assinada, o que representa segurança, garantia de direitos; é a materialização do *status* de ser trabalhador. Vale ressaltar que todos os entrevistados buscam empregos, ou seja, trabalho com carteira assinada, o que justifica a procura pelo SINE.

Verifica-se também a percepção, mesmo não elaborada com maior profundidade, que o não acesso ao trabalho, em uma sociedade que só reconhece os sujeitos quando estão inseridos no processo produtivo, provoca a marginalização. O afastamento por períodos mais longos dificulta o reingresso e, sem a inserção produtiva, os sujeitos são “descartados”.

Conforme Telles (2001), a carteira de trabalho entrou para a história da sociedade brasileira como expressão de respeito, confiança e honestidade, afastando o trabalhador da estigmatização da pobreza e da indisciplina. Desse modo, a carteira assinada possibilita ao trabalhador a aquisição do atestado de cidadania.

De acordo com Santos (1979), o período brasileiro chamado Era Vargas, entre 1930 e 1945, é marcado pela cidadania regulada. Esta é dissociada do código de valores políticos e vinculada a um sistema de estratificação ocupacional, estabelecido por norma legal. Ser cidadão é sinônimo de ser trabalhador, sua identidade é atrelada ao vínculo profissional confirmado pela lei, com direitos garantidos pelo Estado.

A construção de significados sobre a carteira de trabalho começou a ser traçada no passado, mas continua presente no imaginário dos trabalhadores na

atualidade. Apesar da flexibilização do trabalho e da instabilidade, a carteira de trabalho ainda representa uma situação mais estável que pode ser associada à necessidade de segurança, além do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários que, no caso das atividades informais, não são garantidos ao trabalhador.

Ainda sobre a magnitude da carteira de trabalho e o que ela representa, é elucidativo o relato a seguir, em que a entrevistada faz referência a uma vivência marcante em sua trajetória de trabalhadora empregada:

> Com 17 anos, eu tive a minha carteira assinada pela primeira vez. Eu fiquei feliz da vida, porque ter a carteira de trabalho assinada era um sonho que, com 17 anos, eu realizei. Eu comecei a trabalhar cedo e para mim isso foi muito bom. A carteira assinada é um comprovante de que tu trabalha, que tu terá os teus benefícios depois que tu sair do teu emprego. Se tu trabalha por conta, ou tu ganha ou tu não ganha. Então, ter uma carteira de trabalho assinada é muito importante, é a base de tudo, significa que tu tem um valor pessoal, é muito importante (E12; F; 29 anos; Médio Incompleto.; 8 meses).

O ‘começar cedo’ mencionado pela entrevistada pode estar associado a uma possibilidade de aposentadoria mais breve, o que, diante da flexibilização dos direitos trabalhistas, vem-se desconstituindo como possibilidade concreta. Além disso, fica implícito, no depoimento, que a carteira de trabalho é sinônimo de orgulho, pois é a confirmação de que a pessoa cumpre o dever de trabalhar, motivo de valorização pessoal e social.

É predominante o caráter de essencialidade atribuído ao trabalho pelos entrevistados, que o concebem como o meio de satisfação de carências materiais e imateriais, como elemento construtor de identidade e propiciador de aprendizagem, como fonte de saúde e potencialização humana. O trabalho também é associado à idéia de qualidade de vida, de acesso ao lazer, de reconhecimento social, e é visto como o veículo condutor a novas perspectivas de vida, o que se verifica nos depoimentos que seguem:

> [...] o trabalho é tudo. Se tu não trabalha, tu não é ninguém, tu não tem nada, tu não consegue nada. Trabalhando, tu consegue tudo (E15; F; 33 anos; Fundamental Incompleto; 3 meses).
>
> Trabalho é bem-estar pessoal, é se sentir bem, é se sentir útil. Tu pode ter mais experiência, tem a questão econômica também. Tem que trabalhar, tem que ter um emprego para ter uma vida melhor (E14; F; 25 anos; Médio Completo; 1 ano).

> Trabalho é valorização, a pessoa se sente valorizada, completa. É muito importante, além do dinheiro, a satisfação pessoal, a auto-estima, é importante dentro da sociedade. Eu acho importante não só pelo fato de chegar no fim do mês e ter o teu dinheiro, isso é óbvio que é importante, mas para a tua realização pessoal é ótimo [...] (E9; M; 29 anos; Médio Completo; 6 meses).

> Produção humana, mental, valorização humana. O trabalho forçado é agressivo, mas o que tu gosta, tu te realiza, te sente capaz, tu te sente uma pessoa que dá retorno à sociedade. Mesmo que uma pessoa diga que não gosta de trabalhar, isso não é verdade, porque ela vai sentir falta do trabalho e do que ele proporciona (E19; F; 47 anos; Superior Completo; 2 anos).

Ao verbalizarem sobre **significados** e **experiências/vivências de trabalho**, os entrevistados não mencionaram a exploração, o sofrimento, o aviltamento, a dominação, manifestando que têm uma visão idealizada do trabalho assalariado, que é visto como o único meio de acesso a uma vida digna. Predominantemente, os sujeitos pesquisados consideram significativa apenas a dimensão positiva e não a dimensão negativa da categoria trabalho, recusando o seu caráter contraditório.

Essa glorificação acrítica do trabalho, exatamente pelo desejo de se sentirem incluídos, viabiliza a ampliação de processos de alienação, materializados na negação dos aspectos contraditórios presentes no trabalho precário. Isso faz com que os sujeitos, sequer, reconheçam as condições de exploração a que são submetidos, o que os desmobiliza para o seu enfrentamento a partir de processos de organização.

Evidencia-se aqui a categoria dialética da contradição intrínseca ao modo de produção capitalista, que não só impõe condições objetivas de exclusão, mas cria, no imaginário social, uma falsa idéia de autonomia e liberdade. A autonomia de fazer a opção entre o desemprego, o não acesso e o emprego precário.

Marx (2004) já apontava, desde suas obras de juventude, que o trabalho contempla aspectos positivos associados à libertação, criação, satisfação, pois viabiliza a produção de objetos/tarefas que contêm significado e utilidade para o seu produtor e para a sociedade, possibilitando ao homem o seu desenvolvimento e a sua emancipação (trabalho concreto). O autor afirmava que o trabalho pode ser também sinônimo de alienação, aprisionamento, desvalorização, imposição, sofrimento, agressão física e mental (trabalho abstrato). No entanto,

compreensivelmente, a entrevistada[46] salienta que a ausência do trabalho e do que ele possibilita é ainda pior do que o trabalho arbitrário (forçado).

Em razão da condição de desemprego estrutural, a possibilidade de não se ver inserido no mercado de trabalho e, por conseqüência, não ter suas necessidades atendidas (materiais e subjetivas) faz com que o trabalhador se submeta a qualquer forma de trabalho, seja ele precário, exaustivo ou alienado. Qualquer forma de inserção é considerada melhor do que estar à margem e de tudo o que isso significa.

Nos depoimentos dos entrevistados, é recorrente a expressão "qualquer coisa"[47] para se referirem ao tipo de emprego que procuram. Ao enunciarem tal manifestação, estão revelando a impossibilidade de fazer escolhas e expressando a sensação de que têm pouco ou quase nada a oferecer. "Qualquer coisa", desde que seja um trabalho formal, inclui salários baixos, consentimento à exploração, algo que não precisa ser prazeroso, é uma expressão que pode ser interpretada como sinônimo de sujeição a um trabalho desqualificado.

Segundo Seligmann-Silva (1994), o trabalho desqualificado é aquele que perdeu determinadas qualidades que o indicavam à consideração pública, expressa a perda de uma condição de reconhecimento social já existente. A autora cita o exemplo do trabalhador especializado, quando substituído por um equipamento sofisticado ou quando ocupa um posto inferior ao que lhe possibilitariam suas potencialidades.

O trabalho é um 'vetor' indispensável de construção identitária e de socialização, é o meio principal para a aquisição de recursos materiais e imateriais necessários à vida em sociedade (CATTANI, 2000). No capitalismo, o trabalho é exaltado como dever moral, o que justifica a centralidade que assume na vida dos sujeitos, pois trabalhar significa ser uma pessoa de bem, honrada, honesta, disciplinada (CATTANI, 2000; JACQUES, 2002; NARDI, 2006).

O trabalho permite "ser" e "ter", como fica explícito em declarações do tipo: "[...] o trabalho é tudo. Se tu não trabalha, tu não é ninguém, tu não tem nada, tu não consegue nada. Trabalhando, tu consegue tudo[48]". Verifica-se, novamente, uma glorificação exacerbada do trabalho, pois a inserção precária em trabalhos, muitas

---

[46] (E19; F; 47 anos; Superior Completo; 2 anos).

[47] Outras pesquisas já realizadas, dentre elas a de Wickert (2002), encontraram resultado semelhante.

[48](E15; F; 33 anos; Fundamental Incompleto; 3 meses).

vezes, insalubres e extenuantes pouco contribui para o autodesenvolvimento humano e, na grande maioria das situações, não garante a sobrevivência digna do sujeito trabalhador.

Através do trabalho, é possível ter uma identidade, ser alguém, ser reconhecido e respeitado. Para Jacques (2002, p. 161), a expressão identidade, embora possua contextos conceituais amplos, é uma expressão subjetiva que diz respeito a tudo aquilo que é vivenciado como eu, em resposta à pergunta 'quem és', sendo assimilada através da representação em si mesmo. O entendimento conceitual acerca da identidade refuta qualquer tipo de dicotomia, pois inclui "o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo". A sua definição remete à idéia de processualidade e metamorfose, já que a identidade é um permanente 'estar sendo'.

A referida autora destaca que o trabalho passa a ser constitutivo da identidade em função da sua importância na sociedade ocidental, que supervaloriza o mérito produtivo. A identidade de trabalhador constitui-se precocemente através da identificação com modelos adultos e/ou através do ingresso no mundo do trabalho. Na vida adulta, a inserção profissional é vista como uma seqüência previsível de uma vida 'adaptada' e 'normal'.

Nos depoimentos, o trabalho também é visto como um meio capaz de suprir a satisfação de todas as necessidades para a existência, o que mostra uma certa contradição, pois, mesmo quando se tem um emprego, nem sempre a remuneração materializada através do salário permite o acesso a 'tudo'. Ao mesmo tempo, entende-se que, diante de todas as perdas que o desemprego causa, conseguir um emprego pode significar, entre outras coisas, a recuperação da auto-estima, da dignidade, da sustentação financeira, da integridade humana, já que, segundo os entrevistados, é possível sentir-se completo através do trabalho; sem ele, a pessoa sente-se, de certo modo, mutilada, como literalmente expressa a entrevistada:

> O trabalho é a dignidade da pessoa. Eu sinto que tiraram a minha dignidade, então como é que eu vou viver, sair na rua? Uma pessoa, quando está desempregada, ela não tem nada, ela está acabada. A minha vida toda eu estudei, eu investi, eu fiz coisas e hoje eu não tenho dignidade. A hora que você tira o trabalho da vida de uma pessoa, ela não tem mais nada [...]. Eu me sinto sem perna, aleijada nessa busca. Moralmente, eu estou aleijada, eu estou sem dignidade de ser humano, para poder buscar, na vida, alguma coisa decente, de maneira honesta, e isso acaba com a vida de uma pessoa. (E18, F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Verifica-se que o trabalho foi considerado pela entrevistada como parte de seu corpo, dada a sua importância para a manutenção da vida: “[...] Eu me sinto sem perna, aleijada nessa busca. Moralmente, eu estou aleijada [...][49]”. Em verdade, ela não está se referindo ao seu exterior, mas a uma espécie de decepamento interno, ela sente-se sem potência ou vigor, como se a sua auto-imagem denunciasse um corpo indefeso para intervir sobre a sua própria vida e no mundo.

Ao longo do tempo, as exigências do capitalismo afetaram a saúde do trabalhador, causando repercussões físicas e psíquicas. A extorsão da mais-valia tem ocorrido das mais diversas formas, e o corpo do trabalhador (no sentido não dicotomizado: mente e físico) tornou-se uma mera força de trabalho.

No modelo de gestão taylorista/fordista, a racionalidade científica e a intensificação do trabalho impunham que os movimentos corporais dos trabalhadores, assim como as tarefas, fossem parcelizados e cronometrados. O trabalhador era reduzido a um corpo mecanizado que devia operar ao máximo e no menor tempo possível. O disciplinamento e a automatização dos corpos eram fundamentais, já que os corpos regrados e obedientes eram mais úteis à produção capitalista.

No estágio da acumulação flexível, o trabalhador passou a desempenhar várias funções no mesmo tempo de trabalho, tendo que provar, constantemente, a sua competência, tornando-se vítima de adoecimento e sofrimento psíquico. Ele é captado não apenas para a execução de tarefas, mas passa a interessar ao capital pela sua capacidade técnica, intelectual e emocional, aumentando, assim, a cooptação subjetiva.

Os corpos, transformados em forças úteis, sempre tiveram que se modular às exigências referentes à organização e às condições de trabalho[50], em todos os processos de gestão de mão-de-obra. O trabalho exerce um adestramento corporal, uma vez que o modo de ser do trabalhador tem sido imposto pelo trabalho.

Como conseqüência simbólica do desemprego, o corpo do trabalhador, que o capital transformou em “corpo trabalho”, ou simplesmente, em força de trabalho, torna-se um "corpo trabalho desfigurado". Os desempregados adjetivam-se como

---

[49] (E18, F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

[50] A organização do trabalho compreende a divisão do trabalho entre os trabalhadores, o modo operatório prescrito, a relação com colegas, as hierarquias, etc. As condições de trabalho referem-se ao ambiente físico, além dos agentes químicos, biológicos, incluindo aspectos relativos à segurança e adaptação do trabalho ao homem, etc (DEJOURS, 1994).

desnecessários, inaptos, desqualificados, isto é, “corpos inaproveitáveis”, uma vez que não encontram serventia e valorização no mercado formal de trabalho. Em suma, o mesmo corpo que foi modulado para servir ao capital fica irreconhecível e sem sentido para justificar a sua existência no mundo[51].

Pode-se dizer que existe semelhança entre o corpo desfigurado e corpo deformado pela alienação. Alguns estudos sobre as implicações do trabalho alienado para a saúde do trabalhador apontam, como conseqüência, um desgaste físico e psicológico, ou seja, um decréscimo ou perda da potencialidade corporal e psíquica. Desse modo, ocorre uma utilização deformada e deformante das capacidades psíquicas e corporais do sujeito. A deformação seria uma transformação negativa, em que acontece a perda de um estado anterior satisfatório e valorizado (SELIGMANN-SILVA, 1994).

Se o trabalhador consegue vencer as desconformidades decorrentes da organização e das condições de trabalho, ultrapassando os limites do seu corpo, à custa de extremo desgaste humano, conseqüentemente, ele adoece. Muitas vezes, o trabalhador sente-se culpado quando o seu corpo deixa de ser saudável e produtivo, seja por adoecimento ou acidente em decorrência da atividade laborativa. O sentimento de culpa também acompanha o desempregado que sofre por estar com o seu corpo desfigurado, sem potência e improdutivo.

O trabalho é visto como o meio capaz de viabilizar a autonomia e independência, o que pressupõe poder tomar decisões e ser dono da própria vida, algo impraticável quando se vivencia a privação do trabalho. Segundo Cattani (2000), por autonomia entende-se a condição e capacidade, seja de um grupo ou indivíduo, de tomar decisões como ser, ou grupo racional e consciente. Para o autor, a autonomia é uma conquista que envolve a busca da dignidade no trabalho e na vida.

Sob uma perspectiva filosófica, Chauí (2000) refere que autônomo[52] é quem goza de autonomia ou liberdade, é aquele que tem o poder para dar a si mesmo a regra, a norma, a lei. Nesse sentido, autonomia é sinônimo de autodeterminação, pois autônomo é quem pode dar a si o comando da ação.

---

[51] Registra-se aqui um agradecimento à Karen Eidelwein por ter contribuído para a construção dessa reflexão.

[52] Segundo Chauí (2000), a palavra **autônomo** origina-se do grego: *autos* (eu mesmo, si mesmo) e *nomos* (lei, norma, regra).

Marx (2004), ao tratar do trabalho alienado, destaca os níveis de alienação que ocorrem no processo de trabalho, do produtor (trabalhador) em relação a si próprio, com o produto do seu trabalho, até a relação com os demais produtores. A alienação do produtor, em relação ao produto, acontece quando o trabalhador não tem acesso ao que ele próprio produz e não se reconhece no que faz. A alienação do produtor, em relação ao processo de produção, ocorre porque o trabalhador não pode definir o que e como produzir; já a do produtor consigo mesmo surge quando o trabalho se torna um fardo, não permitindo a auto-realização; por fim, a alienação do produtor com os demais produtores ocorre quando a cooperação é substituída pela concorrência e competição.

Logo, nessas condições não é possível se falar em autonomia. Essa alienação é claramente expressa em *O operário em destruição*[53], quando o operário diz: *"*O velho Alzemiro é que tinha razão: "Sempre que tu terminar um prédio, olha bem pro teu trabalho, guarda contigo cada detalhe, porque tu nunca mais vai entrar nele"". Mas, em que pese sua dor, ele resiste e pinta na parede da obra recém construída: "Nairo trabalhou aqui" (AZEVEDO, 1995, p. 86).

Portanto, além da privação do emprego e de todas as limitações decorrentes dessa situação, as relações de dominação que impõem a exploração e a alienação do trabalho também impedem que o homem possa arbitrar livremente sobre a própria vida. Marx (2004, p.147) já referia que "um ser só é independente quando dono de si mesmo, e só é dono de si próprio quando a si mesmo deve a existência. O homem que vive pelo favor de outrem se considera um ser dependente".

O desemprego retira do trabalhador as possibilidades de projetar livremente o seu futuro. Os desempregados não conseguem vender a sua força de trabalho, logo, aquele trabalhador "livre" para ser assalariado e, conseqüentemente, explorado, está ficando excluído, supérfluo (CASTEL, 2000). E exatamente por essa razão, como se verificou na expressão de uma das entrevistadas, o trabalhador submete-se a qualquer forma de trabalho.

O medo da perda total das condições materiais de sobrevivência, ou, mais especificamente, o medo da perda da moradia e de se tornarem moradores de rua foram expressos pelos entrevistados. Nesse caso, o trabalho é visto como o meio de

---

[53] Agradecimento especial à professora Maria da Graça C. Jacques pela sugestão desse texto que se encontra em anexo (ver anexo A).

evitar a exclusão e perdas futuras ainda maiores, significando, dentre outras coisas, ter a garantia de um lugar para morar.

> É o meu sustento. Trabalhando, eu tenho condições de alugar uma casa para morar, viver, comer, me vestir, me alimentar, enfim, de sobreviver. Esse é o significado do trabalho: ter sustento, moradia. Assim, a pessoa tem condições de alugar uma casa para ser independente, duas peças, por exemplo, porque morar na rua é brabo, ficar no albergue é ruim (E3; M; 28 anos; Fundamental Incompleto; 1 ano e 6 meses).

O depoimento desse entrevistado é a reafirmação de que sem o trabalho não existe a produção de bens materiais para o processo de reprodução e renovação da sociedade. O trabalho é fundamental para a manutenção da vida dos homens, é uma atividade vital que viabiliza a continuidade da sociedade e a permanência da existência humana:

> Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida (MARX; ENGELS, 2005, p. 53).

Para o entrevistado, a condição de viver está ligada ao trabalho, pois, através deste, é possível ter paradeiro, proteção, abrigo. Trabalhar é ter segurança, é não ter que viver como um nômade, em qualquer lugar, de qualquer modo. Marx (2004) comparava o selvagem ao humano e dizia que o selvagem não se sente como um estranho na caverna, e sim protegido naturalmente; já o homem necessita de uma habitação que lhe proporcione dignidade, porém nem sempre isso é o que está reservado a ele:

> [...] mas a habitação em caves dos pobres é uma habitação hostil, “um poder estranho, constringente, que só lhes rende em troca de sangue e suor”. Não a podem considerar como sua casa - da qual seja possível vir a dizer: “aqui estou em casa”. Sentem-se antes na casa de outra pessoa, na casa de um estranho, que todos os dias se encontra à espreita e o expulsa, se não pagar a renda. São igualmente conscientes do contraste que existe entre a sua habitação e uma habitação humana, sita no outro mundo, no céu da riqueza (MARX, 2004, p.157).

Os sujeitos sofrem com as sucessivas perdas ocorridas a partir do desemprego. Paugam (2003), em suas pesquisas realizadas na França, assinala que a falta de residência fixa e a experiência de morar na casa de amigos ou em albergues agravam os sentimentos de angústia quanto ao futuro, desencadeando nos indivíduos o medo de sofrer uma decadência ainda maior.

De 1994 a 1995 foi realizado em Porto Alegre um estudo que, na época, apontou a existência de 222 moradores de rua, com idade superior a 14 anos. A pesquisa mostrou que 70% eram homens e possuíam em comum, nas suas biografias, uma seqüência de perdas, como a perda do trabalho, da casa, da família e da própria auto-estima (REIS; PRATES; MENDES, 1996).

Estudos existentes sobre moradores de rua, tanto no âmbito nacional como internacional, ressaltam a importância do trabalho para a reinserção social desses sujeitos e afirmam que sua perda ou dificuldade de acesso condiciona o processo de rualização e a manutenção dos sujeitos nessa situação, mesmo quando há influência de outros fatores (REIS; PRATES; MENDES, 1996; ABREU, PRATES et al., 2000; BULLA; MENDES; PRATES, 2004).

A perda do emprego atinge também trabalhadores que eram considerados estáveis e qualificados profissionalmente, provocando um gradual processo de desproteção. Castel (2000), ao analisar o caso da França, refere que os excluídos normalmente ocupavam zonas mais periféricas devido à perda do trabalho e ao isolamento social. No entanto, o autor salienta que, atualmente, é praticamente impossível estabelecer fronteiras entre essas zonas, pois os sujeitos considerados integrados estão cada vez mais suscetíveis à vulnerabilidade, podendo ser expulsos da moradia que ocupam por não terem proteções asseguradas em decorrência da precarização das relações de trabalho.

Quanto à dimensão acerca do **desemprego,** envolvendo **significados** e **sentimentos**, as associações realizadas pelos entrevistados remetem à idéia de exclusão, depressão, humilhação, insegurança, privação, busca, desesperança, desvalorização, como ilustram os depoimentos a seguir:

> O significado? Tem vários significados, primeiramente é a fome. Trabalhando, tu tem onde almoçar, onde comer. Na rua, às vezes, tu come, às vezes, não [...]. É estar passando trabalho, dificuldade (E3; M; 28 anos; Fundamental Incompleto; 1ano e 6 meses).
>
> O desemprego é ruim, é algo muito chato. A pessoa começa a cair nesse poço sem fundo e começa a entrar em depressão, fica sempre sem

> dinheiro, não consegue emprego. A pessoa corre atrás, corre atrás e se sente desvalorizada (E9; M; 29 anos; Médio Completo; 6 meses).
>
> Eu estou numa depressão horrível. Para mim, desemprego é depressão [...] (E11; F; 24 anos; Médio Incompleto; 1ano).
>
> O desemprego é o fim, ele rouba a dignidade do homem e aí não sobra mais nada, vem a depressão, o desânimo, o desespero, acho que nessa ordem. Culmina na violência e nos problemas que a gente vê aí fora, que são reflexos disso, da falta de emprego. É o caos moral e psicológico para o cidadão e é o caos social com a violência, é o fim. Se não tiver oportunidade para todo mundo, dificilmente essa estrutura social vai conseguir se manter, e eu vejo isso a médio prazo, o que é assustador para raça humana (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Verifica-se que a depressão e a privação ou o medo da privação e a conseqüente degradação permeiam todas as expressões dos sujeitos. Se o trabalho não tivesse a magnitude que possui para eles, sem dúvida, o desemprego também não assumiria proporções tão significativas em suas vidas. Os depoimentos dos entrevistados evidenciam que o desemprego os impede de viver plenamente. Mesmo os que não conseguiram, de modo explícito, expressar verbalmente as associações que fazem acerca desse fenômeno, o fizeram através do choro incontrolável ou nas entrelinhas deixaram seus registros: "Eu me sinto muito insegura em relação a tudo. Sem fazer nada, eu sinto um vazio[54]".

A partir dos relatos dos entrevistados, é possível inferir que suas vidas estão esvaziadas de sentido em decorrência do desemprego. Impedidos de delinear o seu próprio rumo, os sujeitos sentem-se à deriva, ou seja, soltos, perdidos, sem um caminho a seguir.

> Desemprego é uma coisa que marca a gente, a gente se sente ruim até para falar com as pessoas. Se tu consegue o emprego, tudo bem, mas, se não consegue, fica marcando passo. Então a gente fica à mercê das pessoas, é o próprio descaminho, a gente fica à mercê da sorte, dependendo das pessoas. A gente vem ao SINE para ver se consegue alguma vaga de emprego e não consegue nada. Então não se usufrui nada, a gente fica só naquela esperança, uma esperança descabida, [...] a gente se sente sem força [...]. Existe uma esperança, mas a gente fica sem saber se vai conseguir, se não vai, enfim, fica entregue ao destino [...]. A pessoa tem sempre aquela esperança, aquela esperança [...], no fim, fica marginalizada, desiludida [...]. Sinceramente, eu estou desacreditado por causa da idade, por causa dessa fase em que não há empregos, enfim, por não conseguir nada. Não existe, não existe mesmo. O que é que vai se fazer? No fim, a pessoa vai se aterrando cada vez mais (E16; M; 64 anos; Fundamental Completo; 2 anos).

[54] (E2; F; 51 anos; Fundamental Incompleto; 2 meses)

O termo ‘à deriva’ traduz essa situação dos indivíduos que estão sem direção e controle sobre suas próprias ações, que vivem a instabilidade e não possuem um ponto de referência seguro. O processo de deriva envolve aspectos econômicos, sociais e morais, que interagem concomitantemente (CATTANI, 2000). Destaca-se aqui a importância de que a explicação desse fenômeno social privilegie a leitura da totalidade, importante categoria do método dialético, para que não se faça uma leitura reducionista desses condicionantes e de suas refrações que expressam a questão social.

Quanto à deriva econômica, Cattani (2000) menciona que as estratégias de adaptação em função da diminuição da renda acarretam a redução das despesas alimentares e relacionadas à saúde. Quanto pior for a alimentação, pior o estado de saúde e a falta de recursos para tratá-la, ocorrendo a degradação física. O autor destaca que a diminuição das despesas básicas (alimentação, vestuário, moradia, saúde, educação) e a venda dos bens pessoais ampliam a noção negativa e degradante do processo. Ou seja, o desemprego e o trabalho precário são responsáveis pelo aumento da vulnerabilidade e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento processual da degradação[55].

A respeito da deriva social, a falta ou a precariedade do trabalho pode significar uma ‘morte social’ devido à primazia do trabalho nos processos de sociabilidade. Sendo assim, acontece um isolamento dos desempregados e um corte dos laços associativos, pois, muitas vezes, além de se distanciarem de familiares e amigos, não procuram por outros desempregados, ficando cada vez mais próximos da exclusão e da marginalidade (CATTANI, 2000). Na mesma lógica, Paugam (2003), ao relatar o processo de desfiliação progressiva provocado pela exclusão, afirma que os sujeitos vão se retraindo e tendem ao isolamento.

Quanto à deriva moral, Cattani (2000) salienta que não se trata de um processo visível como os demais, porém alguns indícios podem confirmar a ocorrência de uma fragilização psicológica, associada ao enfraquecimento dos laços sociais e ao desenvolvimento de sentimentos de culpabilidade, frustração, resignação. Segundo o autor, as manifestações exteriores da deriva moral podem ser percebidas, em muitos casos, através da violência familiar, da incidência do

[55] O termo degradação refere-se à idéia de enfraquecimento gradual e contínuo, uma transição progressiva de um nível superior para um inferior (CATTANI, 2000).

alcoolismo, do desenvolvimento de doenças psicossomáticas, do aumento da criminalidade e suicídios.

> Quando eu estava empregado, eu estava sempre bem vestido, inclusive eu tinha uma namorada que trabalhava comigo, eu tinha condições de manter ela, sair com ela, de passear com ela, de me vestir bem para ver ela. Quando eu fiquei desempregado já complicou, eu tive que sair de casa e vender as minhas roupas para poder me sustentar. Daí eu caí, estou caído por enquanto [...] caído é ficar assim na rua desempregado, que nem hoje, hoje eu não almocei ainda. É brabo, na rua é brabo, ficar assim na rua é terrível, a gente não sabe o dia de amanhã. Eu tenho vergonha, vergonha de andar mal arrumado, mal vestido, sem dinheiro. Imagina só um rapaz de 28 anos sem dinheiro no bolso [...] a pessoa fica desiludida, sem saber o que fazer, sem rumo, sem nada, eu não sei nem explicar [...]. As pessoas que eu me dava antigamente se isolam da gente, tu chega para conversar e elas já pensam que tu vai pedir alguma coisa para elas, eu já isolei elas também [...]. Eu senti até vontade de me matar [...], mas eu vou me levantar se Deus quiser [...] (E3; M; 28 anos; Fundamental Incompleto; 1ano e 6 meses).

O entrevistado relata o processo de deriva que tem vivenciado durante o período em que está desempregado. Enquanto estava trabalhando, a sua vida e as suas relações afetivas possuíam mais qualidade. A possibilidade de estabelecer vínculos afetivos estava associada com a situação de “estar empregado”, visto que a satisfação de suas necessidades básicas, o acesso ao lazer e o relacionamento com a namorada e com os amigos estavam atrelados às condições materiais de sustento. Nessa expressão, fica evidente a necessária interconexão entre múltiplos fatores que caracterizam a categoria da totalidade.

A partir da perda do emprego, o entrevistado teve perdas significativas nos aspectos econômico, social e psicológico. Ficou sem moradia, sem condições de alimentar-se, teve que se desfazer das próprias roupas, suas relações sociais sofreram rupturas. Quando menciona “eu já isolei elas também”, expressa todo o seu desinvestimento afetivo: de certo modo é um mecanismo de defesa, uma forma de suportar a dor decorrente dessa situação. Ao dizer “estou caído por enquanto”, revela o seu reconhecimento em relação ao próprio sofrimento psíquico, que o leva até a pensar em suicídio como forma de alívio. Um alívio para todas as perdas sofridas e para o que elas têm acarretado, como o sentimento de indignidade, expresso pela vergonha. Ao mesmo tempo, o entrevistado, num misto de esperança com resignação, manifesta: “mas eu vou me levantar se Deus quiser”[56].

---

[56] (E3; M; 28 anos; Fundamental Incompleto; 1ano e 6 meses).

Nos depoimentos, verifica-se a existência da contradição que mostra a oposição entre o real e o mascaramento das condições objetivas de vida. A contradição explicita-se na reação dos sujeitos a essas condições, ora resignando-se, ora reagindo. Não é por outra razão que a contradição é considerada o “motor” da história pelo materialismo dialético.

A vergonha imobiliza e enfraquece as pessoas, que ficam reféns de seu próprio sofrimento. Através da vergonha, ocorre a exploração da resignação, impedindo qualquer forma de resistência coletiva para o enfrentamento de uma situação (FORRESTER, 1997). Pode-se dizer que a resignação conforma uma subjetividade oprimida. Com isso, a ordem social estabelecida torna-se aceitável e só uma força transcendental, divina (Deus) pode mudar o que, aparentemente, é imutável e não tem saída.

Na sociedade capitalista, em que predomina o individualismo, o desemprego está associado ao fracasso pessoal; em decorrência disso, os desempregados sentem-se inferiorizados, com a sua altivez afetada. Como refere Guareschi (2005), a cultura individualista faz com que o indivíduo se sinta separado de tudo, como se nada do que ocorre ao seu redor lhe dissesse respeito e nada do que acontece com ele interessasse ao mundo.

O referido autor afirma que, sob a perspectiva liberal individualista de ser humano, não há nada no indivíduo que o relacione ou o ligue a alguma coisa, é como se, por si só, ele fosse auto-suficiente e prescindisse dos outros para a sua definição e compreensão. Na sociedade atual, há o predomínio do neoliberalismo, que retoma as premissas do liberalismo, entre elas a consideração do sucesso como uma conquista individual, reservado para quem tem livre iniciativa e é empreendedor.

A ideologia tem um papel fundamental de legitimar o modo de produção econômica, num processo social que resulta em dar sustentação a idéias que são afins com o capitalismo, como forma de manter os diversos modos de alienação. Sobre a ação poderosa da ideologia, Freire (2001, p.142) discorre metaforicamente:

> O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra mas não o divisamos bem. A própria “miopia” que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra. Mais séria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos

> é o que na verdade é, e não uma verdade distorcida. A capacidade de penumbrar a realidade, de nos "miopizar", de nos ensurdecer que tem a ideologia, faz, por exemplo, a muitos de nós, aceitar docilmente o discurso cinicamente fatalista neo-liberal que proclama ser o desemprego no mundo uma desgraça do fim de século. Ou que os sonhos morreram [...].

O processo ideológico opera de tal modo que algumas idéias, valores e crenças parecem assumir vida própria e ganham validade, tornando-se verdades absolutas e autônomas. Conforme Chauí (2000), a ideologia é um fenômeno responsável pela naturalização do que é determinado histórica e socialmente, ou seja, dos interesses e das ações de alguns homens em relação a outros. Na mesma perspectiva, Guareschi (2005) refere-se à ideologia como uma prática/estratégia a serviço da criação e reprodução de relações desiguais, injustas de dominação.

O desemprego é considerado resultado da incompetência pessoal, sinônimo de insucesso, pois, no processo social, as pessoas são levadas a crer que os desempregados estão nessa situação devido à sua falta de aptidão. O desemprego é tratado como uma fatalidade, e espera-se que quem está vivenciando essa condição aceite as coisas como se apresentam, ou busque saídas individuais de superação. Com base nessa ideologia, a sociedade acredita que quem não consegue transcender a condição de desempregado está fazendo algo "errado", "inadequado".

> Eu me sinto triste, frustrado. Se eu ficasse de braços cruzados, tudo bem, mas eu procuro. Eu moro em Canoas, mas venho no SINE daqui de Porto Alegre diariamente. Eu me sinto assim, bem dizer, um "Zé Ninguém" porque tu vai aqui, tu vai ali e não consegue nada, então tem uma hora que tu te sente um "Zé Ninguém". Tu acaba achando que nunca vai ter condições de ter um emprego. Eu penso, várias vezes, em desistir como muita gente [...] (E13; M; 26 anos; Fundamental Completo; 6 meses).

O relato desse entrevistado ilustra os sentimentos decorrentes das buscas frustradas por emprego: as pessoas sentem-se incapazes, impotentes, desacreditadas. Algumas pensam que a obtenção de trabalho depende única e exclusivamente de seu próprio esforço. No entanto, este parece nunca ser suficiente, já que o retorno ao mercado de trabalho se distancia cada vez mais. Com isso, desencadeiam-se a frustração, a tristeza e, gradualmente, o imobilismo.

A ausência de trabalho e a dificuldade de reinserção profissional ocasionam sucessivas renúncias, pois os desempregados desistem do relacionamento com familiares, amigos e vizinhos. As dificuldades são absorvidas pelos sujeitos, como se

estivessem em si mesmos e não fossem exteriores a eles. Além de vivenciarem a culpa, os sujeitos têm a sensação de que são desnecessários, invisíveis à sociedade ou, utilizando a expressão do entrevistado[57], um “Zé Ninguém”.

O que é invisível ou de responsabilidade exclusiva do indivíduo não precisa ser assumido como um compromisso da sociedade. Situação similar verifica-se na invisibilidade dos acidentes de trabalho e das doenças oriundas da atividade profissional, pois esses fenômenos, quando não reconhecidos como tais, deixam de ser absorvidos como custos pelo Estado.

O meio pelo qual a ideologia opera é a naturalização ou a reificação (coisificação), que está a serviço da dominação e é responsável pelo acobertamento da realidade. Tal estratégia atua como forma inibitória de luta e mobilização pela libertação, fazendo predominar a resignação, pois tudo que é fruto da vontade humana, como a própria desigualdade, passa a ser visto como algo natural e imutável (GUARESCHI, 2005).

Nos depoimentos dos entrevistados, observa-se a predominância dos sentimentos de humilhação, insegurança, preocupação, desesperança e angústia. Esses sentimentos aumentam à medida que os sujeitos buscam e não encontram oportunidade de emprego, o que acaba por afetar suas relações sociais, como se pode verificar na seguinte expressão:

> Isso interfere no relacionamento familiar porque a gente é cobrado pelos filhos, pela esposa, pelos compromissos que tem. Eu acho que a pior coisa é isso aí, essa cobrança familiar. Apesar de ser uma cobrança própria da gente também. Isso interfere na vida familiar da gente, no relacionamento com os amigos e vizinhos [...] (E7; M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

Na sociedade capitalista, em que o trabalho é associado a valores morais, a família tem um papel de destaque na apregoação da disciplina e na exaltação ao gosto pelo trabalho, contribuindo para a consolidação do papel do homem como provedor de família (COLBARI, 1995). Até mesmo as composições das letras musicais fazem referência ao trabalhador, mencionando mais a figura masculina do que a feminina, como é observável na letra da música *Cotidiano*. Esta, apesar de falar do dia-a-dia de um casal, enfatiza a rotina de trabalho do marido, a sua vida árdua de trabalhador, o seu cansaço. Assim como outros trabalhadores, esse

[57] (E13; M; 26 anos; Fundamental Completo; 6 meses).

operário tem vontade de largar tudo, mas recua devido ao peso da responsabilidade de sustentar a si e as pessoas que dele dependem:

> [...] Todo dia eu só penso em poder parar
> Meio-dia eu só penso em dizer não
> Depois penso na vida pra levar
> E me calo com a boca de feijão [...]
>
> Trecho da música Cotidiano (BUARQUE DE HOLANDA, 1971).

O papel social de chefe/responsável pelo provento do lar ainda é visto como uma obrigação masculina, o que é legitimado cultural e socialmente. Para o homem, o desemprego pode significar a incapacidade de garantir o sustento familiar e, portanto, o fracasso quanto ao seu papel mais importante, que, no imaginário social, é o de provedor. A impossibilidade de cumprir essa função pode fazer com que o homem se sinta também derrotado como pai e esposo, o que é ilustrado no depoimento a seguir:

> [...] se eu chegar em casa sem serviço, sem ter como sustentar a minha família [...], eu fico atacado porque eu sou homem e eu não consigo nada [...]. Tu tentar ajudar a tua família e não ter como, é horrível. Não tem serviço. Trabalhar aonde? [...] Eu fico pensando, não tem serviço, tu não consegue nada, o que tu vai fazer, vai ficar dependendo dos outros, como eu que a minha mulher vai me sustentar. Às vezes, eu consigo alguma coisa e levo 10, 12 reais para dentro de casa, mas, quando eu não tenho, ela é que põe. Isso me humilha mais ainda. Eu fico arrasado (E5; M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).

Mesmo com o ingresso crescente das mulheres no mercado de trabalho, ainda ocorre a naturalização da organização da vida familiar decorrente da divisão sexual do trabalho, o que comprova a atualidade das análises de Colbari (1995). Segundo a autora, as atribuições de papéis e hierarquias são construções culturais, calcadas em diferenças biológicas entre homens e mulheres. É considerado absolutamente natural que o papel atribuído ao homem seja relacionado ao trabalho e à vida pública; as atividades do espaço privado e doméstico são consideradas perfeitamente cabíveis às mulheres.

O entrevistado revela que se sente humilhado e inferiorizado não apenas por não conseguir assumir a responsabilidade do sustento da família, mas pela condição de estar sendo sustentado pela esposa. Para ele, trata-se de uma inversão hierárquica: “[...] Às vezes, eu consigo alguma coisa e levo 10, 12 reais para dentro

de casa, mas, quando eu não tenho, ela é que põe. Isso me humilha mais ainda. Eu fico arrasado”[58].

Outro entrevistado faz referência à sua experiência/vivência mais significativa em relação ao desemprego, revelando a produção de sentido que o desemprego masculino pode gerar:

> [...] em relação ao desemprego, o que me marcou foi quando eu casei pela primeira vez. Eu fiquei um período desempregado, só a minha esposa trabalhava na época. Então, eu me sentia abaixo dela. Ela me dava bastante força, mas eu me sentia chateado, frustrado, por não estar trabalhando e não poder ajudar a sustentar a nossa casa (E13; M; 26 anos; Fundamental Completo; 6 meses).

Nesse relato, o entrevistado revela que se sentia numa posição inferior à mulher por estar desempregado e dela depender: “[...] só a minha esposa trabalhava na época, então eu me sentia abaixo dela [...]”[59]. Percebe-se, através dos depoimentos, a confirmação dos estudos de Colbari (1995) que aponta a ocorrência da perpetuação dos valores morais e das representações simbólicas em relação às posições hierárquicas no núcleo familiar. De modo semelhante, os entrevistados reproduzem essa lógica, dando continuidade a uma dinâmica familiar que naturaliza e banaliza a divisão sexual do trabalho.

O núcleo familiar é estruturante da condição do homem como provedor de família, sendo um propulsor da motivação para o trabalho, visto que os anseios e as aspirações profissionais estão ligados a um conjunto de valores construídos a partir das relações primárias familiares. A estabilidade da vida familiar está, em grande parte, vinculada à situação do homem no mercado de trabalho. Para ele, o desemprego pode representar a impossibilidade de manutenção da família, a perda do *status* de trabalhador e da condição de chefe de família, de provedor da casa, além da perda da autoridade sobre a esposa e os filhos (COLBARI, 1995).

Pode-se observar que o capitalismo utiliza a família para a sustentação e a disseminação ideológica da valorização moral do trabalho e, paradoxalmente, é responsável pela fragilização das relações familiares. Um exemplo disso é que o sistema exalta o papel de provedor, mas não oferece condições para que, de fato,

---

[58] (E5; M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).
[59] (E13; M; 26 anos; Fundamental Completo; 6 meses).

muitos homens e mulheres possam desempenhar essa função, já que a reinserção no mercado de trabalho está sendo cada vez mais inviabilizada.

Segundo Cattani (2000) e Paugam (2003), o desemprego e a precariedade profissional aumentam as tensões e os conflitos familiares, podendo favorecer as rupturas conjugais. De acordo com os referidos autores, a falta de trabalho, além de provocar a debilidade dos recursos materiais, gera a vulnerabidade relacional, uma vez que os indivíduos parecem desistir do convívio social, o que é confirmado na presente pesquisa.

Outro aspecto agravante da situação daqueles que vivenciam o desemprego é a busca de tentar não demonstrar a desilusão ou fragilidade aos que estão próximos deles. Pode-se observar isso na expressão da entrevistada que, mesmo tendo a sensação de exclusão e desesperança, não se vê no direito de exteriorizar o seu sofrimento:

> [...] me sinto da pior maneira possível, derrotada, perdida, desesperançada. Eu tenho que estar o tempo todo me policiando para não passar isso para as minhas filhas. Eu sinto que, se elas tiverem essa mesma visão de mundo que eu estou tendo hoje, elas não vão fazer mais nada [...], eu não tenho mais esperança, eu perdi a esperança. Eu procuro não tirar a esperança das minhas filhas porque eu acho que ia ser muito difícil para elas viver sem acreditar em alguma coisa. Eu tenho que animá-las (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

A ocultação dos verdadeiros sentimentos é abordada no filme *A Agenda*[60], que serve para exemplificar o quanto o desemprego afeta as relações familiares e provoca rebatimentos na subjetividade dos sujeitos e repercussões que vão além das perdas materiais. Nesse filme, o personagem protagonista, ao perder o emprego, passa a negar a sua condição de desempregado. Sem coragem de contar à família sobre a demissão, o personagem vai diariamente “trabalhar”, mas, na realidade, fica andando sem rumo pela cidade. Com o passar do tempo, o seu sofrimento aumenta devido ao próprio desemprego e por não conseguir admitir para si, para a família e para os amigos a sua real condição. Tenta convencer todos de que possui muitos compromissos profissionais, porém a situação fica insustentável, as suas aflições e os conflitos familiares agravam-se progressivamente.

---

[60] **A agenda**. Direção: Laurent Cantet. Interpretes: Aurelien Recoing; Karin Viard; e outros. França: Columbia Pictures, 2002.

O filme elucida que a perda do emprego acarreta vários tipos de prejuízos que ultrapassam a questão salarial e a diminuição do consumo, provocando impactos nas relações dos sujeitos com seus pares, na sua auto-estima e na sua identidade. Para o personagem, assim como para alguns entrevistados, negar o próprio desemprego, apesar de ser algo penoso, ainda é mais suportável do que se reconhecer como desempregado/não trabalhador. De certa forma, trata-se de uma estratégia para resistir a essa situação.

> [...] Quando perguntam "aonde é que tu está trabalhando?" aí tu acaba mentindo, não dizendo a verdade para não dizer que está desempregado, então essa é a pior coisa que tem [...], é a parte social (E7; M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

A ausência ou a precariedade do principal 'vetor de socialização', conforme Cattani (2000), modifica os indivíduos. Por isso, é comum que o desempregado saia de casa nos primeiros tempos de desemprego, simulando ir ao trabalho. O autor também destaca que a insatisfação quanto à carreira profissional ou a instabilidade no emprego faz com que os indivíduos desenvolvam o sentimento de não corresponder às supostas expectativas do seu meio social.

O fenômeno do sentimento de desvalia é observado por Paugam (1999) e não se restringe apenas àqueles que dispõem de uma condição mais privilegiada na estrutura social. De acordo com o autor, os processos de humilhação, desvalorização e discriminação experenciados e vivenciados pela população mais excluída levam a um estado de 'desqualificação social' que impossibilita os sujeitos de desenvolverem o sentimento de pertencimento a uma classe social, acarretando processos de isolamento. A desqualificação social é entendida como um processo e apresenta diferentes níveis, que vão desde a fragilidade dos vínculos estabelecidos até as rupturas com os vínculos sociais.

Um estudo realizado com moradores de rua constatou que, para a maioria desses sujeitos, a obtenção de um trabalho era um sonho, que significava a possibilidade de evitar a estigmatização da sociedade; eles associavam trabalho à dignidade. Existe similaridade entre seus depoimentos e os relatos dos sujeitos entrevistados da presente pesquisa, pois, para os moradores de rua, o trabalho também possui o caráter de centralidade e abarca um sentido que vai além do

suprimento de suas necessidades materiais. O relato a seguir, oriundo do estudo de Mendes e Silveira (2004, p. 209), é ilustrativo:

> Eu acho que ninguém vive sem trabalho, até porque o trabalho é uma terapia para a gente. Não só uma coisa para o nosso sustento, como uma terapia para a gente. Eu encaro assim (Sra. M. J.).

O trabalho é uma atividade genuinamente humana na qual o homem reafirma a sua existência. Isso está intrinsecamente presente em depoimentos que se referem a alguns sentimentos experimentados em relação ao desemprego: "[...] às vezes, nem ser humano eu me sinto [...]"[61], ou "Eu me sinto um lixo, incapacitada [...]"[62]. Essas manifestações fazem lembrar o poema de Bandeira (2003, p. 145):

> O BICHO
>
> Vi ontem um bicho
> Na imundície do pátio
> Catando comida entre os detritos.
> Quando achava alguma coisa,
> Não examinava nem cheirava:
> Engolia com voracidade.
> O bicho não era um cão,
> Não era um gato,
> Não era um rato.
> O bicho, meu Deus, era um homem.

Tão impactante quanto o poema de Bandeira (2003) é a declaração do entrevistado que não se reconhece como humano sem o trabalho, ou a manifestação da jovem desempregada que se sente um "lixo", o que pode ser traduzido como "imprestável", "sem utilidade" ou "descartável". O poema e o desabafo dos entrevistados são chocantes por serem expressões da realidade, e não só ficção. Ambos fazem referência à processual e progressiva degradação humana e social.

Reitera-se que o termo degradação é referente ao enfraquecimento gradual e contínuo, uma transição progressiva de um nível superior para um inferior. Na dimensão social, o entendimento de degradação diz respeito ao processo de deterioração das condições econômicas e sociais de uma parte da população,

---

[61](E5; M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).
[62] (E11; F; 24 anos; Médio Incompleto; 1ano).

acarretando o rebaixamento de uma posição ou de um *status* relativo. Já os processos individuais referem-se à idéia de uma deterioração humana, física e moral (CATTANI, 2000).

O desemprego pode desencadear um processo de degradação, no qual os sujeitos sofrem a deterioração da auto-estima e desenvolvem o sentimento de impotência. Pode favorecer estigmatizações preconceituosas de parte da sociedade, pois os desempregados são considerados preguiçosos, irresponsáveis, pessoas com falta de vontade e disposição para o trabalho (CATTANI, 2000). Os depoimentos ilustram a **percepção dos entrevistados sobre o modo como são vistos pelos outros,** por estarem na condição de desempregados:

> Todo mundo acha que eu estou desinteressada, que eu não procuro, que eu não dou bola, que eu quero ficar dormindo, que eu durmo de sem-vergonha, mas eu sei que não é [...]. Existe um julgamento, eles acham que eu tenho má vontade, que eu não quero trabalhar, que eu sou preguiçosa, que eu gosto de dormir até às 5 da tarde (E11; F; 24 anos; Médio Incompleto; 1 ano).

O relato traz à tona a depressão vivenciada pela entrevistada, algo que é recorrente nos depoimentos da presente pesquisa. A depressão é acompanhada por falta de perspectivas futuras e pode-se dizer que, em muitos casos, deriva da incessante procura por emprego e dos inúmeros “nãos” recebidos pelos desempregados, o que acentua o desânimo, o cansaço e a desesperança. Compreende-se que esse processo culmina no desemprego por desalento, pois os sujeitos abandonam as buscas de emprego por não visualizarem possibilidades reais de reinserção profisional. No entanto, a desistência não se refere apenas à procura por vagas, mas à renúncia do convívio com seus pares, já que se sentem julgados por eles.

A entrevistada relata que as pessoas com as quais se relaciona pensam que ela está desempregada por opção, porque não teria força de vontade para procurar emprego. O seu depoimento, assim como os de outros entrevistados, mostra o quanto o desempregado sofre preconceitos e continua a ser tratado como alguém que, apesar de apto, se recusa ao trabalho.

> Tem gente que acha que eu estou desempregada porque eu quero, mas isso não é verdade. Eu não gosto de ser sustentada, eu preciso ter o meu dinheiro para as minhas coisas, eu preciso trabalhar para me sentir bem. (E15; F; 33 anos; Fundamental Incompleto, 3 meses).

No relato anterior, percebe-se que a entrevistada fica profundamente incomodada não apenas com o julgamento que recebe, mas pelo fato de sentir-se dependente de alguém. O trabalho feminino passou a ser uma possibilidade de autonomia financeira e um importante veículo para a emancipação da mulher. Por isso, o sentido que algumas mulheres atribuem ao desemprego é de retrocesso, de ameaça à sua independência. Podem sentir como uma experiência humilhante voltar a depender da família ou do cônjuge, ou ter que se dedicar exclusivamente às tarefas domésticas.

Em muitos casos, a independência entre os casais e membros da família não é plena, visto que a renda de seus integrantes é baixa e uma complementa a outra. Mesmo assim, ter um salário para auxiliar nas despesas da casa afasta a idéia de passividade e subalternidade, propiciando satisfação pessoal no protagonismo de um outro papel — o de trabalhador ou trabalhadora. Isso é evidenciado no relato anterior, que também revela a glorificação do trabalho, subjacente no imaginário social.

Os depoimentos mostram que, mesmo diante de uma situação de desemprego estrutural, em que não há criação de postos de trabalho formal, os desempregados são tratados e julgados como se houvesse abundante oferta de empregos. Conforme Forrester (1997), tal julgamento condena os sujeitos a solucionarem individualmente uma questão que não depende de ações isoladas e individuais para sua resolução.

> A visão dos outros é “poxa, ela não conseguiu, mas tem tanta gente que consegue”, então isso acaba te desqualificando para o outro. O outro pensa que, se muitos conseguem e você não conseguiu, alguma coisa está errada, você é menos mesmo. Tem uma pessoa da minha família que disse “você vende esses xampus aí porque é o que você sabe fazer”. O outro que está te vendo desempregada começa achar que você está desempregada porque você é uma pessoa que não sabe fazer nada. Então a idéia que ele tem ou que as pessoas têm é que a pessoa não presta para nada, ela não serve, ela não tem habilidades, ela não fez nada, quando ela não é tachada de preguiçosa. Eu já ouvi muitas pessoas falarem que fulano não trabalha porque é preguiçoso, isso é uma distorção terrível porque acaba colocando o moral da pessoa lá embaixo (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Os entrevistados sentem-se desrespeitados diante de algumas indagações que lhes são feitas direta ou indiretamente. Por exemplo, quando questionados por amigos e conhecidos a respeito do que estão fazendo para subsistir. Os sujeitos têm a percepção de que as demais pessoas pensam que eles estão explorando alguém ou fazendo alguma "malandragem"[63]:

> É horrível. Existe um julgamento "ah porque o fulano não está fazendo nada, ele está desempregado, mas ele sai da casa, volta tarde, o que ele está fazendo?" Então eles ficam te pré-julgando por uma coisa que eles não sabem que tu está passando, às vezes, até o próprio parente "ah o fulano está desempregado, ele não está trabalhando, mas como é que ele está vivendo?" A sociedade é assim, as pessoas fazem comentários a respeito disso, a meu respeito (E7; M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

Em decorrência das atribuições preconceituosas que recebem, os desempregados passam a apreender tais identificações, ou seja, de tanto a sociedade julgá-los e tratá-los com suspeição, como pessoas sem utilidade ou abúlicos, os próprios desempregados passam a desacreditar em si. As discriminações e estigmatizações sofridas por eles retratam a dimensão sociocultural da exclusão social, a qual Baráibar (1999) faz referência.

Já que na sociedade capitalista o trabalho é considerado um dever, ocorre a associação de ociosidade voluntária com o desemprego, que passa a ser confundido com vadiagem/vagabundagem ou com falta de qualificação profissional. Isso denuncia o poder da ideologia dominante em elaborar mais um preconceito contra os desempregados, que é a rejeição social (SELIGMANN-SILVA, 1994).

A culpabilidade e os sentimentos autodepreciativos foram expressos pelos entrevistados. Nota-se que o desempregado passa a reproduzir o julgamento social e é visto por si próprio como responsável por essa condição. Situação similar à das vítimas de abuso e outras violências que, não raras vezes, são acusadas de terem provocado o agressor, com atitudes ou omissões, e, por isso, sentem-se culpadas.

Em relação aos **efeitos do desemprego**, a maioria dos entrevistados reconhece que algumas expressões sociais, como a violência, a criminalidade, o abandono, a discriminação são fenômenos que podem estar associados ao desemprego. Os relatos são ilustrativos:

---

[63] Resultado similar foi encontrado no estudo de Cardoso (2004).

> Os efeitos do desemprego é justamente hoje o que a gente está vivendo, a gente que tem acesso aos jornais, ao rádio e a televisão [...], que é essa insegurança toda que o país hoje vive, essa miserabilidade, essa falta de segurança. Hoje os cidadãos não podem andar na rua, isso aí é fruto, sim, com certeza, do desemprego (E4; M; 46 anos; Médio Incompleto; 6 meses).
>
> É horrível. Tudo que eu quero é que nenhuma pessoa passe por isso que eu estou passando e tem gente passando pior ainda, tem gente que está ficando até louca, as pessoas estão se transformando. Não conseguem serviço, se atiram na bebida ou na droga, se atiram numa valeta, ficam embaixo de um riacho, não têm serviço, não têm ninguém para ajudar [...] (E5; M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).
>
> Desespero. Eu tinha um amigo que se suicidou por causa do desemprego e também conheço pessoas que foram assaltar, foram roubar. Eu acho que tudo isso é conseqüência do desemprego (E13; M; 26 anos; Fundamental Completo; 6 meses)
>
> As pessoas ficam desiludidas, são discriminadas, muita gente acaba até assaltando (E15; F; 33 anos; Fundamental Incompleto; 3 meses).

Os sujeitos entrevistados têm o entendimento de que tais processos são construídos socialmente, ou seja, que a violência e demais fenômenos mencionados são manifestações drásticas de necessidades não atendidas. O depoimento a seguir mostra que o desemprego pode favorecer as rupturas e induzir os sujeitos a praticarem o roubo, a vivenciarem o alcoolismo, etc. Diante disso, o entrevistado aponta a adoção de atitudes individuais ("ter perseverança") para a superação de problemas que não dependem unicamente do sujeito. Sob outra análise, expressa um mecanismo de defesa, pois a pessoa diz a si mesma que não pode perder a esperança:

> As conseqüências são muitas. As pessoas fazem de tudo para poder levar o pão para casa, fazem coisas erradas. Eu conheço um monte de gente que, quando perdeu o emprego, começou a beber. Tem gente que eu conheci que era gente de bem e hoje vive em baixo das pontes, por aí. Eu tenho um irmão que mora em um albergue. Ele desistiu de tudo, não conseguiu serviço em um, dois anos, aí desistiu, se atirou. Então as conseqüências são as piores possíveis, são só coisas ruins. Às vezes, as pessoas desistem fácil do objetivo que estão buscando. Eu saio todo dia, venho a pé de onde eu moro até o centro para fazer as minhas fichas, dá uma hora de caminhada. Eu madrugo para não gastar passagem, a gente já não tem, ficar gastando não pode, tem que economizar. Tem falta de perseverança, de oportunidade também [...] (E10; M; 25 anos; Médio Incompleto; 2 meses).

O desemprego estrutural pode desencadear processos sociais que se manifestam de diversas formas e constituem expressões da questão social. Essas situações limites, incluindo todos os tipos de violência, são resultantes de relações

desiguais e excludentes que se desenvolvem no capitalismo e se materializam como formas de resistência de uma parte da população à desigualdade e exclusão. Se a sociedade exclui, a população excluída, por não fazer parte da sociedade, não segue as regras que esta impõe.

No entanto, tais modos de resistir reproduzem a lógica do capitalismo que cultua não os laços de solidariedade, mas a competição, o individualismo, a segmentação. Tais processos sociais indicam que a população, principalmente a excluída, não está visualizando alternativas e meios de inserção:

> Eu acho que quem tem corre de quem não tem. Quem tem não sabe o que fazer com quem não tem, então é um canibalismo social. Os que têm querem não ver e exterminar; quem não tem fica pensando: "vamos criar uma sociedade alternativa dos que não têm ou vamos invadir na marra, vamos quebrar, vamos jogar pedra", que é o que está acontecendo. A sociedade não tem esse olho social de ver que tudo isso é resultado do próprio meio. Então você tinha que ter uma maneira de higienizar esse meio igual a um hospital. Se você faz uma cirurgia, você não pode deixar os restos de uma pessoa de qualquer jeito, existem formas de se desfazer daquilo que você não vai ocupar. Eu acho que, da mesma forma, é na sociedade, se você tem uma sociedade que produz esse elemento que está sem lugar, sem acesso, você tem que arrumar um canal para inserir. Não tem como aceitar uma sociedade que exclui, não dá, não é possível (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Quando um sujeito ou um grupo encontra, no crime, uma forma de responder aos processos excludentes, tal procedimento é repudiado pela sociedade e por ela julgado como inadequado. Dessa forma, ocorre a moralização da questão social e a estigmatização da pobreza, pois o envolvimento, no mundo do crime e da violência, não é visto como produto resultante do sistema, mas como algo condenável e passível de ações punitivas.

Recorre-se à música, dessa vez, para elucidar as conseqüências do desemprego e para confirmar que os processos de violência e crime são construídos socialmente, assim como a criminalização da questão social:

> [...] E bota a mão no bolsinho (Não tem nada)
> E bota a mão na carteira (Não tem nada)
> E não tem nada pra comer (Não tem nada)
> E não tem nada a perder
> E bota a mão no trinta e oito e vai devagarinho
> E bota o ferro na cintura e vai no sapatinho
> E vai roubar só uma vez pra comprar feijão
> E vai roubando e vai roubando e vai virar ladrão
> E bota a mão na cabeça!! (É a polícia)
> E joga a arma no chão.

E bota as mãos nas algemas
E vai parar no camburão
E vai contando a sua história lá pro delegado
"E cala a boca vagabundo malandro safado"
E vai entrando e olhando o sol nascer quadrado
E vai dançando nessa dança do desempregado [...]

Trecho da música A dança do desempregado (GABRIEL-O PENSADOR, 1997).

Tais modos de resistência jamais podem ser banalizados ou naturalizados, mas é preciso atentar para as mensagens contidas nesses atos. Os sujeitos podem cometê-los não somente em nome da sobrevivência, mas em função de outras necessidades humanas que vão além do que é indispensável para viver materialmente. Muitas vezes, os sujeitos buscam afirmar a sua própria existência, querem experimentar a sensação de ter poder, desejam ser reconhecidos, notados, ao invés de serem tratados com indiferença pela sociedade.

A ausência de mecanismos de amparo social para os trabalhadores desempregados favorece o aumento da criminalidade e da violência (BRASIL, 2001). Predominantemente, os sujeitos entrevistados mencionaram que não cometeram atos criminosos ou violentos em conseqüência do desemprego, mas compreendem os motivos de quem tem esse tipo de reação, o que coincide com o resultado encontrado na pesquisa de Tumolo (2002). Segundo os pesquisados do presente estudo, tais razões estão ligadas à urgência pela sobrevivência diante da real falta de acesso ao emprego.

Os entrevistados percebem que o sofrimento e a privação alheia induzem as pessoas a buscarem outros meios de subsistir, sejam eles quais forem, aceitos ou não socialmente. Ao mesmo tempo, suas posições expressam a justificativa de que a ausência de trabalho faz com que pessoas não obedeçam a determinados valores morais, ficando implícito que atribuem uma função disciplinadora ao trabalho.

Como conseqüência do desemprego, também foi apontada pelos entrevistados a proliferação do trabalho informal. Para eles, a informalidade significa o caos, a desproteção social, a incerteza. Assim como o maior medo dos trabalhadores empregados é perder seus empregos, os desempregados sentem medo de não se reempregarem ou de terem que atuar no setor informal. Reitera-se que o desejo unânime dos entrevistados é a inserção no setor formal, pois o informal expressa insegurança devido à extrema precariedade e desregulamentação do

mercado de trabalho, no qual não há garantias de acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos.

> [...] de um modo geral tem o subemprego, cada vez mais as pessoas estão buscando alternativas sem registro de carteira, sem direitos para sobreviver. Cada vez mais tem camelôs nas ruas, cada vez mais têm pessoas vendendo coisas nas ruas, é isso que acontece (E17; M; 33 anos; Superior Completo; 6 meses).
>
> A gente procura, procura e não encontra emprego. Se desilude. Aí tem uma hora que acaba fazendo uma coisa errada. Não digo eu, mas têm pessoas que pensam assim. Ou então vão fazer uma outra coisa que não gostam, por exemplo, camelô. Eu conheço pessoas que procuraram, procuraram, não conseguiram e acabaram fazendo uma outra coisa. Eu fico preocupada. Por enquanto, isso não aconteceu comigo, mas eu fico preocupada (E14; F; 25 anos; Médio Completo; 1 ano).

O trabalho informal é uma expressão da questão social, pois é uma forma disfarçada de desemprego e, ao mesmo tempo, a principal estratégia de sobrevivência praticada pelos sujeitos entrevistados. Porém, confirmando os achados de outras pesquisas (PAUGAM, 2003; SCHERER, 2005; NARDI, 2006), o presente estudo evidencia a insatisfação dos pesquisados por terem que realizar atividades informais. Alguns não reconhecem dignidade e humanidade no trabalho que são obrigados a fazer e o consideram degradante:

> Eu quero pegar um serviço de carteira assinada que eu possa trabalhar e ganhar aquele dinheiro, que não precise ficar correndo da SMIC. A gente que não tem licença da SMIC, se tu está em um lugar, eles chegam e tomam toda a mercadoria da gente. Na semana passada, eu perdi tudo, perdi toda a mercadoria e todo o dinheiro que eu tinha investido ali. Aí eu tive que ir embora para casa, para conseguir mais um dinheiro emprestado com o meu pai, para eu continuar de novo. Então, o desemprego é a pior coisa que tem, a pessoa não tem serviço, não tem nada. Se eu tenho um serviço de carteira assinada, eu tenho aquele dinheirinho certo, pode ser até um salário mínimo, mas aquilo é certo que eu vou ganhar. Isso te dá mais segurança porque, na rua, tu não tem segurança. Na rua, de repente, tu tem que brigar por um lugar, tu não pode ficar em certos lugares, tu compra as coisas para vender, mas tem que ficar correndo igual a um ladrão, atropelando os outros para fugir da fiscalização (E5; M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).

Através do depoimento do entrevistado, observa-se que, até mesmo para exercer uma atividade no setor informal, há dificuldades, é preciso dispor de uma quantia de dinheiro para poder comprar as mercadorias a serem vendidas, ocorre disputa pelos locais de comercialização, além de outras preocupações. Ou seja, há

competição e concorrência em todos os meios. Os desempregados são obrigados a competir na busca pelas vagas de emprego. Os trabalhadores empregados, preocupados com a empregabilidade, competem entre si e com os que estão fora do mercado de trabalho e que poderiam ter alguma chance de reinserção. Os sujeitos que atuam no setor informal também concorrem pelos espaços de venda e divulgação de seus produtos e mercadorias.

O entrevistado expressou todo o seu descontentamento e o quanto se sente marginalizado por ter que se submeter a essa condição, reiterando que o seu desejo é ter um emprego com carteira assinada e, conseqüentemente, seus direitos assegurados. Em suma, sente-se envergonhado e rebaixado por vivenciar essa situação, sentimentos que não estão distantes dos desempregados que ainda não atuaram no setor informal e tentam resistir a essa possibilidade:

> [...] Daqui a pouco te oferecem 1000 reais (hoje para mim 1000 reais cairia bem) para ir na rua da praia e distribuir panfletos. Não é uma desmoralização, acho que não é, mas por tudo o que eu passei [...]. Imagina tu na rua da praia, os teus amigos passando, teus parentes, e tu dando panfletinho. É uma situação muito difícil. Mais tarde, quando a pessoa não tiver mais condições, aí tudo bem [...] (E7; M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

Percebe-se que o entrevistado, que já exerceu cargos considerados importantes por ele mesmo em sua trajetória profissional, experimentaria o sentimento de aviltamento se tivesse que exercer alguma atividade no setor informal. Esse depoimento e o anterior condizem com os achados do estudo realizado por Jacques (1993), na sua tese de doutorado, em que os sujeitos pesquisados faziam distinção entre trabalhar e trabalhar *mesmo.* Para eles, o equivalente monetário, a institucionalização e a natureza do trabalho eram decisivos na definição de ser trabalhador *mesmo*; já o trabalho doméstico, mais especificamente o feminino, era considerado sinônimo de desqualificação. No presente estudo, constata-se que, para os entrevistados, trabalhar *mesmo* significa ter um emprego (com carteira assinada) no setor formal.

Dentre as **mudanças na vida após o desemprego,** foram mencionadas a redução qualitativa nas relações, a queda no padrão de consumo e a dificuldade de organização temporal.

> A questão de não ter dinheiro, de não poder se vestir, de não poder sair, de não poder adquirir alguma coisa, mudou bastante coisa nesse sentido. As amizades também mudaram bastante. Os amigos que eu tinha quando eu estava trabalhando não são os mesmos que eu tenho agora que eu estou desempregado. Então, a gente fica sem saber quem é teu amigo. De vez em quando são teus amigos, de vez em quando não são. De vez em quando eu posso contar com algum apoio, de vez em quando eu não posso (E13; M; 26 anos; Fundamental Completo; 6 meses).

Os desempregados sofrem várias privações, pois se vêem impedidos de arcar com despesas referentes à alimentação, ao vestuário, à moradia, à saúde. Já que os sujeitos não conseguem assegurar as suas necessidades básicas, há interdição do lazer e de outras atividades interativas e de entretenimento. A preocupação com a sobrevivência e com a situação de desemprego mantém os sujeitos presos à 'grosseira necessidade', retomando a expressão de Marx (2004).

Não raro, devido à preocupação com a própria situação de desemprego, os sujeitos não se sentem, sequer, no direito de ter algum tipo de lazer, mesmo que para usufruí-lo não seja preciso o dispêndio de dinheiro. A tensão e a incerteza são empecilhos para qualquer tipo de diversão, acarretando o decréscimo da qualidade dos vínculos das relações afetivas.

> Muda muita coisa, o teu círculo de amizades [...], eu tinha condições financeiramente de ir a um barzinho, a uma festa, a um aniversário, agora as pessoas nem me vêem mais, a falta de dinheiro vai te retirando do convívio com as outras pessoas. Daqui a pouco, a tua falta de dinheiro, o teu desemprego, a tua estima baixa vai fazendo com que tu fique cabisbaixo [...] então, as tuas relações vão encurtando até tu ficar mal, na tua casa. Não tem alternativa, socialmente é terrível também, teu filho pede "pai me leva ao parque" e tu vê que anteriormente tu podia fazer isso, hoje tu não pode mais (E8; M; 53 anos; Médio Completo; 6 meses).

Os desempregados, ao contrário do que muitos pensam, não estão desocupados voluntariamente. Portanto, não possuem tempo ocioso. Diariamente, dedicam-se a atividades que visam à obtenção de emprego, incluindo a procura efetiva, a realização de cursos de qualificação, a elaboração de currículos, ou submetem-se às ocupações precárias para sobreviverem. Muitos passam o dia procurando emprego, não raras vezes, sem recursos para o transporte ou alimentação, e, depois de um longo dia de buscas frustradas, retornam para suas casas, cansados e sem resultados.

Na atualidade, outra questão agravante é a inversão do sentido de cidadania que, devido às imposições do capitalismo, passa a ser confundida com consumo. Perder a capacidade de comprar pode ser sinônimo de infortúnio para quem está privado não só de atender às suas necessidades básicas, mas de corresponder aos apelos de consumo que são permanentemente impostos pelo capitalismo.

Na sociedade capitalista, novas necessidades são constantemente criadas para que a população passe a consumir determinados produtos, com a promessa de felicidade instantânea a partir da aquisição destes. Através da mídia, as grandes empresas competem pelo consumidor, estimulando o consumo de determinadas marcas de roupas, calçados, automóveis, etc. Dessa forma, o sistema procura compreender o caráter social das necessidades humanas a fim de tirar proveito disso e, perversamente, impor desejos aos consumidores, produzindo subjetividades, influenciando o seu comportamento.

Chauí (1997) destaca que, na contemporaneidade, existe um distanciamento cada vez maior da sociabilidade e de uma 'subjetividade emancipatória', visto que o direito e o dever ao trabalho são tratados como secundários, prevalecendo a idéia de que o importante é a satisfação imediata dos desejos, a efemeridade. A autora salienta que, contraditoriamente, a ideologia burguesa, defensora do apego ao trabalho, passa a exaltar a possibilidade de realização humana via consumo. Com isso, a individualidade ganha supremacia sobre as vivências coletivas, ocorre a promoção de uma 'intimidade narcísica' modelada pela publicidade, pois o espaço privado das novas tecnologias impõe o isolamento, a fugacidade, a velocidade e a valorização do consumo.

Já que a sociedade elege o dinheiro e o consumo como valores e meios de adquirir reconhecimento social (CATTANI, 2000), os desempregados sentem-se excluídos e marginalizados por não possuírem o que a sociedade considera essencial.

A dificuldade de organização temporal também foi percebida por alguns sujeitos entrevistados como uma alteração decorrente do desemprego. Como várias pesquisas apontam (SELIGMANN-SILVA, 1994; PAUGAM, 2003; CARDOSO, 2004), o sentido e o significado do tempo ficam alterados com o desemprego, visto que o trabalho é responsável pela delimitação temporal.

Alguns entrevistados têm a sensação de que os dias da semana são todos iguais, pois sentem falta dos compromissos sistemáticos e da rotina diária de

quando tinham emprego, o que inclui os cuidados com a aparência, o cumprimento de horários, o convívio com colegas, o deslocamento de casa até o trabalho e vice-versa, etc. Quando estão trabalhando, sabem que possuem um ponto de referência, diferente de quando saem para procurar uma vaga de emprego ou exercem alguma atividade informal, pois, nesses casos, vivenciam a insegurança e a descontinuidade.

Em relação às **dificuldades na busca pelo emprego**, os entrevistados encontram alguns obstáculos, como se verifica nos depoimentos que seguem:

> É a falta de passagem, por exemplo, eu venho aqui no SINE e, quando consigo um encaminhamento para ver um emprego, eu não tenho como ir. Se a gente vai pedir uma carona, eles não dão, daí a gente já não vai ver o emprego. Quando é perto, a gente vai a pé, mas quando é longe, não tem como ir [...] (E3; M; 28 anos; Fundamental Incompleto; 1 ano e 6 meses).
>
> A maior dificuldade que encontrei é quanto à experiência. Hoje, por exemplo, tinha uma vaga, mas tinha que ter, no mínimo, dois anos de experiência. Às vezes, eles querem que tu use apenas uma condução, mas o que eles querem mesmo é experiência (E14; F; 25 anos; Médio Completo; 1 ano).

Observa-se que são diversas as dificuldades enfrentadas por quem está buscando emprego, os obstáculos já começam desde antes da procura efetiva por uma vaga no mercado de trabalho, incluindo a falta de dinheiro para a locomoção. Os entrevistados fazem longos percursos a pé, alguns conseguem vales-transporte ou dinheiro emprestado com familiares e amigos para o deslocamento até as agências do SINE ou até as empresas.

Os entrevistados relataram que as empresas têm preferência por trabalhadores que morem relativamente perto dos postos de trabalho, visando à redução de custos em relação ao transporte. Ou seja, se uma pessoa precisa de mais de uma condução da sua residência até o almejado local de trabalho, isso já é um impeditivo para que ela seja admitida.

O tempo de experiência profissional exigido pela maioria das organizações também não é algo fácil de corresponder. Não basta ter conhecimento sobre a função a ser desempenhada, é preciso a comprovação de experiência na carteira profissional. Além disso, muitas pessoas buscam cursos profissionalizantes, porém não têm a oportunidade de trabalhar e adquirir experiência.

A discriminação em relação à idade talvez seja uma das queixas mais importantes dos entrevistados. Eles se consideram produtivos e capazes de contribuir com a sociedade, mas são tratados como inúteis e defasados: "[...] é a idade. Aqui no Brasil, a pessoa com mais de quarenta anos é velha, infelizmente, o que eu considero um erro, a pessoa é considerada ultrapassada [...]"[64].

Mesmo em idade produtiva, as pessoas são consideradas "velhas" para o trabalho. As empresas têm preferência por pessoas mais jovens, muitas vezes, para subcontratarem sua força de trabalho, que é mais facilmente explorável e rentável. A realidade mundial mostra que os jovens, principalmente do sexo feminino, possuem salários mais baixos do que os demais integrantes da população trabalhadora.

A grande contradição que se apresenta é referente à preferência por jovens e, ao mesmo tempo, por pessoas experientes profissionalmente. Os mais velhos possuem maior experiência acumulada, mas são refutados pelo mercado de trabalho; os jovens estão sendo excluídos das atividades formais de produção e não têm acesso nem ao primeiro emprego.

Ao abordar sobre as metamorfoses no contexto laboral, Antunes (2003) salienta que a expansão do trabalho precarizado foi ampliada com a utilização da mão-de-obra feminina. Houve a divisão do trabalho, inclusive nas fábricas, onde os homens eram destinados a trabalhar em horários diferenciados (noturno) e as mulheres eram captadas para o trabalho intensivo, nas áreas mais rotineiras, mais manuais e de menor qualificação nas organizações.

O mesmo autor aponta que o trabalho feminino e a exploração da mão-de-obra infantil estão sendo utilizados nas diversas formas de trabalho precário e, paralelamente a isso, tem ocorrido crescente exclusão dos jovens e idosos do mercado de trabalho em vários países. Enquanto os jovens não conseguem inserção com vínculo empregatício, os trabalhadores que possuem mais de quarenta anos de idade dificilmente conseguem retornar ao mercado de trabalho, quando perdem seus empregos.

O grau de exigência quanto à qualificação profissional também foi apontado pelos entrevistados como um fator dificultante para a inserção no mercado formal de trabalho, visto que é inviável atender plenamente às imposições das empresas, como exemplificam os relatos que seguem:

---

[64] (E20; M; 43 anos; Superior Completo; 2 anos).

> As dificuldades têm a ver com [...] qualificação e capacitação. Hoje em dia, não basta tu sair da faculdade com um diploma na mão para buscar um emprego porque tu não vai conseguir [...] (E17; M; 33 anos; Superior Completo; 6 meses).
>
> Além da idade, tem horas que eu me deparo com excesso de qualificação, tem horas que eu me deparo com falta de qualificação, então é um contra-senso. Se, por um lado, eu procuro vagas que eu estou muito qualificada para elas e, portanto, não existem vagas para mim, por outro lado, as que exigem uma qualificação maior tem um pessoal mais novo que está saindo das universidades muito preparado e que as empresas dão preferência. Então, a grande dificuldade, além da idade, é você conseguir se reciclar, conseguir fazer cursos. Como isso depende de investimentos, a tendência é que você fique cada vez mais defasado, totalmente excluído [...] (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Existe uma polêmica acerca do que seria de fato a "qualificação" e de como seria possível defini-la com precisão. Atualmente, esse termo é utilizado não apenas para nomear o domínio de um ofício necessário ao desempenho de um trabalho, mas para referir-se a uma série de habilidades, competências, condutas e até mesmo traços de personalidade ou aspectos ligados à aparência. Muitas vezes, um profissional é considerado qualificado se possui iniciativa, criatividade, dinamismo, capacidade para lidar com situações inesperadas, poder de controlar as suas emoções, separando os problemas pessoais dos profissionais, como se essa cisão fosse humanamente possível. Como referencia Druck (2001, p. 88), "[...] a qualificação maior está na capacidade de enfrentar desafios e incertezas e não mais no conhecimento do ofício e na socialização do trabalho".

Predominantemente, a qualificação está relacionada à instrução e à escolaridade na esfera do trabalho. Porém, no capitalismo, não existe a preocupação com a qualificação no sentido de proporcionar uma formação ou a construção de um saber ou de um ofício, nem existe a preocupação de instrumentalizar as pessoas para que sirvam ao próprio sistema, pois até isso se tornou uma responsabilidade individual (BARBARA, 1999).

A qualificação profissional passou a ser adotada como uma justificativa para o desemprego, integrando um discurso ideológico que encobre as repercussões da reestruturação produtiva e o processo crescente do desemprego estrutural: "O termo qualificação pode estar mais a serviço da ideologia do que do trabalhador. A função ideológica da qualificação / requalificação é servir para justificar, não só a exclusão, como o lugar que cada um ocupa na sociedade" (BARBARA, 1999, p. 35).

Os discursos que atribuem à qualificação a causa ou a solução para o desemprego são enganosos, pois desviam a atenção da causalidade real desse fenômeno e da ampliação da precarização do trabalho, como evidenciam os estudos de Barbara (1999) e Druck (2001). Com isso, os trabalhadores empregados e desempregados responsabilizam-se pela manutenção dos seus empregos e culpam-se pelo seu desemprego.

Quanto às **causas do desemprego**, as opiniões dos entrevistados são variadas. Alguns reconhecem que, no atual estágio do capitalismo, não há preocupação com a geração de empregos, pois o processo de acumulação está voltado para a financeirização da economia e para os ganhos através do capital especulativo. O interesse do capitalismo é inovar os meios para acumular constante e crescentemente, deixando de oferecer condições de vida para a população.

> As causas do desemprego, na minha opinião, é que de uns dez anos para cá aquelas pessoas que retêm o poder aquisitivo passaram a procurar os seus lucros de uma outra forma e não na geração de emprego, na criação de indústrias, na abertura de fábricas e de fontes que geram emprego. Está claro, hoje, na sociedade, que, em cada metro que se caminha nas grandes cidades, existe muitas financeiras e isso aí faz com que a gente perceba que os grupos econômicos hoje estão preocupados em ganhar os seus lucros de uma outra forma e não na geração de empregos (E4; M; 46 anos; Médio incompleto; 6 meses).
>
> Nós vivemos numa sociedade especulativa e não numa sociedade produtiva. Tudo é papel. Um exemplo disso são os bancos. A preocupação é com o imediatismo, não é com o social, não é com a geração de produção, produzir em *prol* comum, que é o trabalho (E19; F; 47 anos; Superior Completo; 2 anos).

O último relato revela a percepção da entrevistada sobre a secundarização e a desvalorização do social na contemporaneidade, o que inclui a depreciação do trabalho, uma atividade essencialmente coletiva e social que requer comunicação e cooperação. Já que no capitalismo o trabalho é materializado sob a forma de emprego, e este deixou de ser prioridade, os desempregados têm dificuldades de construir referenciais de coletividade, visto que o seu cotidiano é marcado pela aleatoriedade e pela instabilidade, o que dificulta os processos de interação e sociabilidade.

As mudanças ocorridas nas últimas décadas, principalmente no que se refere à organização do trabalho, também foram expressas: “[...] Tudo é papel. Um

exemplo disso são os bancos [...]”[65]. A entrevistada faz referência às modificações ocorridas no setor bancário, responsáveis pelo estabelecimento da impessoalidade que passou a predominar nesse segmento, seja entre colegas de trabalho, seja entre os trabalhadores e o público cliente.

Os sujeitos sentem os impactos da reestruturação produtiva, da informatização e percebem que algumas profissões ficaram obsoletas e, por esse motivo, estão desaparecendo ou tendem a desaparecer. Além disso, os entrevistados expressam a preocupação com a idade e com a baixa escolaridade, pois têm medo de serem considerados ultrapassados, apontando a combinação desses fatores como causa do desemprego:

> Eu acho que as causas do desemprego [...] acho que é muita população. Além disso, as coisas estão mais modernas. Hoje em dia, tudo é com computador, tudo tem que ter curso. Então as pessoas que não têm curso, não têm computador e têm uma idade mais avançada vão ficando para trás, vão sendo varridas. Estão deixando as pessoas com idade avançada mais afastadas. Tem gente ainda em situação pior, com cinqüenta, sessenta anos, com uma saúde boa, mas que não consegue serviço. Serviço de portaria, pintor, sapateiro, não se consegue mais [...]. As pessoas estão sendo rebaixadas, acho que não tão suportando as pessoas de idade, estão descartando as pessoas de idade e preferindo a mocidade (E5; M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).

Diante dos depoimentos anteriores, reiteram-se as argumentações de Antunes (2003) sobre a classe trabalhadora. O autor aponta que a ‘classe-que-vive-do-trabalho’ ficou mais qualificada naqueles segmentos em que houve uma relativa intelectualização do trabalho, mas sofreu desqualificação e precarização em vários outros setores. Com isso, ocorreu extinção de algumas funções que passaram a ser consideradas desnecessárias. O mesmo autor salienta que, assim como existe o trabalhador multifuncional da era informacional, há um grande contingente de trabalhadores sem qualificação, em situação de desemprego ou subemprego. Isso é confirmado no presente estudo, como se pôde perceber ao conhecer a realidade concreta vivida pelos entrevistados, explicitada em seus relatos.

Alguns entrevistados acreditam que a ausência de empregos está relacionada aos impostos exigidos pelo Estado ou à falta de flexibilidade das leis trabalhistas. O

---

[65] (E19; F; 47 anos; Superior Completo; 2 anos).

depoimento a seguir mostra uma certa banalização quanto à sonegação fiscal e ao próprio desemprego:

> A economia, os impostos que o governo está cobrando das empresas, que não estão conseguindo dar a volta por cima. É muito compromisso, muito imposto. Eu acho que o governo não está ajudando nessa parte, está apertando demais as empresas e aí o que acontece? As empresas, ao invés de recolher os impostos certos, começam a sonegar. São tantos impostos, tanta coisa, que não conseguem nem pagar os funcionários (E7; M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

A flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT é defendida pelos Institutos Liberais[66]. Tal proposta está ancorada na justificativa de que é preciso "liberar os trabalhadores dos entraves trabalhistas que dificultam o livre jogo do mercado e provocam desemprego e aumento da informalidade" (GROS, 2003, p. 215). Para os defensores do neoliberalismo, a legislação trabalhista é um empecilho para o desenvolvimento econômico, consideram que a sua rigidez impede a geração de empregos formais devido aos encargos aos quais os empregadores estão submetidos. O ideal é a livre negociação entre as partes contratantes (empregador e empregado), sem a interferência estatal, o que garante a soberania do mercado.

Observa-se que o ideário neoliberal é difundido com eficiência entre os diversos segmentos sociais. As pessoas atribuem à legislação trabalhista, que assegura os direitos básicos aos trabalhadores, e ao Estado, que deveria assumir o papel soberano na garantia por direitos de uma nação, a responsabilidade por algumas mazelas como o desemprego.

Outra idéia propagada pelos institutos liberais é que a situação de desemprego no Brasil é grave devido à baixa escolaridade dos trabalhadores. Afirmam que os tipos de ocupação e postos de trabalhos, atualmente, nos mais diversos segmentos da economia, impõem aos trabalhadores a necessidade de atualização permanente de sua mão-de-obra. Portanto, os neoliberais supervalorizam a educação e a qualificação da força de trabalho (GROS, 2003).

---

[66] No Brasil, os Institutos Liberais foram criados na década de 1980 por um grupo de empresários com o objetivo de divulgar as idéias liberais entre as elites brasileiras, dedicando-se à atividade política, ideológica de defesa dos princípios do liberalismo. Desenvolvem um trabalho de doutrinação ideológica entre seus pares e nos meios formadores de opinião (universitários, jornalísticos, políticos, militares, jurídicos, intelectuais) e de formulação de estudos e propostas de projetos e políticas públicas de cunho liberal. Fazem parte de um movimento ideológico neoliberal internacional e ao mesmo tempo consideram as especificidades do contexto político e econômico do País (GROS, 2003).

A disseminação de tal idéia é realizada com êxito pelos seguidores do neoliberalismo. Freqüentemente, os meios de comunicação (jornais, televisão, rádio, revistas, etc.) propagam que o desemprego se deve aos baixos níveis de escolarização e qualificação dos sujeitos que não conseguem inserção e reinserção profissional. Tal crença também está presente entre os entrevistados quando questionados a respeito das **causas do desemprego** ou do que pensam sobre as **exigências do mercado de trabalho na atualidade** e de como lidam com estas:

> Eu acho que, cada vez, há menos aplicação de recursos na educação em *prol* de outras coisas, ou desvios (E17; M; 33 anos; Superior Completo; 6 meses).
>
> [...] errado está quem não termina os estudos. Eu vou terminar os meus, para amanhã ou depois conseguir um emprego melhor. O meu negócio é trabalhar (E12; F; 29 anos; Médio Incompleto; 8 meses).
>
> Eu estou procurando fazer o melhor para mim. Estou estudando, quero ver se eu consigo um serviço melhor. Voltei a estudar e estou fazendo computação. Estou tentando dar uma melhorada. É isso que eles querem, que as firmas querem (E15; F; 33 anos; Fundamental Incompleto; 3 meses).

Grande parte dos entrevistados percebe que as causas do desemprego são macrossociais, porém, contraditoriamente, a maioria busca saídas individuais para a superação do problema. Os sujeitos são levados por esse contexto social a agir como se a causalidade fosse interna, como se fossem responsáveis ou culpados pelo próprio desemprego.

O enfraquecimento dos movimentos de organização coletiva dos trabalhadores, no contexto contemporâneo, é um fator que interfere na ausência de busca por alternativas solidárias para o enfrentamento do desemprego. De acordo com Dejours (2003), a falta de reações coletivas de mobilizações favorece o aumento progressivo do desemprego, acarretando prejuízos psicológicos e sociais.

A sociedade atribui ao trabalhador a responsabilidade pela sua empregabilidade ou pelo seu desemprego. Esse pensamento, que é construído socialmente, e a precariedade da organização coletiva dos tempos atuais são elementos que condicionam os desempregados na busca de saídas individuais, dentre elas a qualificação.

A mídia tem mostrado que, no Brasil, as empresas exigem curso superior para o preenchimento de vagas que não demandam esse tipo de formação. A qualificação é, de certo modo, considerada um “antídoto” ao desemprego, porém há

muitas pessoas com formação acadêmica que estão desempregadas e dispostas a exercer atividades em postos de trabalho que exigem qualificação inferior à que possuem. Anúncios como o que segue são comuns em jornais de grande circulação: “Professora formada se oferece para cuidar de crianças e idosos” (ZERO HORA, 2006, p. 6).

Candidatos com curso superior ou técnico têm se oferecido para trabalhar como frentistas, auxiliares de serviços gerais, entre outras atividades que exigem menos qualificação, como se verifica nos depoimentos que seguem:

> [...] eu quero trabalhar como técnica em enfermagem, mas como eu não estou conseguindo na minha área, eu estou apelando para outras áreas (E14; F; 25 anos; Médio Completo; 1 ano).
>
> Eu estou procurando em diversas áreas. Hoje é uma dificuldade muito grande conseguir viver como profissional pela dificuldade que eu tenho de dar continuidade à minha profissão de origem, que é advogada. Eu fui dando seqüência a várias coisas, a vários cursos na área de estética, fui trabalhar no comércio. Se você disser que tem seis pasteizinhos para vender ali na esquina, eu estou indo ali vender [...]. Isso me causa uma dificuldade de centralizar, de direcionar a minha vida profissional porque eu me disperso. A urgência em sobreviver me dispersa, me tira do caminho. Muitas vezes, eu penso que eu não posso ceder, não posso pegar uma coisa que não é para mim. Depois eu vejo que eu preciso de qualquer coisa nessa hora, então aí eu já não vejo o que é, eu acho que o pior é isso. Eu já procurei vagas para supervisão de serviços gerais e não consegui a vaga porque acharam que eu estava muito qualificada. Na semana passada, fui procurar no ramo de restaurante uma vaga para supervisão de cozinha. A pessoa que fez a entrevista comigo achou que eu estava qualificada demais [...] (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

O desencontro entre qualificação e o trabalho realizado pode provocar sentimentos de frustração e desqualificação (DRUCK, 2001; SELIGMANN-SILVA, 1994), pois até que ponto fazer “qualquer coisa”, após alguns anos de formação, de expectativas e do sonho de exercer uma profissão pode ser tolerável? E a que custo? Atualmente, os trabalhadores vivenciam alguns impasses, pois não conseguem compreender se podem ser considerados muito ou pouco qualificados. Em algumas situações, a maior qualificação pode ser fator impeditivo ao acesso. Exemplo disso são os professores com doutorado que não são contratados em unidades de ensino de pequeno porte, já que sua hora/aula é mais cara.

A exigência das empresas em torno da escolaridade aumenta os requisitos para contratação. As organizações tiram vantagem da oferta crescente de mão-de-

obra qualificada, pois isso acarreta o aumento de sua produtividade sem a criação de novos postos de trabalho (DRUCK, 2001).

Em nome da super-requisitação de funções, torna-se difícil satisfazer as imposições exigidas pelas empresas: ora é preciso ter uma vasta experiência profissional, ora é necessário ter, além de um curso superior, conhecimentos em línguas, informática e a capacidade de desenvolver as mais diversas habilidades. Diante de tanta dificuldade de inserção profissional, os sujeitos buscam capacitação, ficando impotentes frente às exigências do mercado de trabalho, como expressa o depoimento do entrevistado:

> [...] mesmo para *trainee* exigem fluência no inglês ou no espanhol, então isso foi uma coisa que me barrou bastante. Desde que eu me formei, todos os programas das grandes empresas exigem isso, que é um dos requisitos fundamentais. Há empresas que exigem experiência em determinadas áreas, e outras têm esses programas de *trainee*, que tu sai da faculdade e entra como *trainee* com salários baixos em relação ao normal, mesmo assim têm essas exigências (E17; M; 33 anos; Superior Completo; 6 meses).

Os programas de *trainee* são adotados por grandes empresas e funcionam como uma espécie de estágios para recém-formados ou para quem está cursando o último ano da faculdade. Os estagiários contratados trabalham em torno de dois anos na empresa, onde recebem treinamentos e têm a possibilidade de serem efetivados, obviamente, se atingirem as metas estabelecidas e os níveis elevados de produtividade.

> Programas de *trainnee* apresentam-se mais sedutores do que nunca [...], mas exigem talento [...]. Os interessados terão que superar uma maratona de testes [...]. Se o desafio é grande, as recompensas são ainda maiores para aqueles que conquistam o cobiçado posto. É que a experiência se baseia em treinamentos constantes, bons salários. A progressão rápida na carreira é comum nos programas de *trainnees*, já que são formatados para alcançarem jovens talentosos a cargos estratégicos na organização (CORREIO BRAZILIENSE, 2006, p. 02).

Freqüentemente, há matérias sobre esses programas nos jornais, com declarações como esta que é de um diretor de uma grande empresa: “Buscamos os geniozinhos no mercado para que, pouco a pouco, eles assumam funções de responsabilidade” (CORREIO BRAZILIENSE, 2006, p. 02).

Tanto as matérias de jornais como os programas de *trainee* são realmente "sedutores", pois é transmitida a idéia de estar sendo apresentada uma grande chance para quem concluiu uma faculdade e deseja inserção no mercado de trabalho. Porém, para conseguir uma tão disputada vaga é necessário ser "talentoso" e "genial", ou seja, possuir uma inteligência excepcional e uma capacidade criativa e inventiva extraordinária. Qualidades inatingíveis para a maioria da população, até mesmo para quem possui formação universitária, são utilizadas para estimular a competição e criar uma sensação nos aprovados que, de fato, são "os melhores".

Se, em algumas décadas atrás, a conclusão de um curso universitário significava a porta de acesso ao mundo profissional, o que se verifica é que, atualmente, a qualificação não assegura a obtenção de emprego (DRUCK, 2001). Entre os graduados também predomina a incerteza de ingressar ou retornar ao mercado de trabalho, como confirma o presente estudo. Em recente matéria de jornal, algumas dicas nada confortantes são dadas para milhares de recém-graduados. Dentre elas, destacam-se:

> [...] Aceite vagas com salários menores do que o pretendido, se necessário, desde que seja no seu ramo. É só inserido na profissão que se tem espaço para mostrar potencial.
> Se não fez estágios, tente recuperar o tempo perdido e ainda fazer uma boa ação: seja voluntário em instituições que precisem de ajuda na sua área de formação. Isso permite vivência profissional e contato com outros da área. Mesmo não-remunerado, a experiência colabora para enriquecer o currículo.
> [...] Consultores apontam a desistência precoce na procura por uma vaga como o maior pecado dos recém-formados. Atuar em áreas diferentes da de graduação não é recomendado. Quanto mais tempo levar para ingressar no mercado, menos experiência acumula [...] (VONO, 2007, p. 01).

O texto enfatiza que o recém-formado deve "correr atrás do prejuízo", resgatando o tempo perdido, disponibilizando-se a trabalhar mesmo sem receber por isso. Em suma, deve continuar disposto a aprender, recusando-se a trabalhar se não for na sua área de formação. Tais recomendações ignoram as imposições da realidade relacionadas à necessidade de manutenção financeira; são "dicas" que talvez tenham validade para pessoas que não possuem a preocupação com o próprio sustento. Além disso, matérias como essas transmitem a idéia de que a pessoa nunca fez o suficiente, que poderia ter feito mais, ter estudado mais, ter feito

mais estágios, enfatizando que a responsabilidade de inserção ou não inserção depende única e exclusivamente do empenho individual de cada um.

Ao conseguirem inserção profissional, muitos trabalhadores com qualificação mais elevada passaram a suprir vagas dos menos qualificados, provocando um processo gradual de exclusão do contexto laboral destes últimos (DRUCK, 2001). Como conseqüência, segmentos populacionais tornam-se sobrantes.

> [...] poderiam ser chamadas de sobrantes, pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados, e talvez não sejam integráveis [...] estar integrado é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade (CASTEL, 2000, p. 254).

Em decorrência das novas exigências, parte da população trabalhadora vai sendo expulsa dos postos de trabalho, os quais sofrem redução, e há o acirramento da competitividade e da concorrência. A diminuição das chances de emprego impede que haja condições de integração social pela via do trabalho para todos.

Castel (2000) salienta que os 'sobrantes' são considerados inúteis ao mundo, pois não encontram um lugar com estabilidade na sociedade. Eles possuem um perfil diferente dos trabalhadores das sociedades industriais, que eram explorados e ao mesmo tempo indispensáveis. Conforme o autor, enquanto o operário da sociedade salarial[67] podia reivindicar e obter certas proteções e garantias, o fenômeno do desemprego atual desarticula a classe trabalhadora, inibindo os movimentos reivindicativos.

Castel (2000) descreve que, primeiramente, ocorre a degradação da função integradora do trabalho na sociedade, com o desmonte do sistema de direitos e garantias atrelados ao emprego protegido. A partir disso, acontece a 'desestabilização dos estáveis', ou seja, os trabalhadores que outrora estavam inseridos no circuito da produção perdem seus postos de trabalho ou são tratados como velhos e ultrapassados para uma reciclagem. Como conseqüência, ocorre o alastramento da precariedade, trabalhos temporários e precários são ofertados aos jovens, que são atingidos pelo desemprego precoce. Em suma, tal processo faz emergir uma população 'sobrante'.

---

[67] Sociedade em que há a prevalência do trabalho assalariado, em que as normas de produção, consumo e organização política dos trabalhadores respondem pela ligação entre as formas de remuneração do trabalho e o acesso aos meios de produção da força de trabalho. É a qualificação de um dado modo de vida dos trabalhadores do período fordista-keynesiano (MOTA, 2000).

Atualmente, os investimentos em torno da qualificação e formação profissional não garantem emprego, visto que a oferta de mão-de-obra é significativamente mais elevada que a demanda. O mais preocupante é que não há provisoriedade nessa situação, pois a escassez dos empregos é progressiva, como salienta Castel (2000). A responsabilidade pelo desemprego recai sobre o próprio desempregado, que investe tempo e dinheiro na tentativa de conseguir um emprego.

Com base em estudos realizados na França, Cattani (2000) aponta que é cada vez mais expressivo o número de profissionais qualificados que, após a demissão, investem suas economias na abertura de uma empresa ou de outro empreendimento qualquer e, na maioria das vezes, não obtêm sucesso. Ou então, buscam reciclar sua qualificação, realizando cursos em diversas áreas, almejando o retorno ao mercado de trabalho. No entanto, utilizando os termos do autor, tais investimentos podem registrar 'fracassos', 'corrosão da auto-estima' e 'degradação de seu *status* social'. Os depoimentos dos entrevistados demonstram que a busca por qualificação não é nada fácil:

> Eu, no início, busquei me qualificar muito, fiz muitos cursos desnecessários. Existe também muita picaretagem para ganhar dinheiro em cima dos desempregados [...] (E20; M; 43 anos; Superior Completo; 2 anos).
>
> Bom, eu tenho um pouco de conhecimento, mas eu sempre procuro estar me aperfeiçoando um pouquinho mais. Agora, eu vou ter que voltar a estudar [...] eu tenho dois, três cursos de informática, mas a função que eu quero trabalhar nem exige isso, mas eles pedem, tu acaba fazendo porque as empresas exigem. Tem uns cursos fajutos em que duas, três aulas, eles dizem que é de graça. Eu já fui em um que disseram que era de graça, aí, no primeiro mês, não me cobraram nada, mas, no segundo e no terceiro, já deram o documento do banco para pagar e poder fazer os outros cursos que eu precisava. Eles não te dão um pacote completo, eles te dão uma ponta de esperança e depois te puxam (E10; M; 25 anos; Médio Incompleto; 2 meses).

Nas últimas décadas, houve o surgimento e a propagação dos mais diversos tipos de cursos técnicos, preparatórios para concursos, entre outros. Alguns deles são sérios, há outros que tiram proveito dos desempregados, de forma desrespeitosa. Através dos depoimentos dos entrevistados, é possível perceber os diversos tipos de violência que um trabalhador em situação de desemprego sofre, incluindo as falsas promessas sobre os cursos que geram expectativas irreais em relação às vantagens que podem oferecer.

A indignação em relação às exigências das empresas também foi expressa pelos entrevistados. Como apontam vários estudos (DRUCK, 2001), a grande parte das requisitações possui um caráter essencialmente eliminatório e excludente, visto que, na prática, não há necessidade do trabalhador empregar toda a capacitação e conhecimentos exigidos. A experiência profissional que é, muitas vezes, a condição para a obtenção de uma vaga, em outras situações é desconsiderada. Também há exigências exacerbadas, por exemplo, de grande número de cursos, até mesmo os desnecessários para a função. O depoimento a seguir é ilustrativo:

> É uma pouca vergonha, não precisa saber mexer no computador para limpar uma parede, limpar um chão. Tem pessoas aí que trabalham super bem sem precisar daquilo ali. Só que a tecnologia vem poluindo o conhecimento, eles pedem muito conhecimento e não estão mais ligando para a tua prática. Tem gente que tem bastante anos de firma e nunca precisou disso e, se sai do emprego, não consegue outro (E10; M; 25 anos; Médio Incompleto; 2 meses).

A falácia em torno da qualificação, além de pressupor que esta é responsável pela empregabilidade, parte da premissa que todas as pessoas possuem condições materiais para investirem em capacitação. Tanto os trabalhadores empregados como os desempregados sofrem as conseqüências disso. Os desempregados precisam atestar a realização de cursos técnico-operativos e provar constantemente que são reempregáveis. Os empregados trabalham sob a ameaça nebulosa de serem substituídos por alguém “mais capaz”, sentem-se desempregados em potencial.

> [...] Essa é a dança do desempregado
> Quem ainda não dançou tá na hora de aprender
> A nova dança do desempregado
> Amanhã o dançarino pode ser você [...].

Trecho da música A dança do desempregado (GABRIEL-O PENSADOR, 1997).

Os estudos de Seligmann-Silva (1994) apontam que, nos ambientes de trabalho, o temor da perda do emprego pode gerar algumas conseqüências como a modificação do relacionamento entre colegas, a instauração do medo e do individualismo, interferindo no estabelecimento dos laços de confiança. Junto a isso, a ‘chantagem emocional’ é utilizada para a obtenção do sobretrabalho, e os boatos de demissão em massa são usados para propiciar a superexploração dos

trabalhadores. A manipulação dos sentimentos dos empregados passa a ser uma tática para a maximização da produtividade.

As situações de medo e ansiedade decorrentes da ameaça de desemprego afetam o trabalhador. Desse modo, ocorre uma cooptação de subjetividade, pois a nova configuração do mundo do trabalho impõe ao trabalhador um novo modo de ser. Os empregados devem ter "espírito empreendedor" e, preferencialmente, exercer várias funções, tudo no mesmo tempo de trabalho e sem elevação de salários (polivalente). As palavras de ordem pronunciadas dentro e fora das empresas, ou presentes nos anúncios de jornais são: "excelência", "dinamismo", "pró-atividade", "capacidade de trabalhar em equipe", entre outras do gênero.

Os trabalhadores devem ser "colaboradores", expressão que, de certa forma, serve para negar a exploração e as imposições do trabalho, incentiva a competição, afinal, cada um deve procurar ser o melhor, o mais "cooperativo". Muitas empresas promovem a idéia de que a organização pode ser uma extensão da casa, da família, o que contribui para a minimização de conflitos entre patrões e empregados, promovendo a adaptação dos trabalhadores aos objetivos da empresa (NARDI; TITTONI; BERNARDES, 2002).

A flexibilização do trabalho traduz a perda de uma condição estável, com direitos e garantias, a perda dos vínculos sociais e a valorização do indivíduo sobre o coletivo. "[...] Reina a descartabilidade, já que o mercado exige flexibilidade, agilidade e racionalidade e se os homens de hoje já não respondem mais, terão que mudar a sua personalidade e seus valores, ou serão descartados" (DRUCK, 2001, p. 88).

A ameaça da descartabilidade atinge os trabalhadores em geral, sejam eles empregados ou desempregados. Destes também é exigido empreendedorismo, competência, criatividade, capacidade de superação, versatilidade, enfim, é como se eles não pudessem desanimar diante das inúmeras dificuldades que encontram. O discurso hegemônico acerca da qualificação faz com que os trabalhadores fiquem inseguros e confusos, inclusive em relação ao comportamento que devem adotar nas entrevistas de emprego, como expressa a entrevistada: "Eu acho que deviam dar mais oportunidades. Hoje eles exigem muito, até o comportamento avaliam, até o jeito que tu pisca [...]"[68].

---

[68](E11; F; 24 anos; Médio Incompleto; 1 ano).

Alguns entrevistados destacaram que gostariam de entender os motivos pelos quais não são aprovados nas seleções de emprego das quais participam. O desconhecimento das razões da sua não escolha pode aumentar a insegurança e intensificar a sensação de incapacidade e culpa. Nessas ocasiões, os sujeitos ficam à disposição de quem tem o poder de selecionar as pessoas "adequadas" para o preenchimento de determinados cargos. O tratamento que recebem na sua peregrinação em busca de emprego também compõe significativas **vivências e experiências de desemprego:**

> [...] a gente cansa mais estando desempregado do que empregado porque tu tem que correr atrás, não dá certo e tem aquelas filas [...]. Tu fica esperando, tu vê os anúncios no jornal, tu vai num lugar tal, já tem uma fila de pessoas desempregadas. É desgastante, não está fácil. Isso é marcante, essa correria que, muitas vezes, não dá em nada. A gente fica esperando, passa por psicólogos, que fazem aquelas dinâmicas de grupo. Tu já está desiludido e ficam te avaliando. Eu sei que é importante, mas imagina tu ter que participar durante um mês de eliminatórias para depois chegar ao fim e dizerem "tu não foi selecionado". Tem vezes que te falam o porquê, mas, na maioria das vezes, não dão retorno, ou então dão por e-mail, que é pior ainda [...]. É importante esse retorno, de dez empresas duas mandam retorno ou te ligam, o resto não quer nem saber, a maioria não faz isso (E9; M; 29 anos; Médio Completo; 6 meses).

A busca e a infindável espera que vivenciam os desempregados não estão vinculadas somente às vagas de emprego. Eles aguardam uma resposta, desejam que as suas buscas provoquem algum eco, pois a indiferença pode significar, no seu imaginário, que eles não têm importância e que por isso não merecem, sequer, uma satisfação.

> Desempregada é não ter dinheiro, é ficar batendo de porta em porta, correndo atrás e nada, não receber nenhum telefonema [...] (E11; F; 24 anos; Médio Incompleto; 1 ano).
>
> O que me marcou nesse tempo que eu estou desempregada foram as filas, muitas filas, muitas pessoas desempregadas. Tu fica horas e horas numa fila [...] (E14; F; 25 anos; Médio Completo; 1 ano).
>
> [...] é chato, é ruim ter que bater de porta em porta atrás de emprego. Hoje, eu estava em uma fila enorme, vários candidatos para uma vaga, tem gente que dormiu na fila. Hoje de manhã, eu fui lá e não tinha mais ficha. E aí, o que a gente vai fazer? É horrível o desemprego (E1; F; 40 anos; Fundamental Completo; 5 meses).

Os desempregados sentem-se humilhados devido à exposição a que são submetidos freqüentemente. Seus esforços não surtem efeito, já que são tratados com desprezo e deslealdade nos processos seletivos de que participam. Além de não terem o retorno das empresas sobre os motivos da sua não admissão, elas não fornecem esclarecimentos reais a respeito das vagas ofertadas e nem dos critérios de seleção[69].

Os sujeitos têm a percepção de que todos os investimentos realizados quando buscam emprego — emocional, afetivo e financeiro, além do literal esforço físico — são desprezados pelas empresas. Eles ficam remoendo o sentimento de culpa por terem fracassado, tentando descobrir o que têm feito de errado, pois imaginam que os seus defeitos e possíveis falhas não permitem o acesso ao emprego. As privações sofridas pelos entrevistados, em decorrência do desemprego, também foram apontadas em suas narrativas como experiências e vivências significativas:

> [...] logo que cheguei a Porto Alegre, há quinze anos, vindo do interior, tive uma experiência marcante. Eu me lembro, depois de um mês que eu estava aqui em Porto Alegre, desempregado, de algo que eu não vou esquecer nunca. Fiquei sete dias da semana sem me alimentar porque eu não tinha suporte financeiro para isso. Isso me marcou muito, até hoje [...]. É isso que eu percebo nas pessoas que estão ao meu lado. O que será que devem estar passando? É triste (E4; M; 46 anos; Médio Incompleto; 6 meses).

O relato anterior comprova que alguns problemas reais e concretos, como a fome, são marcantes e jamais esquecidos. Em decorrência do desemprego, pessoas e famílias tornam-se indigentes, a população de rua aumenta, o trabalho infantil e o informal proliferam. E a sociedade não reconhece que, na maioria dos casos, quem se encontra à margem não é por ser malandro ou inútil, mas por não ter oportunidade de inserção produtiva.

> [...] na minha trajetória de desempregada, o que mais me marcou foi a fome. Ter que chegar em casa e sentir o mau-hálito das minhas filhas porque elas ainda não tinham comido, não haviam feito uma refeição, enfim, porque estavam com fome, isso me matava. Isso me mata, acaba comigo, aumenta a pressão, eu não consigo nem dormir [...] (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

---

[69] Tumolo (2002) encontrou resultado semelhante em pesquisa realizada com desempregados em Florianópolis.

A entrevistada expressa a sua impotência de prover a sua casa, de garantir o sustento familiar, e o sofrimento por não poder nutrir suas filhas. Isso é muito simbólico para uma mãe, pois os significados de cuidar e alimentar estão muito ligados ao exercício da maternidade.

O peso da responsabilidade para com os filhos exerce um poder de pressão sobre o desempregado, porém não se trata apenas de uma coação externa, mas de uma cobrança feita por ele próprio. Na maioria das vezes, essa cobrança sobre si mesmo é muito mais severa do que as demais. As mães e os pais desempregados sabem que as preocupações vão além do suprimento das necessidades materiais dos filhos, pois estes necessitam de suporte afetivo, o qual nem sempre se sentem em condições de suprir, pois estão fragilizados e inseguros.

Os desempregados são obrigados a criar artifícios ou estratégias para sobreviverem, ou contam com ajuda financeira de familiares e amigos, o que gera um alto custo afetivo para os sujeitos, com o desenvolvimento de sentimentos como desconforto e constrangimento diante da falta de autonomia:

> [...] mas você tem que achar uma forma de viver, apesar de estar desempregada. Então a gente faz coisas como dormir até mais tarde para eliminar a primeira refeição ou dormir mais cedo para não precisar jantar [...]. Você tem que se adaptar a uma imposição, você não tem escolha ou então pedir ajuda aos parentes, que eu acho que é a pior das alternativas, mas na pior das hipóteses você acaba fazendo isso (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Os entrevistados têm utilizado diversas **alternativas e estratégias** para subsistirem, como a realização dos chamados “bicos”, que têm sido o seu principal meio de sobrevivência. Como já foi dito, as atividades informais, precarizadas e sub-remuneradas podem ser consideradas sinônimo de desemprego disfarçado, constituindo as diversas manifestações da questão social. Os entrevistados não as reconhecem como trabalho de fato (emprego), pois têm a clareza de que são ocupações precárias, realizadas para sobreviverem enquanto não conseguem inserção no mercado formal de trabalho.

> [...] Nem eu sei como estou conseguindo reagir [...]. Quando aperta a coisa, eu vou nas igrejas pedir roupa. Às vezes eu trabalho, pego um carrinho de papelão, mas a pessoa se suja muito e depois não tem onde tomar banho, é brabo [...] ser desempregado é brabo [...]. Aí eu compro material de limpeza e guardo na minha mochila, guardo dinheiro para almoçar. Quando tenho, eu almoço, quando não tenho, eu não almoço. Agora, o governo oferece

> esse almoço de 1 real, daí facilita para a gente que está desempregado. À noite, eu janto no albergue, de manhã, eu tomo café e, às cinco horas da manhã, tem que sair de lá. Quando eu tenho um dinheirinho, eu compro um balaio de rapadura e vendo no centro. E eu me viro, compro correntinha, bala de goma e vendo (E3; M; 28 anos; Fundamental Incompleto; 1 ano e 6 meses).

Os entrevistados não consideram tais atividades uma modalidade alternativa de emprego, mas algo que praticam por falta de escolha, pois foram afastados do mercado formal de trabalho e obrigados a atuarem na informalidade. No entanto, não se pode desprezar o fato das resistências também constituírem a questão social. Um exemplo disso é o entrevistado que, ao trabalhar como papeleiro, expressa um modo de resistir à pobreza e não ter que contar permanentemente com a caridade de outras pessoas ou instituições.

No entanto, como a maioria dos entrevistados, ele sente-se desvalorizado com o trabalho realizado. Não ter moradia, não ter um lugar, sequer, para fazer a sua higiene pessoal, viver com a total ausência de proteção, lutando pela sobrevivência dia após dia, tudo isso desencadeia um processo de vulnerabilidade.

Conforme Telles (2001), a ausência de direitos impede os trabalhadores de garantirem suas identidades e o estatuto de trabalhadores, pois possuem trajetórias marcadas pelo desemprego ou pela descontinuidade, passando de uma ocupação para outra. Sendo assim, eles não conseguem estabelecer parâmetros de semelhança, identificação e reconhecimento, visto que estão privados de usufruir seus direitos, além disso, a prática de uma representação sindical é inexistente.

De acordo com Scherer (2005), estudos sobre o trabalho informal indicam que, apesar de seu alto grau de insegurança e aleatoriedade, ele pode inaugurar formas alternativas de sociabilidade. Porém, no imaginário do trabalhador, continuará prevalecendo o desejo de estar empregado no setor formal, com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por lei, que se materializam através da assinatura da carteira de trabalho, como aponta a referida autora, e o presente estudo confirma.

Pode-se dizer que as possibilidades de retorno ao mercado formal de trabalho desse contingente populacional que vive a precariedade são praticamente nulas. Tal situação é preocupante, pois significa que muitas pessoas não possuem um lugar na sociedade, fazendo parte da população que Castel (2000) nomeia de ‘sobrante’, e, por isso, são marginalizadas.

Além de exercerem atividades informais, os trabalhadores contam com a ajuda de familiares e amigos, o que pode fortalecer os vínculos de solidariedade, mas também pode provocar a sensação de dependência. Sendo assim, os desempregados sentem-se um peso para as pessoas com as quais convivem, culpam-se pelo sofrimento e pelas privações decorrentes do desemprego que atingem as suas famílias.

Os relatos dos entrevistados revelam que a família assume um papel ambivalente, atuando como rede de apoio, e, ao mesmo tempo, exercendo uma função de controle. Alguns sujeitos enfrentam preconceitos e sofrem estigmatizações no interior do núcleo familiar, sendo pressionados a conseguir emprego para o auxílio no seu sustento e nas despesas importantes para a manutenção da família. A demonstração de preocupação com quem está desempregado pode ter o sentido de uma cobrança, aumentando a aflição dos sujeitos diante da imposição de conseguir um emprego. Os depoimentos ilustram a ambivalência presente nas relações familiares:

> Os amigos, os outros relacionamentos fora da família não têm nenhum tipo de cobrança, mas na família tem. Não é tanto cobrança, mas preocupação se a pessoa conseguiu ou não. Essa preocupação piora a situação e aumenta a angústia (E17; M; 33 anos; Superior Completo; 6 meses).
>
> [...] o apoio familiar existe até certo ponto. Eu ouço “ah tu tem tantos amigos porque o pessoal não te consegue emprego? Já entregou teu currículo? Já te chamaram?” Então é aquela cobrança que vai te martelando. É ruim (E7; M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

Assim como a família, os relacionamentos com amigos e vizinhos também são contraditórios. Se os desempregados sofrem estereotipias e suas relações sociais são afetadas, outras se constituem como redes sociais de apoio, que auxiliam os sujeitos a enfrentarem as adversidades decorrentes da situação em que se encontram:

> De vez em quando, eu faço alguma coisa, trabalho para um escritório de advocacia, ganho 200 reais, 300 reais. De vez em quando, eu peço ajuda para algum amigo também. É chato, mas a gente recorre às amizades, pede emprestado para um dia pagar, quando tiver condições. A minha esposa vende roupa. Então, algumas coisas básicas de alimentação ela procura manter dentro de casa [...] (E7; M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

> A minha família segura a minha peteca. Se não fosse a minha família, eu não sei o que eu estava fazendo [...] (E5; M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).
>
> Eu tenho apoio de todo mundo. A vizinhança me conhece, então me oferecem para comprar fiado no mercadinho [...] (E12; F; 29 anos; Médio Incompleto; 8 meses).
>
> Eu conto com o apoio financeiro de uma amiga que mora comigo. De vez em quando, a minha mãe me ajuda (E11; F; 24 anos; Médio Incompleto; 1 ano).

De acordo com Baptista (2002), as redes sociais espontâneas são construídas a partir de conexões informais de vínculos relativamente fortes, tendo por base as relações primárias, interpessoais e espontâneas. A família e os amigos constituem tais redes, cuja ação se dá pelas relações de reciprocidade, circulação de informações e prestação de serviços imediatos:

> [...] eu acho importante não ficar quieto. Às vezes, as pessoas têm vergonha de dizer que estão procurando emprego, que estão desempregadas. Não que tu vá sair com uma placa na rua, mas se tem um conhecido que tu encontra na rua, explica a tua situação, é a melhor coisa. Daqui a pouco ele te indica uma pessoa, te indica outra, pelo menos tu está buscando [...] (E20; M; 43 anos; Superior Completo; 2 anos).

As redes sociais, além de fornecerem subsídios materiais que garantem a sobrevivência, servem como suporte emocional para os desempregados, pois atenuam os sentimentos de desamparo e desencorajamento por eles vivenciados. Além disso, possibilitam o trânsito de informações sobre as oportunidades de emprego e os mais diversos serviços.

Baptista (2002), com base em Both, faz referência à importância da família e das amizades, mencionando que os parentes oferecem o sentido de identidade e de pertencer a algo juntos, além da ajuda e serviços mútuos, incluindo o suporte financeiro. Quanto às relações de amizade, elas são fundamentais devido ao seu caráter voluntário e por terem interesses compartilhados como base.

Questões referentes à religiosidade e à espiritualidade também são contraditórias, visto que podem significar conformismo, mas também podem ser entendidas como formas de resistência. O depoimento a seguir exemplifica tal condição, demonstrando a importância atribuída ao desenvolvimento da espiritualidade para o enfrentamento das dificuldades oriundas do desemprego:

> [...] eu tenho uma crença muito grande em Deus. Então eu procuro me fortalecer espiritualmente. É difícil ficar bem sempre, mas eu não deixo de fazer pequenas coisas. Eu posso diminuir os gastos, o consumo, mas eu não deixo de jogar o meu futebol. Eu posso não ter dinheiro, mas eu vou na feira do livro dar uma olhada. Eu não deixo de fazer essas coisas simples, é uma espécie de resistência, cada um tem a sua natureza [...] (E20; M; 43 anos; Superior Completo; 2 anos).

Nota-se que o enfrentamento do desemprego também envolve atividades esportivas e de lazer. Nesse caso, o sujeito consegue fazer escolhas e usufruir pequenos prazeres, uma forma de reafirmar a sua singularidade.

Ao que parece, as pessoas ficam mais fortalecidas para lidar com a situação de desemprego, quando cultivam a crença religiosa. Em contrapartida, podem desenvolver um processo de passividade e resignação em relação a esse fenômeno. Nesse caso, a busca por alternativas de enfrentamento ficaria vinculada a um plano transcendental que, apesar ser confortante e causar alívio, não romperia com a perspectiva individual de superação, como corrobora o depoimento a seguir:

> [...] eu acho que é a força do espírito. É o meu próprio íntimo que me ajuda a ir para frente. Eu tenho uma força interior muito grande e eu acho que muitas pessoas não têm. Não é que não tenham, é que não querem evoluir como pessoas. É essa força interior que me faz ir para frente. Já passei tantas dificuldades na minha vida que o essencial é não desanimar, é sempre procurar alguma coisa que um dia aparece. Não sei quando, mas aparece. Eu leio livros, faço cursos que fazem eu ir para frente. Estou sempre lendo livros bons que me deixam alguma coisa de bom. Dentro do livro existem experiências. Se a pessoa não lê, ela fica para trás. A leitura faz com que a pessoa desenvolva o raciocínio. Eu acho que é isso que faz com que eu não desanime (E6; F; 48 anos; Médio Completo; 10 anos).

A entrevistada encontra na ‘força do espírito’ ou na sua ‘força interior’ o fortalecimento para lidar com o desemprego. Para ela, essa força é responsável pelo seu movimento no mundo, pois a impede de desanimar diante das situações infortuitas da vida. Acredita que as pessoas que não progridem é porque não possuem tal força ou não querem evoluir.

Percebe-se que, nesta perspectiva, o enfrentamento do desemprego parece não superar a questão do individualismo. A entrevistada considera que as pessoas não mudam de situação na vida por vontade própria, por não se interessarem pelo que estaria ao seu alcance e poderia contribuir para o seu crescimento pessoal, por exemplo, a realização de cursos ou a prática de boas leituras. Se as pessoas ‘ficam para trás’, a responsabilidade é delas.

Outro elemento presente em seu depoimento é um certo fatalismo, pois, segundo a entrevistada, é importante "[...] sempre procurar alguma coisa que um dia aparece. Não sei quando, mas aparece [...]"[70]. Embora o termo 'procurar' dê a idéia de movimento, é notório que a entrevistada crê e espera por uma ajuda divina para a superação do seu desemprego prolongado, como se o destino ou a sorte estivesse reservando-lhe algo promissor (emprego) que, numa determinada hora, irá surgir.

O seu relato é extremamente complexo, pois a entrevistada procura emprego há dez anos, realiza cursos de qualificação, cultiva a religiosidade, mas nada disso garante a obtenção de emprego formal. Porém, ela sente-se aliviada por manter-se ocupada, tem a sensação de que não está sozinha, afinal, conta com uma força transcendental que lhe proporciona amparo.

Observa-se a negação do sofrimento quando o desemprego passa a ser visto como algo perfeitamente possível de ser superado individualmente, como se bastasse ter força de vontade, fé ou pensamento positivo. Ao mesmo tempo, existe uma banalização acerca do desemprego, visto que esse fenômeno não causa uma indignação que instigue as pessoas a partirem para alternativas coletivas de enfrentamento. Conseqüentemente, ele passa a ser considerado algo inevitável que deve ser aceito com naturalidade e resignação.

Na pesquisa realizada por Cardoso (2004), a religiosidade destacou-se como diferencial para os trabalhadores desempregados, pois foi constatado que aqueles que possuíam uma crença religiosa apresentavam uma postura de 'conformidade' frente ao desemprego. Para alguns pesquisados da autora, a religião serviu como possibilidade de construir novos vínculos sociais.

No presente estudo, a influência da fé e das práticas religiosas e espirituais, na superação das adversidades oriundas do desemprego, não foi o foco da pesquisa. Contudo, salienta-se que o cultivo da espiritualidade pode proporcionar conforto e alento, fortalecendo os sujeitos desempregados diante da angústia e depressão.

Quanto ao **futuro na área profissional**, dentre os entrevistados predomina a falta de perspectivas, a desesperança e o pessimismo, já que as tentativas de obtenção de trabalho formal têm fracassado. Sem emprego, não conseguem vislumbrar um futuro profissional e planejar a vida:

---

[70] (E6; F; 48 anos; Médio Completo; 10 anos).

> Eu não tenho nenhuma expectativa, não tem futuro nenhum. Está difícil conseguir emprego, muito difícil. Quem tem seu emprego, tem; quem não tem, que se vire como puder (E15; F; 33 anos; Fundamental Incompleto; 3 meses).
>
> É difícil imaginar um futuro diferente, hoje é cada um por si. Se eu estou desempregado, é cada um por si, cada um faz a sua. Um cavalo passou ali, tu sobe e vai, não deixa passar, monta e vai embora. As pessoas não dizem "olha vamos ver se eu te consigo alguma coisa". Eu também não tento colocar os meus problemas para os outros, uma porque as pessoas, às vezes, não resolvem, só querem saber da tua situação. Então eu tento resolver. Algumas pessoas que eu confio, do meu convívio, eu tento pedir uma mão para fazer um currículo ou para passar o currículo a uma outra pessoa. Mas eu não tenho essa coisa de dizer que eu estou passando por essa situação ou aquela situação porque a coisa tem que ser resolvida por mim (E8; M; 53 anos; Médio Completo; 6 meses).

A ausência de expectativas está relacionada com a cultura individualista, como mostram relatos dos entrevistados: "[...] Quem tem seu emprego, tem; quem não tem, que se vire como puder"[71]. Além do individualismo, a velocidade também é valorizada atualmente. Com isso, passa a predominar a idéia de que as oportunidades estão dadas e são iguais para todos, basta ser rápido e saber aproveitá-las: "[...] é cada um por si, cada um faz a sua. Um cavalo passou ali, tu sobe e vai, não deixa passar, monta e vai embora [...]"[72].

Os trabalhadores desempregados vivenciam a solidão, pois, além de suportarem o sofrimento advindo do desemprego, a busca pelo emprego é solitária. Na sociedade atual, não há espaço e tempo para que os sujeitos compartilhem suas angústias, pois as vivências coletivas deixaram de ser valorizadas. Sendo assim, os desempregados buscam resolver, individualmente, o próprio desemprego, problema pelo qual se consideram responsáveis.

A depressão e a angústia aumentam diante da aleatoriedade do presente e do prognóstico de um futuro completamente incerto. Martínez Reguera (2005) salienta que uma das características da depressão é a perda de projeção para o futuro, a impossibilidade de vivenciá-lo antecipadamente como algo possível e satisfatório. Isso está explícito nos depoimentos que seguem:

---

[71] (E15; F; 33 anos; Fundamental Incompleto; 3 meses).
[72] (E8; M; 53 anos; Médio Completo; 6 meses).

> Eu vejo um futuro negro, eu não vislumbro nada, eu estou ficando muito deprimida. Faz um ano que eu estou num processo de entrar num buraco mesmo, eu não estou conseguindo sair, estou tendo muita dificuldade, não estou vendo saída [...] (E18; F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).
>
> Olha, não é fácil, eu estou com 43 anos, busco uma recolocação, uma volta no mercado de trabalho. Eu penso no futuro com muita preocupação, o que vai ser da minha geração. Eu vejo o futuro com muita tensão (E20; M; 43 anos; Superior Completo; 2 anos).

Os depoimentos dos entrevistados mostram oscilações entre esperança e desesperança. A expectativa de possibilidades futuras é mais ideal do que real, como se pode observar no depoimento a seguir:

> [...] futuro para mim, eu tenho que continuar fazendo os cursos que eu faço e esperar um dia surgir uma oportunidade para conseguir trabalhar em alguma coisa, qualquer coisa. Não há necessidade de ser um trabalho complicado, uma coisa qualquer que eu possa mostrar que eu sou útil a mim mesma e à sociedade. Nem que eu leve cem anos, mas eu vou conseguir alguma coisa. Um dia eu consigo, um dia tem que surgir alguma coisa (E6; F; 48 anos; Médio Completo; 10 anos).

Essa entrevistada está desempregada há dez anos, mas continua buscando uma vaga no mercado formal de trabalho, através da realização de cursos e da procura persistente por emprego. Sabe-se que é remota a possibilidade de reinserção para quem já ultrapassou os quarenta anos de idade e há uma década está em situação de desemprego ou na informalidade. No entanto, a entrevistada está disposta a esperar o tempo que for preciso para sentir-se novamente trabalhadora, o que significa ter autoconsideração e consideração social.

Acreditar na viabilidade de conseguir um emprego, sem pensar nos obstáculos, é um modo de resistir e evitar o imobilismo. Desse modo, a pessoa se movimenta, continua a sua busca até para dizer a si mesma que ainda não está descartada. Ao mesmo tempo em que ela diz "[...] Nem que eu leve cem anos, mas eu vou conseguir alguma coisa. Um dia eu consigo, um dia tem que surgir alguma coisa [...]"[73], pode-se inferir que ela acredita que algo "mágico" possa acontecer, como se a realidade fosse outra, pois assim como se apresenta é intolerável, é preciso acreditar numa saída, nem que seja milagrosa. Outro entrevistado expressa:

[73] (E6; F; 48 anos; Médio Completo; 10 anos).

> Eu tenho a impressão que a tendência é melhorar um pouco, para beneficiar um pouco as pessoas que procuram trabalho assim como eu. Eu venho diariamente aqui no SINE porque eu tenho muita esperança que, de repente, se abram as pétalas da minha sorte e eu consiga um emprego. Mas, ao mesmo tempo, eu espero uma aposentadoria que talvez venha até o fim do ano, mas eu tenho que aguardar [...]. Eu quero um emprego, preciso trabalhar, ganhar um dinheiro. Estou cansado de ter que depender da boa vontade dos outros. Mesmo depois que vier a aposentadoria, eu pretendo trabalhar, eu acho que ainda sirvo para alguma coisa [...] (E16; M; 64 anos; Fundamental Completo; 2 anos).

O entrevistado, ao dizer: "[...] eu tenho muita esperança que, de repente, se abram as pétalas da minha sorte e eu consiga um emprego [...]"[74], paradoxalmente, revela a absoluta falta de esperança e descrédito no futuro. Ele não vê alternativas concretas de superação do seu desemprego e viabilidade de uma vida melhor, a não ser se contar com a sorte.

Num primeiro momento, pode chamar a atenção e parecer estranho que uma pessoa de sessenta e quatro anos esteja buscando emprego, pois, com essa idade, o ideal seria colher os frutos do trabalho ou pensar numa aposentadoria. Porém, a realidade da maioria dos trabalhadores brasileiros não permite que, mesmo depois de aposentados, eles deixem de trabalhar, muitas vezes, em empregos precários que não garantem a subsistência. No caso do entrevistado, tanto a aposentadoria como a possibilidade de obter um emprego ainda não são possibilidades concretas.

Muitas pessoas que têm idade superior a cinqüenta anos foram atingidas pelo desemprego e encontram dificuldades de reinserção profissional, como é o caso desse entrevistado que comparece diariamente ao SINE. É visível que ele considera o trabalho central em sua vida, o único meio de mostrar para si e para os outros que ainda é útil. Mesmo que contasse com outra renda, como a da aposentadoria, o trabalho continuaria sendo indispensável para ele.

Os entrevistados que se mostraram mais otimistas vislumbram que retornando aos estudos ou através da realização de cursos de qualificação o reingresso no mercado formal de trabalho se efetivará. Pode-se dizer que também são posições ideais, pois o presente estudo confirma que as pessoas estão sofrendo com o desemprego e encontrando dificuldades de reinserção profissional, até mesmo as que possuem escolarização elevada, cursos técnicos ou são graduadas.

---

[74] (E16; M; 64 anos; Fundamental Completo; 2 anos).

O emprego estável, por tempo indeterminado e com a carteira de trabalho assinada, mesmo não tendo possibilidade concreta de ser alcançado, é o principal sonho dos entrevistados. Eles fazem lembrar o personagem da música *Pedro Pedreiro,* um trabalhador que sonha com uma vida melhor. Quanto mais ele busca, maior é a espera, pois as possibilidades de melhorar de vida se distanciam. Vivenciando sentimentos de esperança e desalento, ele conta mesmo é com a sorte:

> Pedro Pedreiro penseiro esperando o trem
> Manhã, parece, carece de esperar também
> Para o bem de quem tem bem
> De quem não tem vintém
> Pedro Pedreiro fica assim pensando
> Assim pensando o tempo passa
> A gente vai ficando pra trás [...]
> Pedro pedreiro espera o carnaval
> E a sorte grande do bilhete pela federal
> Todo mês
> Esperando, esperando, esperando
> Esperando o sol
> Esperando o trem
> Esperando o aumento para o mês que vem
> Esperando a festa
> Esperando a sorte [...]
> Mas pra que sonhar
> Se dá o desespero de esperar demais
> [...] Esperando enfim nada mais além
> Que a esperança aflita, bendita, infinita [...]

Trecho da música Pedro Pedreiro (BUARQUE DE HOLANDA, 1965).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, é pertinente destacar a importância do processo de mestrado, visto que ele não envolveu unicamente o movimento desta pesquisa. A dissertação é apenas a culminação do processo de formação, pois a sua maior relevância é formar pesquisadores, dando condições para que possam contribuir, profissionalmente, com as suas próprias áreas e as demais. Nesse sentido, pode-se dizer que o presente estudo materializa parte desse processo, podendo contribuir para a área de origem da pesquisadora (Psicologia) e para a área que escolheu para a realização do mestrado (Serviço Social). Essa interface possibilitou a ampliação do olhar a respeito do tema estudado.

Quando se objetivou desvendar o modo como os trabalhadores desempregados enfrentam o desemprego, não havia a pretensão e nem a possibilidade de esgotar esse assunto ou de fazer qualquer tipo de generalização, pois a pesquisa partiu de uma amostra ínfima, se comparada ao universo amplo e complexo dessa problemática. As conclusões apresentadas expressam uma síntese provisória, pois, na perspectiva dialética, as reflexões e o conhecimento são sempre passíveis de superação.

Embora se reconheça que a fundamentação teórica tenha contribuído para interpretar os dados empíricos, destaca-se que a pesquisa foi a etapa que ganhou maior centralidade na dissertação, pois a produção de conhecimento ocorreu a partir das expressões dos sujeitos entrevistados. É fundamental que as vozes dos sujeitos sejam garantidas, o que se procurou fazer através das entrevistas, meio pelo qual se concretizaram as suas manifestações.

Através de seus depoimentos, foram resgatados da invisibilidade os sujeitos que perderam seus empregos e, além de excluídos do processo produtivo, tiveram o seu modo de ser e de interagir afetados. A entrevista foi além da coleta de informações, houve a disponibilização da escuta e de um espaço para que os sujeitos pudessem ser protagonistas através de suas vozes. Estas foram buscadas (investigação) e trazidas (exposição) pela pesquisadora.

Ao tornarem-se visíveis as atribuições preconceituosas sofridas pelos desempregados, os sentimentos por eles vivenciados e sua dor, o intuito não foi vitimizá-los, mas sim assumir um compromisso ético com seu sofrimento, chamando

a atenção para a sua existência, descortinando aquilo que a sociedade e o Estado insistem em ocultar. Desse modo, pode-se fazer com que o Estado assuma a responsabilidade de ser o ‘cuidador’ de seus cidadãos, como referencia Sawaia (2004).

Quando se trata de temas como esse estudado, cuja visibilidade é mascarada, o acesso à informação, ao dado, no processo de pesquisa, é outro problema a ser enfrentado, o que exige esforço e persistência do pesquisador. Mesmo que o desemprego estrutural seja reconhecido socialmente, os seus múltiplos condicionantes e impactos na vida dos sujeitos ainda são pouco explicitados ou apreendidos pela população que tende a reproduzir a estigmatização e a culpabilização do indivíduo pela situação de desemprego.

Como esse estudo foi desenvolvido a partir da abordagem dialética, foi necessário, à luz da categoria historicidade, teorizar sobre a história do trabalho e a sua importância como produção teleológica humana e sua centralidade no processo de humanização e socialização dos sujeitos. A fundamentação teórica propiciou o entendimento de como se constituiu o trabalho assalariado na sociedade capitalista. Para isso, foi necessário tornar o trabalhador “livre” e “autônomo” do trabalho servil para que pudesse vender a sua força de trabalho transformada em mercadoria. O trabalho passou a ser exaltado como sinônimo de dever moral e como o único meio capaz de conferir dignidade às pessoas. Através da exploração do trabalho, o sistema capitalista consolidou-se, expandiu-se, cresceu economicamente, garantindo o aumento da acumulação de capital.

A discussão sobre as mudanças no mundo do trabalho, envolvendo a passagem da era industrial para a tecnológica/informacional, incluindo a reestruturação produtiva, forneceu subsídios para compreender os seus impactos sobre a classe trabalhadora e, conseqüentemente, para os sujeitos entrevistados. O processo de acumulação capitalista foi ampliado a partir da revolução tecnológica, que excluiu um grande contingente de trabalhadores do mercado formal de trabalho, desencadeando o processo de desemprego estrutural e de precarização do trabalho.

À luz da categoria totalidade, buscaram-se, em diversas áreas do saber (Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Economia, História), contribuições para o entendimento sobre o fenômeno desemprego e suas conseqüências psicossociais. Para isso, algumas discussões foram desenvolvidas. Dentre elas, destaca-se a questão da subjetividade, pois os sujeitos e os aspectos econômicos, históricos,

sociais e culturais relacionam-se reciprocamente, ou seja, trabalhou-se considerando a subjetividade como constituída de modo relacional e dialético entre o sujeito e a sociedade.

A exclusão social e a sua relação com a não inserção produtiva também foram contempladas, assim como se procurou trabalhar com a categoria contradição, explorando, nos depoimentos dos entrevistados, os seus aspectos contraditórios. Na dialética, a prática é o critério de verdade, por isso é preciso desvendar as expressões dos sujeitos, relacionando-as com o contexto em que estão inseridos.

Portanto, seria inviável responder às questões que nortearam esse estudo, sem compreender as proporções que o trabalho e a sua ausência assumem na sociedade capitalista. Nesse momento, para responder ao problema de pesquisa (Como os trabalhadores desempregados enfrentam o desemprego em Porto Alegre?), é necessário retomar as questões norteadoras:

- Qual o significado do trabalho para os sujeitos entrevistados?
- Como os entrevistados percebem as transformações no mundo do trabalho e os impactos que tais modificações causam no seu cotidiano?
- Quais os efeitos psicossociais do desemprego?
- Como os entrevistados percebem e se sentem diante do desemprego?
- Que estratégias utilizam para lidar com o desemprego?
- Quais as perspectivas concretas de superação do desemprego?

Reitera-se que o trabalho é central na vida dos entrevistados. O caráter de essencialidade conferido a ele é influenciado pela sua glorificação na sociedade capitalista. Nesta, o trabalho é exaltado como dever moral, e somente quem trabalha é considerado digno. Quando os sujeitos não conseguem cumprir as imposições sociais, como os desempregados que estão privados de exercitar o direito ao trabalho protegido e impedidos de cumprir o dever moral de trabalhar, sentem-se julgados pela sociedade. Envergonham-se por não cumprirem um papel supostamente previsível para um adulto: o de trabalhador, e sentem-se indignos por isso, não correspondendo às expectativas da sociedade.

Na concepção dos entrevistados, ser trabalhador é sinônimo de ter um emprego, visto que não reconhecem as atividades informais e as ocupações precárias que realizam como trabalho, pois trabalhar significa ter, além do salário,

direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por lei. Para eles, a informalidade significa o caos, a desproteção social e a incerteza.

A carteira de trabalho assinada é um desejo unânime entre os sujeitos, simboliza o *status* de ser trabalhador, motivo de orgulho e reconhecimento social, pois ser trabalhador significa ser uma pessoa de bem, honesta, disciplinada, respeitada e capaz. Predominantemente, o trabalho (emprego) é valorizado como meio de sobrevivência, ou seja, como garantidor da satisfação das necessidades materiais. No entanto, ele contém outros significados, é considerado um passaporte para a cidadania, um meio de inclusão e integração social. Representa a possibilidade de acesso a direitos e à vida em sociedade. Proporciona aos sujeitos se sentirem pertencentes a um lugar e a um grupo social, uma vez que os inscreve em relações sociais como realizadores de uma atividade de reconhecimento e utilidade.

Os entrevistados possuem uma visão idealizada acerca do trabalho, que aparece dissociado da idéia de exploração, dominação e sofrimento. Vivenciando o "não trabalho", os sujeitos pesquisados consideram significativa apenas a dimensão positiva e não a dimensão negativa da categoria trabalho, recusando o seu caráter contraditório.

Verifica-se que alguns entrevistados percebem, embora de modo não elaborado, determinadas repercussões provocadas pelas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, principalmente nas últimas décadas. Existe o reconhecimento de que, no atual estágio do capitalismo, o processo de acumulação não está voltado para a criação de empregos, pois se caracteriza pela supremacia do capital especulativo sobre a esfera produtiva.

A percepção de que, em decorrência da reestruturação produtiva, do crescimento do trabalho morto (máquinas) em detrimento do trabalho vivo (homens), algumas profissões ficaram obsoletas e por isso desapareceram ou tendem à desaparição também foi manifestada com preocupação pelos sujeitos entrevistados. A ampliação das exigências em torno da qualificação profissional e a dificuldade de acompanhá-las foram mencionadas como fatores que dificultam a sua reinserção ao mercado formal de trabalho.

Os entrevistados sentem os impactos de tais mudanças no seu dia-a-dia, principalmente quem possui mais de quarenta anos de idade, pois percebem que há alguns anos atrás, se ficavam desempregados, a demora para se reempregarem era

menor do que atualmente. Mesmo identificando algumas conseqüências das transformações do mundo do trabalho em suas vidas, como o próprio desemprego, os entrevistados, contraditoriamente, buscam, através da realização de cursos de qualificação e aperfeiçoamento, a sua reinserção no mercado formal de trabalho, assumindo, assim, a responsabilidade de resolverem individualmente o problema.

Nessa lógica, estão os discursos que atribuem à qualificação a causa ou a solução para o desemprego, desviando a atenção da causalidade real desse fenômeno e da ampliação da precarização do trabalho. A maioria dos sujeitos acredita que, se tivesse estudado mais, não estaria desempregada ou conseguiria com facilidade um emprego. Até mesmo entre os graduados existe a crença de que não estudaram ou não se qualificaram adequadamente, acreditam que não conseguem vagas porque são insuficientemente qualificados ou porque possuem qualificação elevada. A pesquisa evidenciou que o desemprego atinge pessoas de todos os níveis de escolaridade e que mesmo as mais escolarizadas estão sofrendo com o desemprego prolongado.

Pode-se dizer que a deterioração da auto-estima foi predominante entre os entrevistados. Por não exercerem uma atividade profissional, os desempregados sentem-se desvalorizados e sem consideração social, o que contribui para o desenvolvimento de sentimentos autodepreciativos e para a construção de uma auto-imagem de fracassado ou inferior em relação às outras pessoas.

A depressão e o sentimento de impotência são vivenciados pelos entrevistados e estão associados à falta de controle sobre suas próprias vidas e à impossibilidade de vislumbrarem um futuro satisfatório. Já o sentimento de exclusão faz com que se sintam “não cidadãos”, ou seja, sujeitos sem direitos ou privados de exercê-los. A sensação de exclusão impede os sujeitos de se sentirem pertencentes a um grupo, visto que não possuem mais uma referência grupal e interações sociais construídas a partir do trabalho.

Os desempregados não se sentem excluídos apenas do contexto laboral, mas das relações de convívio, pois a situação de desemprego afeta o relacionamento com amigos, vizinhos e familiares, uma vez que tendem ao recuo social. Não conseguem manter atividades de lazer e interativas por falta de recursos financeiros, ou por se sentirem constrangidos, ou porque recebem tratamento discriminatório e estigmatizante.

A vulnerabilidade e a falta de autonomia também foram evidentes: os entrevistados sentem-se fragilizados e suscetíveis a perdas ainda maiores a partir da perda do emprego. Impossibilitados de prover o próprio sustento, não conseguem tomar decisões e fazer escolhas sobre a própria vida. Portanto, além de ser percebido como um fenômeno excludente, o desemprego é considerado sinônimo de privação que afeta todos os âmbitos da vida dos sujeitos. É uma experiência vivenciada com sofrimento pelos entrevistados. Sentem-se humilhados e frustrados porque são tratados como inúteis e improdutivos pela sociedade.

Esse fenômeno ainda é visto como sinônimo de marginalidade, incapacidade, ociosidade espontânea, o que é confirmado a partir das estigmatizações sofridas pelos entrevistados. Com isso, os sujeitos produzem uma subjetividade assujeitada aos juízos e valores alienantes e opressores da sociedade, tomando para si a responsabilidade pelo seu “fracasso”, como se a condição de desempregado estivesse atrelada à sua “incompetência”.

A deriva econômica, para usar a expressão de Cattani (2000), é reconhecida, mas a deriva moral e a social são negadas ou ofuscadas pelo estigma. Por isso, o debate provocado pela pesquisa pode contribuir para ampliar o olhar da sociedade sobre as repercussões do desemprego, reconhecendo não só seus condicionantes econômicos, mas também a diversidade de impactos na vida dos sujeitos. Talvez reduzindo a vergonha, que os vitimiza, seja possível contribuir para reduzir também a resignação ao desemprego e estimular a organização e o enfrentamento coletivo.

Verificaram-se como comuns no conjunto das expressões dos sujeitos, a frustração, a tristeza e o gradual imobilismo. Foram predominantes os sentimentos de humilhação, insegurança, preocupação, desesperança e angústia que se acentuavam à medida que buscaram e não encontraram oportunidades de emprego.

Destaca-se que a questão do gênero não ganhou centralidade neste estudo. No entanto, observou-se a perpetuação dos valores morais e das representações simbólicas e culturais referentes às posições hierárquicas familiares e à reprodução da lógica que naturaliza a divisão sexual do trabalho e a condição do homem como provedor da família, confirmando os estudos de Colbari (1995). O desemprego também potencializa as tensões familiares, afinal, o capitalismo utiliza a família para a sustentação e a disseminação ideológica da valorização moral do trabalho. As mães e os pais desempregados sabem que as preocupações vão além do suprimento das necessidades materiais dos filhos. Eles necessitam de suporte

afetivo que nem sempre pode ser suprido, visto que seus pais estão inseguros e fragilizados na situação de desempregados.

Dentre as principais estratégias utilizadas pelos entrevistados para o enfrentamento do desemprego, destaca-se a realização de atividades informais. Predominam as ocupações precárias e temporárias, que não lhes conferem o estatuto de trabalhador; os desempregados sentem-se indignos e desqualificados por exercerem tais atividades. Estas não são consideradas substitutivas do emprego formal, em função dos direitos que este assegura e pelo prestígio por ele proporcionado.

Além das atividades informais, alguns entrevistados contam com o auxílio de familiares, amigos e vizinhos, que constituem as redes de apoio social. São relações permeadas de contradições, em que a família e os amigos exercem o papel de apoio financeiro e afetivo, mas também desempenham o papel de controle. Tais redes fornecem subsídios materiais e são importantes como suporte emocional. A ajuda de familiares e amigos pode fortalecer os vínculos de solidariedade, mas pode também provocar a sensação de dependência, o que faz com que o desempregado se sinta um peso para as pessoas com as quais convive.

Dentre os entrevistados, há quem assuma uma postura de resignação diante do desemprego e acredite que, através do plano transcendental, encontre forças para enfrentá-lo. Ou seja, através da fé, da religiosidade ou do pensamento positivo, as conseqüências do desemprego, em suas vidas, poderiam ser atenuadas. Tal postura, ao mesmo tempo em que expressa um modo de resistir às dificuldades decorrentes do desemprego, revela conformismo diante do fenômeno, que passa a ser naturalizado e a ser visto como uma fatalidade. Porém, mesmo que de forma tênue, existem contrapontos, como revelou uma entrevistada: “eu acho que deveria ter um panelaço, alguma reivindicação dos desempregados para exigir oportunidade de emprego”[75].

Os sujeitos entrevistados não vêem perspectivas concretas de superação do desemprego, muitos acreditam que a solução são os investimentos em qualificação profissional. Mesmo tendo uma visão idealista diante dos entraves concretos, eles precisam acreditar numa saída. Em que pese todo esse conjunto de adversidades reais, o emprego estável, por tempo indeterminado e com a carteira de trabalho

[75] (E14; F; 25 anos; Médio Completo; 1 ano).

assinada, mesmo não tendo possibilidade concreta de ser alcançado, é o principal sonho dos entrevistados.

Reiterando o que foi pontuado no início dessa produção, referir-se ao trabalho e ao universo que ele representa é algo inesgotável, pois pensar em trabalho é pensar nas relações sociais que se estabelecem e se organizam a partir dele, é pensar nas possibilidades e nas identificações que ele permite, nos sentimentos por ele despertados. Através do trabalho, as pessoas produzem, expressam o seu modo de ser, modificam-se, cooperam, estabelecem relações. Contudo, em uma sociedade em que o trabalho assalariado é exaltado, o desemprego estrutural é a sua principal contradição e desafia aqueles que pretendem contribuir para a ampliação de espaços inclusivos a buscarem alternativas de superação.

É necessário reconhecer que essas iniciativas deverão pautar-se por outras lógicas, pois a reestruturação produtiva impõe limites à ampliação do emprego formal nos moldes tradicionais. É preciso a invenção de novas alternativas ou a criação de estratégias que articulem experiências como as cooperativas autogeridas, a economia solidária e mesmo algumas alternativas de trabalho informal, aprimorando-as, talvez pela viabilização de acessos a direitos sociais e trabalhistas e pelo estímulo à organização desses trabalhadores.

Sem dúvida, ainda muitos estudos precisam ser realizados sobre alternativas de trabalho e renda, para que o debate com a sociedade possa também oportunizar que o imaginário social da população trabalhadora as apreenda de outro modo, propiciando uma ressignificação, valorizando quem delas se utiliza. Diante de um mundo instável, é preciso enfrentar a instabilidade e buscar alternativas para torná-la menos penosa.

Constata-se que a representação dos desempregados a respeito de si mesmos é a de seres descartados, supérfluos, incapazes. Isso está profundamente ligado às concepções sociais acerca do trabalho. Logo, para mudar a lógica de pensar o desemprego, é preciso repensar o trabalho, pois a tendência é o capital prescindir de trabalhadores, aumentando ainda mais os empregos flexibilizados. Diante disso, é preciso pensar, a partir de uma construção coletiva, em alternativas que sejam valorizadas.

Novos modos de sociabilidade precisam ser reinventados para que o trabalho informal e outras formas alternativas de geração de trabalho e renda possam ser constitutivos de identidades e subjetividades mais livres e emancipatórias, em que

outras possibilidades de ser e existir sejam possíveis. Então, alguns questionamentos emergem: o que fazer e como fazer para que o trabalho informal se torne menos precário? Como humanizar esse trabalho para que ele não seja sinônimo de degradação, aviltamento, para que ele não cause apenas impactos negativos na auto-estima de quem o realiza?

Com isso, não está sendo idealizado o trabalho informal, pois ele não rompe com o capitalismo, ele também explora. Não está sendo questionado o trabalho, quanto a sua centralidade, como elemento ontológico e constitutivo do homem e da sociedade. O trabalho continua central, porém os empregos, nos moldes da era industrial, não. Portanto, a proposta não é a conformidade à precarização do trabalho e ao desemprego estrutural. Mas negar a sua existência e crescimento não produz resultados, é preciso resistir para superar, e esta pesquisa pode contribuir para dar visibilidade às contradições e auxiliar nas reflexões sobre novas formas de resistência.

Outra alternativa que poderia ser pensada é a distribuição social do emprego, em que cada trabalhador empregado, com mais de um vínculo empregatício, passasse a ter apenas um, tendo em vista o acesso ao trabalho para mais pessoas. São questões polêmicas que merecem ser discutidas, avaliadas e amadurecidas, por isso a importância de desenvolver estudos e pesquisas que analisem a sua viabilidade. Outra possibilidade a ser analisada é a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e de direitos trabalhistas. Mas até que ponto isso poderia se concretizar, diante de uma classe trabalhadora vulnerabilizada para pressionar Estado e empresários, é outra questão que a história futura demonstrará a viabilidade. O presente estudo atinge seus objetivos e lança luzes à temática de modo que novas pesquisas possam pôr essas questões em debate, contribuindo com idéias e propostas de enfrentamento ao desemprego.

REFERÊNCIAS

A agenda. Direção: Laurent Cantet. Interpretes: Aurelien Recoing; Karin Viard; e outros. França: Columbia Pictures, 2002.

ABREU, P. B; PRATES, J. C. et al. **Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua adultos em Porto Alegre**. 2000. Relatório de Pesquisa - UFRGS/PUCRS/HCPA/FASC, Porto Alegre, 2000.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

ALBUQUERQUE, P. P. Reengenharia. In: CATTANI, A. D. (org.) **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed**.** Petrópolis: Vozes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 263 - 268.

ALMEIDA, M. H. T. Um certo olhar sobre o desemprego na cidade do Rio de Janeiro. In: FREIRE, L. M. B; FREIRE, S. M.; CASTRO, A. T. B. (Org.). **Serviço social, política social e trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 218 - 236.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo**:** Boitempo, 2002.

ANTUNES, R. **Adeus trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

AZEVEDO, M. C. Operário em Destruição. In: A'ANGELO, A. L. (Org.). **Histórias de trabalho**. Porto Alegre: Unidade, 1995, pág. 84 - 86.

BANDEIRA, M. **Testamento de Pasárgada**: antologia poética. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2003.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2002.

BARÁIBAR, X. Articulación de lo diverso; lecturas sobre la exclusión social y sus desafios para el trabajo social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 59, ano XX, São Paulo: Cortez, p. 80 – 101. mar. 1999.

BARBARA, M. M. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília: Conselho Federal de Psicologia, v. 19, n. 1, p. 30 - 49, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/partes/doencas_trabalho1.pdf> Acesso em: 10 nov. 2006.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A., 1987.

BUARQUE DE HOLANDA, C. **Pedro Pedreiro**. 1965. Disponível em: <http://chico_buarque.letras.terra.com.br/letras/45160/>. Acesso em: 05 jan. 2006.

BUARQUE DE HOLANDA, C. **Cotidiano**. 1971. Disponível em: <http://chico_buarque.letras.terra.com.br/letras/82001/>. Acesso em: 12 set. 2006.

BULLA, L. C. Relações Sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro. **Revista virtual Textos e Contextos**. n. 2, ano II, Porto Alegre, dez. 2003. Disponível em: <http://www.pucrs.br/textos/anteriores/ano2/relacoes_sociais.pdf> Acesso em: 06 mar. 2006.

BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CARDOSO, G. R. **Estou desempregado, não desesperado:** a vivência do desemprego para trabalhadores desempregados freqüentadores do SINE da cidade de Florianópolis**.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, UFSC, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0130.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2007.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. As transformações da Questão Social. In: WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000. p. 235 - 272.

CATANI, A. M., **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CATTANI, A. D. Taylorismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed**.** Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 309 - 311.

CATTANI, A. D. **Trabalho & autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, M. Comentários. **Subjetividades contemporâneas**: conferências e jornada interna, n. 1, ano I, São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, p. 18 - 25, 1997.

COLBARI, A. **Ética do trabalho**: a vida familiar na construção da identidade profissional. São Paulo: Letras, 1995.

CORREIO BRAZILIENSE. Chance de crescer rápido. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 abr. 2006. Empregos e Oportunidades. p. 02.

COUTINHO, M. C.; JACQUES, M. G. C. Uma contribuição da psicologia para a análise das implicações do desemprego. **Psico**, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 35, n. 2, p. 161 - 167, jul./dez. 2004.

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. p. 21 - 32.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DIEESE. **Informe PED**. Ano 14, Porto Alegre: FEE , p. 1-32. jan. 2006.

DRUCK, G. Qualificação, empregabilidade e competência: mitos versus realidade. In: GOMES, A. **O trabalho no século XXI:** considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: A. Garibaldi; Bahia: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001. p. 81 - 90.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, T.G. (Org.). **Modos de trabalhar, modos de subjetivar**: tempos de reestruturação produtiva. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 70 - 92.

GABRIEL-O PENSADOR. **A dança do desempregado**. 1997. Disponível em: <http://gabriel-pensador.letras.terra.com.br/letras/71743/>. Acesso em: 12 set. 2006.

GALEAZZI, I. Precarização do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2002_a. p. 242 - 247.

GALEAZZI, I. Desemprego. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2002_b. p. 67 - 72.

GONZÁLEZ REY, F. L. A psicologia soviética: Vigotsky, Rubinstein e as tendências que caracterizaram até o fim dos anos 1980. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.). **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. p. 349 - 369.

GOULART, P. M. **O movimento dos trabalhadores desempregados - MTD e suas estratégias contra o desemprego**: uma abordagem psicossocial. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, PUCRS, Porto Alegre, 2001.

GROS, D.B. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da nova república**. Porto Alegre: FEE, 2003.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica**: como prática de libertação. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HOLANDA, M. N. A. B. de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 69, ano: XXIII, São Paulo: Cortez, p. 05 - 29, mar. 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. **Cadernos de capacitação em serviço social e política social**. Módulo 1**:** Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 2000. p. 111 - 128.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.shtm> Acesso em: 16 ago. 2006.

JACQUES, M. G. Identidade e Trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 161 - 165.

JACQUES, M. G. C. **Trabalho, educação e construção da identidade.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 1993.

KOIKE, M. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. **Cadernos de capacitação em serviço social e política social**. Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social . Brasília: CEAD, 2000. p. 101 - 118.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 2002_a.

LANE, S. T. M. A Dialética da Subjetividade V*ersus* Objetividade. In: FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. L. (Orgs.). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 11 - 17.

LARANGEIRA, S. Fordismo e Pós-Fordismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 123 - 133.

LESSA, S. O processo de produção / reprodução social: trabalho e sociabilidade. **Cadernos de capacitação em serviço social e política social**. Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social . Brasília: CEAD, 2000. p. 19 - 33.

LIEDKE, E.R. Trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 341 - 346.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTÍNEZ REGUERA, E. **Crianças de ninguém, crianças de rua**: psicologia da infância. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **O capital**. 13. ed. Livro 1, v. I e v. II. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado:** como foram destruídos mais de 3 milhões de desempregados nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu, 1999.

MENDES, J. M.R.; SILVEIRA, S.S. Moradores de rua: saúde e trabalho. In:; BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). **As Múltiplas Formas de Exclusão Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 191 - 215.

MENELEU NETO, J. Desemprego e luta de classes; as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, J. S.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75 - 108.

MERLO, A. R.C. Transformações no mundo do trabalho e a saúde. In: JERUSALINSKY, A.; MERLO, Á. C.; GIONGO, A. L. (Orgs.). **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo.** Porto Alegre: Ed. Artes e Ofícios, 2000. p. 271 - 278.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO; São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORAIS, M. Subjectividade e subjectivismo (verbetes). In: LOGOS. **Enciclopédia luso-brasileira de filosofia**. São Paulo: Ed. Verbo, 1992.

MOTA, A. E. Políticas sociais setoriais e por segmento: trabalho. **Cadernos de capacitação em serviço social e política social**. Módulo 3: Política Social. Brasília: CEAD, 2000. p. 165 - 181.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NARDI, H.; TITTONI, J.; BERNARDES, J.S. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário Crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 302 - 308.

OLIVEIRA, P. A. Trabalho Prescrito e Trabalho Real. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 350 - 353.

OHLWEILER, O. A. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PASTORINI, A. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, S. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.

PAUGAM, S. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. Serviço Social e Sociedade**, n. 60, ano XX, São Paulo: Cortez, p. 41 - 59, jul. 1999.

POCHMANN, M. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: GOMES, A. (Org.). **O trabalho no século XXI**: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: A. Garibaldi; Bahia: Sindicato dos bancários da Bahia, 2001. p. 35 - 46.

PRATES, J. C. O planejamento da pesquisa. **Temporalis**, n. 7. Porto Alegre: ABEPSS, p. 123 - 143, jan./jun. 2003_a.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2003_b.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo**: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Unijuí, 2005.

REIS, C. N. Exclusão Social: a multidimensionalidade de uma definição. In: MENDES, J. M.R.; DESAULNIERS, J. B. R. (Orgs.). **Textos e Contextos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 123 - 140, 2002.

REIS, C. N.; PRATES, J. C.; MENDES, J. M. R. **A realidade do morador de rua de Porto Alegre**. 1996. Relatório de Pesquisa - Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 1996.

RUDUIT, S. Terceirização / Subcontratação. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 335 - 341.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. 12. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2003.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAWAIA, B. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 97 - 118.

SCHERER, E. **Baixas nas carteiras**: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: EDUA, 2005.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

SERRA, R. Enfrentamento do desemprego/subemprego - alternativas de trabalho/renda na atual conjuntura brasileira. In: FREIRE, L. M. B.; FREIRE, S. M.; CASTRO, A. T. B. (Orgs.). **Serviço Social, política social e trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 202 - 217.

SPOSATI, A. Globalização da economia e processos de exclusão social. **Cadernos de capacitação em serviço social e política social**, Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 2000. p. 59 - 76.

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

Tempos modernos. Direção: Charles Chaplin. Interpretes: Charles Chaplin; Paulette Goddard; Henry Bergman; e outros. EUA: Continental, 1936.

TITÃS. **Comida**. 1987. Disponível em: <http://titas.letras.terra.com.br/letras/91453/> Acesso em 12 set. 2006.

TITTONI, J. **Subjetividade e trabalho**. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, L. M. S. **As características da vivência das pessoas que se encontram desempregadas em Florianópolis – SC**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, UFSC, Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0082.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2007.

VONO, M. Dicas de especialistas: na faculdade/depois de formado. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 fev. 2007. Empregos e Oportunidades, p. 01.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p. 16 - 26.

WICKERT, L. F. **Desemprego e juventude**: jovens em busca do primeiro emprego. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

XAVIER-SOBRINHO, G. G. de F. Modelo Japonês. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 190 - 194.

ZERO HORA. Anúncio. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jul. 2006. Empregos e Oportunidades, p. 06.

ZOLA, E. **Germinal**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1972.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido

Eu, Cláudia Valéria Emanuelli Magalhães, psicóloga, mestranda do programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, estou realizando uma pesquisa sobre o enfrentamento do desemprego, sob a orientação da professora e assistente social: Jane Cruz Prates. O objetivo desse estudo é desvendar como os trabalhadores desempregados enfrentam o desemprego em Porto Alegre, a fim de contribuir para a busca de alternativas para o fortalecimento dos sujeitos que vivenciam essa situação.

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa, através de uma entrevista, a qual poderá ser gravada para facilitar o meu trabalho de coleta das informações, cuja transcrição você tem o direito de ter acesso, se desejar. A sua participação é totalmente voluntária e, caso você decida não participar ou queira desistir durante a entrevista, poderá fazê-lo.

Você não terá benefícios diretos participando desse trabalho, mas estará contribuindo para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios, de uma maneira geral, à sociedade, visto que, dando visibilidade ao desemprego e às suas conseqüências, poderão ser subsidiadas políticas e novas formas de resistência em relação a esse fenômeno.

É importante ressaltar que os resultados dessa pesquisa poderão ser publicados em forma de artigo, relatório ou livro, mas sua identidade será preservada, pois será mantido absoluto sigilo de informações que possam identificá-lo (a).

Coloco-me à disposição, em caso de dúvida ou se desejar obter mais informações a respeito da pesquisa, através do telefone: (51) 9661-4699, ou pelo e-mail: claudiavmagalhaes@ibest.com.br. Se preferir, poderá telefonar para o Comitê de Ética da PUC/RS: (51) 3320-3545.

Consentimento:

Eu,_____,
concordo em fornecer informações solicitadas, através de entrevista, para a pesquisa acima mencionada. A pesquisadora me informou o caráter voluntário da entrevista, o direito de negar o meu consentimento e o direito ao tratamento sigiloso das informações que irei responder. Eu entendi que me será fornecida uma cópia assinada deste termo. Concordo, livremente em participar dessa pesquisa.

Data:

Assinatura do (a) entrevistado (a):

Assinatura da pesquisadora mestranda:

APÊNDICE B - Instrumento da Pesquisa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Pesquisa: O enfrentamento do desemprego: experiências e vivências de trabalhadores desempregados em Porto Alegre
Pesquisadora - orientadora: Profª. Drª. Jane Cruz Prates
Pesquisadora mestranda: Cláudia Valéria Emanuelli Magalhães
Data da entrevista:
Nome do entrevistado (a):
Idade:
Escolaridade:
Formação Profissional:
Experiências profissionais:
Locais que já procurou emprego:
Tempo de desemprego:
Tipo de emprego que procura:

Roteiro Norteador da Entrevista:

1) Qual o significado do trabalho para você?

2) E qual o significado do desemprego?

3) Fale sobre as experiências/vivências mais significativas de emprego e desemprego na sua vida?

4) Como você se sente na condição de desempregado?

5) Como você vê os efeitos do desemprego?

6) Você acha que o desemprego afetou a sua auto-estima?

7) Na sua percepção, como os outros (amigos, familiares, vizinhos) o vêem na condição de desempregado?

8) O que mudou na sua vida após ficar desempregado?

9) Quais as dificuldades que tem encontrado na busca por emprego?

10) Na sua opinião, quais as causas do desemprego?

11) O que pensa a respeito das (novas) exigências do mercado de trabalho?

12) Como você lida com tais exigências?

13) Em termos de possibilidades de futuro na área profissional, quais suas expectativas em relação a ele?

14) Quais as alternativas/estratégias que tem utilizado para se manter/sustentar (material e emocionalmente)?

APÊNDICE C - Mapa de Organização dos Dados - Dimensão: significado do trabalho

MAPA DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS
DIMENSÃO → SIGNIFICADO DO TRABALHO

Expressão dos Entrevistados
Entrevistado 01 Poder pagar as contas, poder começar tudo de novo [...]. Não adianta, em casa a gente se estressa. Eu tenho um nenê que vai fazer um ano e eu preciso comprar as coisas para ele, é leite, conta para pagar, é água, luz, telefone, é comida, é tudo. É importante sair de casa, no dia-a-dia, se comunicar com outras pessoas (F; 40 anos; Fundamental Completo; 5 meses).
Entrevistado 02 Tem vários, na parte financeira... ficar em casa sem fazer nada, não dá, eu me sinto mal sem trabalhar, sem fazer alguma coisa, ganhar um dinheiro (F; 51 anos; Fundamental Incompleto; 2 meses).
Entrevistado 03 É o meu sustento. Trabalhando, eu tenho condições de alugar uma casa para morar, viver, comer, me vestir, me alimentar, enfim, de sobreviver. Esse é o significado do trabalho: ter sustento, moradia. Assim, a pessoa tem condições de alugar uma casa para ser independente, duas peças, por exemplo, porque morar na rua é brabo, ficar no albergue é ruim (M; 28 anos; Fundamental Incompleto; 1 ano e 6 meses).
Entrevistado 04 O que eu entendo do significado do trabalho para mim é o mesmo que para qualquer cidadão, é ajudar a construir um país e ter dignidade para sua sobrevivência, poder manter seus compromissos, a sua casa, evoluir sua vida e de sua família (M; 46 anos; Médio Incompleto; 6 meses).
Entrevistado 05 O trabalho é importante para tudo, para a família da gente, para a gente ter um nível melhor, para se sentir bem. A pessoa se sente até humilhada se não tem emprego. Sem emprego, o que eu vou fazer da vida? Ter que depender da minha mãe, do meu pai, então a gente se sente até um ser humano bem rebaixado. Eu estou bem assim, me sentindo rebaixado, sem emprego, sem nada. Se não é fazer esses "biquinhos" no centro, eu não sei como é que eu vou fazer. A minha ex-mulher trabalha de faxina, e ela consegue serviço, eu não consigo, eu estou tentando fazer ficha, fazer isso, fazer aquilo e não adianta. Eu já tenho o problema [...] da idade [...], de 40 para cima está difícil de conseguir emprego, saiu até no jornal. Eu tenho mais de 40, tenho filhos [...]. Já faz mais de 8 meses que eu vou ao SINE e não consigo nada, só preencho papel (M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).
Entrevistado 06 Eu acho que o trabalho dignifica a pessoa. O trabalho é fundamental para o ser humano. Sem o trabalho, a pessoa não tem como comprar as coisas. O mínimo que o ser humano precisa é uma quantia qualquer para que ele possa sobreviver no dia-a-dia. Sem trabalho, a pessoa não é nada. Atualmente, sem trabalho, a pessoa é marginalizada, ela é descartada [...]. Então, o trabalho é uma coisa importante porque a pessoa muda, produz alguma coisa (F; 48 anos; Médio Completo; 10 anos).

Entrevistado 07
Eu acho que é de dignificação do homem, de ter um trabalho para trabalhar e ter no final do mês um rendimento fruto do trabalho para a gente cumprir os compromissos da gente: água, luz, telefone, subsistência. Eu acho que, sem trabalho, ninguém é nada. A gente tem que trabalhar. Se não trabalhar, como é que vai ser? (M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

Entrevistado 08
O trabalho para mim, para o ser humano é fundamental para a subsistência, para a sociedade. Eu acho que o cidadão, uma pessoa que trabalha constrói um país. Acho que o trabalho é fundamental para qualquer ser humano, para a subsistência de uma família (M; 53 anos; Médio Completo; 6 meses).

Entrevistado 09
Trabalho é valorização, a pessoa se sente valorizada, completa. É muito importante, além do dinheiro, a satisfação pessoal, a auto-estima, é importante dentro da sociedade. Eu acho importante não só pelo fato de chegar no fim do mês e ter o teu dinheiro, isso é óbvio que é importante, mas para a tua realização pessoal é ótimo, ainda mais quando tu investiu um tempão, te dedicou para alguma coisa [...]. Aí, quando tu sai, tu não consegue emprego no mercado porque tu não tem experiência. Isso acontece com os meus amigos que se formaram em administração, na faculdade, há um ano ou dois, e até agora não conseguiram se encaixar. É o que acontece, a gente não tem experiência, e o mercado está muito competitivo, está horrível de conseguir uma colocação no mercado (M; 29 anos; Médio Completo; 6 meses).

Entrevistado 10
O trabalho é uma necessidade, para poder pagar tuas contas, para viver. Sem trabalho, tu não vive. Tem o aspecto social. Eu sou sozinho, desde os 13 anos de idade, eu toco o barco sozinho, os meus pais são separados, então eu trabalho. Eu tenho que trabalhar para comer, pagar as contas, vestir, para tudo (M; 25 anos; Médio Incompleto; 2 meses).

Entrevistado 11
É uma questão de sobrevivência, tem que ter dinheiro para sobreviver, resumindo tudo, é isso (F; 24 anos; Médio Incompleto; 1 ano).

Entrevistado 12
Ele é muito importante porque traz os benefícios para a gente, que é o dinheiro, o valor pessoal. A pessoa digna tem que trabalhar, independente da idade. Eu comecei com 17 anos. Para mim, ele é o fundamento de tudo, o trabalho seja qual for (F; 29 anos; Médio Incompleto; 8 meses).

Entrevistado 13
Para mim significa muito trabalhar porque eu me torno uma pessoa independente e, como eu tenho um filho, tenho família, então significa bastante porque eu vou estar me sentindo melhor trabalhando, não dependendo dos outros. Vou ter meu próprio dinheiro, fazer o que eu quiser com o meu dinheiro, vou voltar a ter a minha vida, vou pensar no futuro (M; 26 anos; Fundamental Completo; 6 meses).

Entrevistado 14
Trabalho é bem-estar pessoal, é se sentir bem, é se sentir útil. Tu pode ter mais experiência, tem a questão econômica também. Tem que trabalhar, tem que ter um emprego para ter uma vida melhor (F; 25 anos; Médio Completo; 1

ano).

Entrevistado 15

Bom [...] o trabalho é tudo. Se tu não trabalha, tu não é ninguém, tu não tem nada, tu não consegue nada. Trabalhando, tu consegue tudo (F; 33 anos; Fundamental Incompleto; 3 meses).

Entrevistado 16

O trabalho é importante pela conseqüência que possui, a gente tem que usufruir algum direito, poder ganhar algum dinheiro porque, senão, como é que a gente vai ter condições de se alimentar, de conviver com as pessoas, de ser alguém? (M; 64 anos; Fundamental Completo; 2 anos).

Entrevistado 17

O trabalho é o meio de sustento da pessoa, possibilita que ela cresça profissionalmente e como pessoa. Para mim, o trabalho representa praticamente tudo. Sem o trabalho, tu não tem meios de sobreviver, meios de melhorar profissionalmente (M; 33 anos; Superior Completo; 6 meses).

Entrevistado 18

O trabalho é a dignidade da pessoa. Eu sinto que tiraram a minha dignidade, então como é que eu vou viver, sair na rua? Uma pessoa, quando está desempregada, ela não tem nada, ela está acabada. A minha vida toda eu estudei, eu investi, eu fiz coisas e hoje eu não tenho dignidade. A hora que você tira o trabalho da vida de uma pessoa, ela não tem mais nada [...]. Eu me sinto sem perna, aleijada nessa busca. Moralmente, eu estou aleijada, eu estou sem dignidade de ser humano, para poder buscar, na vida, alguma coisa decente, de maneira honesta, e isso acaba com a vida de uma pessoa. Chega uma hora que você passa a entender porque acontece a violência ali na rua.

Na minha vida e na vida das pessoas, eu acho que o trabalho é tudo. O trabalho dignifica, ele oportuniza, ele coloca as pessoas num patamar de igualdade [...] na busca de oportunidades, pois não adianta você ter oportunidades, se você não tem acesso a elas. Então, trabalhar é ter dinheiro, é ter acesso às coisas e até a outros trabalhos. Se você está trabalhando, você tem oportunidade de conseguir um outro, mas se você está totalmente fora, para entrar no mercado de trabalho, é complicado. Então, sem o trabalho, sem o emprego, o sujeito está excluído, fora do contexto (F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Entrevistado 19

Produção humana, mental, valorização humana. O trabalho forçado é agressivo, mas o que tu gosta, tu te realiza, te sente capaz, tu te sente uma pessoa que dá retorno à sociedade. Mesmo que uma pessoa diga que não gosta de trabalhar, isso não é verdade, porque ela vai sentir falta do trabalho e do que ele proporciona (F; 47 anos; Superior Completo; 2 anos).

Entrevistado 20

Eu acho que o trabalho é algo muito amplo. Na verdade, eu acho que é tu ter capacidade de adquirir alguma coisa, gerar renda, te auto-sustentar e também produzir alguma coisa, o mais importante é isso. Depois vem a remuneração, a realização profissional e outras coisas (M; 43 anos; Superior Completo; 2 anos).

APÊNDICE D - Mapa de Organização dos Dados - Dimensão: significado do desemprego

MAPA DE ORGANIZAÇÃO DOS DADOS
DIMENSÃO → SIGNIFICADO DO DESEMPREGO

Expressão dos Entrevistados
Entrevistado 01 O desemprego é xarope, é chato, é ruim ter que bater de porta em porta atrás de emprego. Hoje, eu estava em uma fila enorme, vários candidatos para uma vaga, tem gente que dormiu na fila. Hoje de manhã, eu fui lá e não tinha mais ficha. E aí, o que a gente vai fazer? É horrível o desemprego (F; 40 anos; Fundamental Completo; 5 meses).
Entrevistado 02 Eu me sinto muito insegura em relação a tudo. Sem fazer nada, eu sinto um vazio (F; 51 anos; Fundamental Incompleto; 2 meses).
Entrevistado 03 O significado? Tem vários significados, primeiramente é a fome. Trabalhando, tu tem onde almoçar, onde comer. Na rua, às vezes, tu come, às vezes, não [...]. É estar passando trabalho, dificuldade (M; 28 anos; Fundamental Incompleto; 1 ano e 6 meses).
Entrevistado 04 O significado do desemprego para mim vem a ser um pouco depressivo, essa seria a palavra correta. Eu analiso assim. Faz alguns meses que eu estou desempregado, e ainda restam umas finanças que dá para ir levando por algum tempo. Quando eu chego ao SINE, na casa do trabalhador, eu vejo que o desemprego passa a ser cruel. Isso denigre as pessoas, humilha as pessoas, a gente percebe que as pessoas não vivem aquela mesma realidade que poderiam viver se estivessem empregadas (M; 46 anos; Médio Incompleto; 6 meses).
Entrevistado 05 O desemprego para mim é a coisa mais triste que tem porque tu não tem como sobreviver, eu me sinto humilhado. Eu casei de novo, eu chego em casa e a minha mulher trabalha, ela faz umas faxininhas, ela leva alguma coisa para dentro de casa, tenta me acalmar, mas eu já chego atacado, em casa, porque eu não consigo nada. Eu quero pegar um serviço de carteira assinada que eu possa trabalhar e ganhar aquele dinheiro, que não precise ficar correndo da SMIC. A gente que não tem licença da SMIC, se tu está em um lugar, eles chegam e tomam toda a mercadoria da gente. Na semana passada, eu perdi tudo, perdi toda a mercadoria e todo o dinheiro que eu tinha investido ali. Aí eu tive que ir embora para casa, para conseguir mais um dinheiro emprestado com o meu pai, para eu continuar de novo. Então, o desemprego é a pior coisa que tem, a pessoa não tem serviço, não tem nada. Se eu tenho um serviço de carteira assinada, eu tenho aquele dinheirinho certo, pode ser até um salário mínimo, mas aquilo é certo que eu vou ganhar. Isso te dá mais segurança porque, na rua, tu não tem segurança. Na rua, de repente, tu tem que brigar por um lugar, tu não pode ficar em certos lugares, tu compra as coisas para vender, mas tem que ficar correndo igual a um ladrão, atropelando os outros para fugir da fiscalização (M; 43 anos; Fundamental Incompleto; 8 meses).
Entrevistado 06 O desemprego é terrível porque a pessoa procura, procura, procura e sempre existe uma barreira. É terrível porque vai passando anos, e a pessoa vai ficando,

cada vez mais, achatada, cada vez mais. É uma pena, o desemprego é terrível, mas o que a gente vai fazer? A gente está entre o desemprego e o emprego. A pessoa tem que procurar alguma coisa, ano após ano, não importa se a idade avança, o que importa é o conteúdo que a pessoa tem, se a pessoa é inteligente, tem um segundo grau completo, tem um diploma a oferecer. A idade é o de menos, o que importa é se ela tem produtividade. Se ela pode mostrar produtividade no trabalho, a idade é o que menos importa, quanto mais experiência, melhor (F; 48 anos; Médio Completo; 10 anos).

Entrevistado 07

É a pior coisa que tem o desemprego. Chega no final do mês, tu não tem condições de cumprir as coisas. (Pausa, o entrevistado ficou bastante emocionado, chorou, foi necessário interromper a entrevista)

É difícil, é uma situação difícil... a pessoa, às vezes, tira uma faculdade, pensa que vai conseguir emprego e não consegue nada. Tem gente que tem experiência, mas não consegue nada, está difícil, está muito difícil. Essa parte da informatização tirou o emprego de muita gente, na minha parte de banco, por exemplo, nós tínhamos centenas de bancos no Brasil, eu trabalhava em banco privado e hoje não tem mais banco, tem 7, 8, 9, 10 bancos. Um foi comprando outro, e os empregos foram diminuindo, a informática praticamente tirou tudo. Hoje a pessoa abre uma conta em banco, tira empréstimo em banco, tira extrato, tira talão de cheque, sem conhecer uma pessoa dentro do banco, tudo pela parte da informática, no computador. Chega no terminal, tira tudo por telefone, abre conta. Então, aquele tratamento pessoal que tinha não tem mais [...], quantos milhares de emprego foram suprimidos. Então é difícil, porque foram diminuindo os empregos, diminuindo, diminuindo, diminuindo e tem que partir para outra área. Até pela minha idade, 48 anos, o banco não admite mais pessoas com a minha idade e a gente está em plena atividade para trabalhar, 48, 47, 46 anos. Às vezes, eles querem pegar gente de 20, 22, 23 anos, mas é gente que não tem experiência, são crus naquilo que fazem, e a gente já tem experiência, mas o que vamos fazer? (M; 48 anos; Médio Completo; 2 anos).

Entrevistado 08

O desemprego para mim, atualmente, é um fenômeno que acontece de uns 20 anos para cá, de uns 10, 15 anos para cá. O desemprego é um fenômeno que afeta não só o Brasil, mas o mundo todo. O desemprego é uma conseqüência [...] é preocupante, é uma catástrofe, um horror (M; 53 anos; Médio Completo; 6 meses).

Entrevistado 09

O desemprego é ruim, é algo muito chato. A pessoa começa a cair nesse poço sem fundo e começa a entrar em depressão, fica sempre sem dinheiro, não consegue emprego. A pessoa corre atrás, corre atrás e se sente desvalorizada (M; 29 anos; Médio Completo; 6 meses).

Entrevistado 10

É um fantasma na tua vida. No momento que tu perde um serviço, tu não sabe o que vai fazer, fica correndo atrás. Eu ainda tenho um certo conhecimento aqui do centro, que me dá possibilidade de trabalhar de noite e de dia, tirar folga de um, de outro, mas é terrível saber que tu tem que viver e depende disso. Eu quero um trabalho fixo, é importante por causa dos benefícios que tu tem. Se tu sai, tem aquele monte de benefício que tu recebe do governo, da firma (M; 25 anos; Médio Incompleto; 2 meses).

Entrevistado 11
Eu estou numa depressão horrível. Para mim, desemprego é depressão, faz 1 ano que eu estou desempregada, eu não tenho apoio dos meus familiares [...] eu nem sei como te explicar (F; 24 anos; Médio Incompleto; 1 ano).

Entrevistado 12
Desespero, nervosismo. É horrível, é horrível, a pessoa não consegue nada, nem passagem de ônibus, o que eu já andei a pé. A pessoa fica totalmente sem rumo, é triste isso (F; 29 anos; Médio Incompleto; 8 meses).

Entrevistado 13
O desemprego para mim eu sei o que é isso porque eu estou passando por isso no momento. Faz 6 meses que eu estou desempregado, eu sei o que é o significado. A pessoa acorda cedo, tem gasto em passagem, vai aos lugares, faz entrevista, aí fica na expectativa de te ligarem, de te darem a resposta e não vem a resposta, então a pessoa fica angustiada. A partir disso, tu procura daqui, procura dali e nunca dá certo. Chega uma hora que a pessoa se apavora, fica até com medo porque vai ficando velho. Se não tem uma profissão, fica ainda mais difícil. Então, o significado do desemprego pra mim é isso aí, é espera (M; 26 anos; Fundamental Completo; 6 meses).

Entrevistado 14
É mal-estar, eu me sinto péssima, eu me sinto inútil, falta as coisas em casa, eu me sinto inútil, triste porque a gente procura e leva não, quer melhorar de vida e não consegue (F; 25 anos; Médio Completo; 1 ano).

Entrevistado 15
[...] se tu trabalha, tu tem dinheiro, se tu não trabalha, tu não tem dinheiro, ninguém te ajuda, ninguém te dá nada; vai às firmas, aos lugares e ninguém te dá oportunidade de nada. Aí fica difícil (F; 33 anos; Fundamental Incompleto; 3 meses).

Entrevistado 16
Desemprego é uma coisa que marca a gente, a gente se sente ruim até para falar com as pessoas. Se tu consegue o emprego, tudo bem, mas, se não consegue, fica marcando passo. Então a gente fica à mercê das pessoas, é o próprio descaminho, a gente fica à mercê da sorte, dependendo das pessoas. A gente vem ao SINE para ver se consegue alguma vaga de emprego e não consegue nada. Então não se usufrui nada, a gente fica só naquela esperança, uma esperança descabida, [...] a gente se sente sem força. [...]. Existe uma esperança, mas a gente fica sem saber se vai conseguir, se não vai, enfim, fica entregue ao destino [...]. A pessoa tem sempre aquela esperança, aquela esperança [...], no fim, fica marginalizada, desiludida [...]. Sinceramente, eu estou desacreditado por causa da idade, por causa dessa fase em que não há empregos, enfim, por não conseguir nada. Não existe, não existe mesmo. O que é que vai se fazer? No fim, a pessoa vai se aterrando cada vez mais (M; 64 anos; Fundamental Completo; 2 anos).

Entrevistado 17
Desemprego é a luta para conseguir o trabalho, ainda mais em um país que, cada vez, os índices são maiores. Por isso é que se busca capacitação [...] por exemplo, na minha área colocam coisas a mais do curso superior, uma especialização, uma pós. Como tem muita procura, para conseguir pegar os que têm mais capacitação, cada vez mais tem que se capacitar mais para entrar no mercado [...] desemprego é busca (M; 33 anos; Superior Completo; 6 meses).

Entrevistado 18
O desemprego é o fim, ele rouba a dignidade do homem e aí não sobra mais nada, vem a depressão, o desânimo, o desespero, acho que nessa ordem. Culmina na violência e nos problemas que a gente vê aí fora, que são reflexos disso, da falta de emprego. É o caos moral e psicológico para o cidadão e é o caos social com a violência, é o fim. Se não tiver oportunidade para todo mundo, dificilmente essa estrutura social vai conseguir se manter, e eu vejo isso a médio prazo, o que é assustador para raça humana (F; 49 anos; Superior Completo; 6 anos).

Entrevistado 19
Anulação do indivíduo em relação à sociedade, tu te sente uma "ameba", uma pessoa inútil, tu bate em uma porta, bate em outra e nada se abre (F; 47 anos; Superior Completo; 2 anos).

Entrevistado 20
O inferno existe, existe o desemprego. A gente, no início, sempre acha que é a gente, porque é tu que tem dificuldade, tu está te mostrando de uma maneira errada, ou de uma maneira agressiva ou de uma maneira apática. Então, a toda a tua atitude sempre tem resposta do sistema ou de alguém que tem posto de liderança, para dizer que tu está errado, mas, na verdade, não é. O que existe é o crescimento populacional gigantesco e um crescimento econômico que não pode absorver tudo isso. Durante anos, foi vendido que tu tinha que estudar, que tu tinha que estudar, que tu tinha que estudar ... e, hoje, a dificuldade de absorver as pessoas que estudaram é muito grande. E, aí, o que fazer com essa gente? Eu acho que o desempregado é quase marginalizado, a pessoa é excluída de grupos e, automaticamente, tu vai te excluindo (M; 43 anos; Superior Completo; 2 anos).

ANEXOS

ANEXO A – Operário em Destruição

Operário em Destruição

(Marcel Citro de Azevedo)

Nairo Osvaldino Jesus da Silva abriu a marmita e suspirou resignado. Moveu lentamente o garfo, levando o feijão frio à boca. Era sexta-feira, primeiro de junho, dia de pagamento. Sentado junto ao barracão de ferramentas, Nairo engolia sem mastigar, calculando quanto receberia. Os algarismos embaralhavam-se em sua cabeça. Cruzeiro, cruzado, real, tira zero, bota zero, divide por dois mil setecentos e cinqüenta... Quem entende essa merda toda? Tinha prometido uma bola de aniversário para o filho mais velho, desta vez algo tinha que sobrar.

Olhou a construção a sua frente. Sacadas de mármore, revestimento de granito. Tinha dado um trabalhão, mas valera a pena. Não se lembrava, nesses anos todos, de ter participado de uma obra tão fina.

Engoliu a última batata e puxou um cigarro. Esticou o olhar e enxergou o encarregado descendo da F-1000. O canteiro inteiro pareceu acordar. De todos os lados, apareceram homens malbarbeados e sujos, palitos nos dentes, expressões marcadas pela ansiedade. Formaram um semicírculo ao redor do recém-chegado que iniciou a chamada.

À medida que escutavam os nomes, os operários saltavam à frente e apanhavam o envelope que era imediatamente rasgado e atirado ao solo. Mãos ávidas manuseavam as cédulas, a ansiedade pouco a pouco era substituída pela frustração.

Nairo foi um dos últimos a receber o envelope. Abriu devagar, segurando as notas com cuidado. Conferiu a estampa, os algarismos, as assinaturas. Por fim iniciou a contagem, os olhos atentos.

Contou uma vez, atirou o cigarro ao chão e tornou a contar. Devia haver um engano. Recolocou o dinheiro dentro do envelope e aproximou-se do encarregado que dava as últimas instruções:

- Segunda-feira vamos terminar a pintura do salão de festas e limpara as lareiras das coberturas. Precisamos entregar o prédio dia quinze, não quero ver ninguém chegando atrasado...

Nairo postou-se bem a sua frente, mas não teve tempo de reclamar. Ele puxou-o a um canto e foi direto.

- A partir de agora, o homem vai precisar de menos gente, vou ter que te dispensar.

Nairo ficou imóvel, como que absorvendo o choque. As palavras saíram de sua boca sem perceber:

- Mas por que logo eu? Trabalho há mais de dois anos contigo.

- Tu sabe como é, mudou o engenheiro. O homem falou pra só manter aqueles que não matassem serviço. Tu perdeu a terça-feira inteira, o que eu vou dizer para ele?

Claro, a terça. Como pôde esquecer? O caçula doente, a mulher reclamando que o gás estava no fim, a ressaca do vinho avinagrado. Para completar, a vizinha trouxera a notícia de que os ônibus estavam de greve. Lembrava-se bem agora. Passara a manhã inteira na cama e só quando viu o primeiro ônibus, perto do boteco onde costumava comprar gás, é que teve a certeza de que era mesmo mais uma que a vizinha aprontava.

- Tá bom. Vou buscar as minhas coisas.

- Sei que é chato, Nairo, mas eu sou apenas um bosta de um mestre-de-obras. Fazer o quê?

Nairo deu as costas e subiu as escadas com rapidez, ainda fazendo cálculos. O dia perdido iria pesar muito no orçamento. Deixaria a bola do filho para o outro mês, caso arranjasse um emprego. Brabo seria abraçá-lo com as mãos abanando.

Quando alcançou o último andar, diminuiu o ritmo. Já entrara naquela cobertura dezenas de vezes, mas a riqueza daquele lugar sempre o impressionava. Atravessou o hall de entrada, a sala de jantar e parte do living, até atingir o estar íntimo onde deixara as ferramentas. Havia trabalhado toda a manhã no acabamento da lareira. Passou a mão pelo tampo de mármore e imaginou como seria bom ficar sentado ali nas tardes de inverno, esperando o pôr-do-sol.

A janela emoldurava o desfile do rio sob a tarde luminosa. Nairo apoiou as mãos no beiral e sentiu a brisa atingir o rosto. Alongou o olhar e contemplou a silhueta grande da usina, a ponte e as ilhas do Guaíba. Bem à direita pôde divisar a fachada inconfundível do Tour d'Argent, prédio que ele ajudara a construir. Desviou o olhar, mas não evitou a lembrança dolorida do mês anterior, quando se postara em frente ao majestoso edifício, orgulhoso de seu trabalho. Um vigia aproximou-se e, brandindo o cassete, advertiu:

- Diz pra turma desistir! Tem circuito de TV, duas guaritas e alarmes por todos os cantos!

Nunca, em toda a sua vida, havia sentido tanta vergonha, tanto desprezo. O velho Alzemiro é que tinha razão: "Sempre que tu terminar um prédio, olha bem pro teu trabalho, guarda contigo cada detalhe, porque tu nunca mais vai entrar nele".

Nairo afastou-se da janela e saiu da sala. O tabuão parecia amortecer os passos decididos. Pegou a tinta vermelha na sacada e examinou novamente o living. Deviam caber ali uns dois, três barracos iguais ao seu. Apanhou o pincel e aproximou-se da parede lateral. A mão direita escorregou com força, revelando uma caligrafia infantil. Quando terminou, Nairo deu uns cinco passos para trás e, emocionado, leu na parede muito branca, as palavras gigantescas, a mensagem indestrutível:

"Nairo Trabalhou Aqui".

ANEXO B - Aprovação do Comitê de Ética

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP - PUCRS

Ofício 570/06-CEP

Porto Alegre, 29 de maio de 2006.

Senhor(a) Pesquisador(a)

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 06/03138, intitulado: **"O enfrentamento do desemprego: experiências e vivências dos trabalhadores desempregados em Porto Alegre".**

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Roberto Goldim
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Mest Claudia Valeria Emanuelli Magalhães
N/Universidade

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo